

Fora do
Plano Piloto de
Brasília, questões de
gênero, de cidadania,
de estrutura e as
soluções para fazer
valer a força das
comunidades

[Organização]

André Ramos

Bruno Nalon

Luiz Claudio Ferreira

NAS RUAS DAS PERIFERIAS

Olhares periféricos

Nas bordas, está o desafio central. Ou deveria estar. O centro das atenções dos olhares dos repórteres (novos ou com mais experiências) deve ir além dos privilégios, das indicações prévias, das pessoas que falam sempre aos canais de mídia.

Holofotes, aqui, foram ligados para as periferias da capital do País. Há regiões administrativas com mais exemplos de desassistência e dificuldades. Mas nas bordas do DF, existe também a força comunitária mesmo diante da escassez de serviços. Existem também histórias de vidas inspiradoras.

Aos repórteres, foi levada a orientação: saia de seu lugar de conforto. Mas busque a sensibilidade. No sexto semestre do curso, esses estudantes experimentam novas linguagens, e todas apontam para a profundidade, uma lição que é inesquecível.

Elas e eles foram às ruas das periferias do DF pelo interesse público e apresentam seus olhares e inconformismos nas reportagens trazidas nas próximas páginas.

Os organizadores

SUMÁRIO

GÊNERO	03
CIDADANIA	18
CIDADES	39
MEIO AMBIENTE	51
ESPORTE	64
CULTURA	74



A capa

Nesta edição, a capa ilustra os contrastes entre centro e periferia, entre incluídos e excluídos, entre plano e satélite. Ao se esgueirar pelas vielas desveladas a cada página, o leitor encontrará problemas estruturais, questões de gênero e discussões sobre cidadania que enfrentaram a força das comunidades em busca de soluções, no melhor estilo Emicida: "E tudo, tudo, tudo que nós tem é nós".

Arte: André Ramos + Midjourney

Brasília, dezembro de 2023.

ESQUINA - NAS RUAS DAS PERIFERIAS/Fora do Plano Piloto de Brasília, questões de gênero, de cidadania, de estrutura e as soluções para fazer valer a força das comunidades/
(organização) André Ramos, Bruno Nalon, Luiz Claudio Ferreira
- Brasília: UniCEUB, 2024.

Bibliografia:
978-85-7267-126-2

1. Comunicação I. Ramos, André. II. Nalon, Bruno. III. Ferreira, Luiz Claudio.

1. COLEÇÃO ESQUINA - 8ª EDIÇÃO



EQUIPE DE ALUNOS

Chefia de reportagem:

Andrés Ruiz, Isabela Domanico, Maria Eduarda Cardoso e Rebeca Kemilly.

Diagramação:

Júlia Marques, Júlia Neves, Tayná Mendonça e Vinícius Milhomem.

Edição de imagem:

Tayná Mendonça, Valentina Lisboa e Vinícius Milhomem.

Edição:

Cidadania: Letícia Abreu e Maria Tereza Castro;
Cidades: Giovanna dos Santos e Júlia Clara;
Cultura: Cecília Ledo e Maria Paula Meira;
Esportes: Pedro Ungarelli e Marcello Hendriks;
Gênero: Alexya Lemos.

Fotos dos repórteres:

Bernardo Galvão e Maria Paula Meira.

Professor responsável:

Luiz Claudio Ferreira;

Direção de arte:

André Ramos;

Coordenador de Comunicação Social:

Bruno Assunção Nalon.



Chanceler:

Getúlio Américo Moreira Lopes

Reitor:

Rafael Mesquita Lopes

Vice-Reitora:

Labibi Elias Alves da Silva

Secretário-Geral:

Maurício de Sousa Neves Filho

Pró-Reitora Acadêmica:

Lúcia Maria Lopes

Pró-Reitor Administrativo e Financeiro:

Gabriel Costa Mallab

Diretor Administrativo e Financeiro:

Geraldo Rabelo

Diretor do ICPD:

João Herculino de Souza Lopes Filho

Diretora Institucional de Regulação e Avaliação:

Simone Maria Espinosa

Telefones:

(61) 3966.1293

(61) 3966.1426

(61) 99105.1757

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA É MAIOR NAS PERIFERIAS

Em 2023, de janeiro a setembro, foram registrados 13.519 casos no DF. Ceilândia tem o maior número



Maria Eduarda Cardoso

“Quando eu chegava em casa, tinha que tirar a roupa para ele olhar meu corpo e ver se não tinha marca de outros homens [...] Até que um dia ele cismou que meu corpo estava diferente e veio o primeiro tapa na cara, a primeira ofensa”. As imagens ainda estão vivas na lembrança da brasiliense Maria de Jesus**, de 35 anos de idade.

Ela é moradora de Samambaia, região administrativa do Distrito Federal, que fica a cerca de 37 km de distância do centro da capital federal. A realidade dela escancara o ciclo de violência que mulheres estão inseridas. O maior número de casos está em regiões periféricas, como na história de Maria de Jesus.

Em 2023, de janeiro a setembro, foram registrados 13.519 casos de violência doméstica no Distrito Federal. No mesmo período em 2022, foram 12.722 registros. De acordo com o relatório da Secretaria de Segurança Pública do DF, as 5 regiões mais violentas são todas periféricas: Ceilândia (1.728 casos), Planaltina (1.164), Samambaia (1.077), Taguatinga (731) e Gama (702).

Todas essas cinco regiões estão, em média, a 36 km de distância do centro da capital do país, escancarando uma realidade de vulnerabilidade e violência contra as mulheres nas periferias, além dos grandes centros urbanos.

Segundo um levantamento realizado pelo **Esquina** com o Tribunal de Justiça e com a SSP-DF, a unidade da federação teve, de janeiro a agosto de 2023, 8.398 medidas protetivas de urgência concedidas. Esses números representam um disparo em relação ao mesmo período do ano passado, que teve 6.888 medidas protetivas aplicadas.

Quando uma medida protetiva é violada, a secretaria responsável deve registrar uma ocorrência policial. Segundo a SSP-DF, de janeiro a setembro de 2023, 1.483 medidas foram descumpridas. As 5 regiões com mais descumprimentos foram: Planaltina (149), Ceilândia (147), Samambaia (120), São Se-

bastião (109) e Taguatinga (94).

O agressor de Maria tentou contato com ela “diversas” vezes depois do fim de um relacionamento violento que durou três anos. A história começou no ano de 2018, quando eles decidiram se aproximar e iniciar um relacionamento.

Em entrevista ao **Esquina**, Maria contou que, no início, não via indícios do parceiro ser violento, mas, com o tempo, as agressões tornaram-se corriqueiras. Não necessariamente eram agressões físicas, mas psicológicas.

“Ele me ligava no trabalho toda hora. Se outra pessoa atendesse, ele desligava. Só parava de ligar quando eu atendia. Tinha que mandar foto minha no telefone pra ele ter certeza que eu realmente estava na minha sala. Ficava horas em chamada de vídeo em silêncio para observar o que eu fazia no trabalho o tempo todo. E era assim pra todo lugar que eu ia”.

SINAIS NATURALIZADOS

A psicóloga Flavia Timm, especialista em violência contra mulher, explica que os sinais da violência demoram a ser percebidos por uma questão cultural. “Absolutamente nenhuma mulher percebe sinais. Não tem essa possibilidade. Porque os sinais são naturalizados na cultura. Como eles são naturalizados, você vai interpretar aquele fenômeno de um abuso às vezes como cuidado, como afeto, como amor. Esses sinais, eles são muito difíceis, porque eles estão enraizados culturalmente”, afirmou.

Além do fator cultural, é necessário destacar os tipos de violência. São eles: patrimonial, sexual, moral, psicológica e física. Flavia Timm explica que a violência psicológica é “oculta e imperceptível” pelas pessoas que estão ao redor da mulher em situação de violência. Ela ainda diz que esse tipo de violência pode ser muito duradoura e ainda “preparar o terreno” para intensificação de outras violências, como sexual e a patrimonial.

AMBIENTE

Na história de Maria de Jesus, ainda aparecem outros fatores violentos. Ao **Esquina** ela revelou que o parceiro estava inserido no mundo do tráfico de drogas e forçava a participação dela naquele ambiente.

“Uma noite estávamos na casa de um casal conhecido. Ele bebeu e usou droga. Quando chegamos em casa, começamos a discutir e nesse dia ele me bateu tanto que eu pensei que ia morrer. Depois de me bater, ele tentou se matar [...] Eu tentei impedir e apanhei mais. Até que, por fim, ele parou de me bater, tomou banho e foi dormir.”

MUDANÇAS

As agressões que Maria sofreu fizeram com que ela tivesse até que se mudar de casa. Ela recorda que o contexto do tráfico que o parceiro estava inserido, e a dificuldade que ele enfrentava morando em Brasília, levaram



Essa foto é uma ilustração que simboliza atos de violência contra mulher. Foto: Maria Eduarda Cardoso/Esquina

o casal a se mudar para uma cidade no interior de um estado nordestino*.

Com o isolamento e distância da família, a dependência financeira e psicológica se intensificou. Então, em um momento de discussões, ela decidiu retornar para Brasília. Maria explicou que ao voltar, não teve mais contato com o agressor e ele não sabe onde exatamente ela vive e por isso viveu momentos de pesadelos.

“Ele tentou falar comigo algumas vezes, minha família não deixou, falaram que eu não morava mais em Brasília. Fiquei 2 meses sem dormir à noite, dormia no máximo 1 hora durante o dia, precisei fazer acompanhamento psicológico e psiquiátrico”, disse.

DENÚNCIA

Ao perceber o ciclo de violência em que estava inserida, Maria disse que procurou ajuda em uma delegacia de Samambaia para registrar um boletim de ocorrência contra o agressor. Mas ela relatou que foi orientada a procurar uma delegacia da região que sofreu as agressões.

O **Esquina** procurou a Polícia Civil para saber o protocolo que as vítimas devem seguir caso sejam agredidas, mesmo que em cidades diferentes. Em nota, a PCDF orientou que a vítima de violência doméstica poderá registrar a ocorrência em qualquer delegacia do DF e, caso o fato ocorra em outra unidade da federação, a ocorrência deverá ser encaminhada à polícia judiciária responsável onde o fato aconteceu.

No caso de Maria, ela relatou que, pela dificuldade de registrar a violência e pelo medo de denunciar, desistiu de formalizar a denúncia.

A vítima de violência doméstica pode

solicitar a medida protetiva por meio da autoridade policial, ou do Ministério Público, que vai encaminhar o pedido a um juiz. A lei prevê que a autoridade judicial deverá decidir o pedido no prazo de 48 horas.

O delegado da Delegacia de Atendimento à Mulher de Ceilândia Rooney Matsui explica que a maioria das vítimas que sofrem tentativa de feminicídio ou feminicídio já tinham um histórico de violência.

“Quase todas as vítimas de tentativa de feminicídio ou feminicídio há a informação de que antes ela já vinham sofrendo violência [...] Aproximadamente 70% das vítimas de feminicídio consumado, ou seja, de mulheres que foram assassinadas pelos seus maridos, companheiros, namorados, elas nunca antes procuraram uma delegacia de polícia para denunciar o seu autor”, afirmou. (leia mais na próxima reportagem)

Matsui ainda diz que a denúncia é uma forma de proteção. “O primeiro mecanismo para mulher buscar se proteger é denunciar. É procurar ajuda. É tentar sair desse ciclo da violência. É interromper o ciclo da violência. Isso vai acontecer de várias formas”, disse.

A assistente social e idealizadora do projeto “Trocando Bagagens”, Erci Ribeiro, explica que as mulheres que buscam ajuda já estão inseridas em um ciclo de violência mais intenso. “Geralmente quando as pessoas procuram o serviço social elas já estão no ápice da vulnerabilidade em relação à violência contra mulher [...] nos procuram às vezes encorajadas por ou acompanhadas de alguma pessoa da família ou algum amigo.”

Ribeiro ainda contextualiza a incidência de casos de violência doméstica nas periferias. “A territorialidade traz uma dimensão

de raça, classe e também de gênero. A probabilidade de mulheres negras em relação a mulheres brancas serem atingidas porque elas também passam por outras violências e violações. A gente começa a identificar que tem uma dimensão territorial. E o machismo ele perpassa independente da questão da raça”, afirmou.

COMO DENUNCIAR

Para denunciar você pode ligar no telefone 180 da Central de Atendimento à Mulher e pode procurar a delegacia mais próxima para registrar um boletim de ocorrência.

O registro também pode ser feito de forma virtual no site da Polícia Civil, pcdf.df.gov.br.

A Secretaria de Segurança Pública do DF, em parceria com outros órgãos públicos, disponibiliza o aplicativo Viva Flor. A ferramenta é um sistema de segurança preventiva para mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar que estejam sob o resguardo de medida protetiva de urgência.

O dispositivo é instalado no celular da ofendida e permite, nos casos classificados como de risco extremo, a possibilidade de acionar a polícia com apenas um toque na tela inicial do aparelho. As vítimas passam a ter acesso a um atendimento prioritário em situação de emergência. O programa abrange somente a territorialidade do Distrito Federal. Não é possível o seu uso em outra localidade, como no entorno, por exemplo.

****O nome da personagem de violência doméstica, a idade e o estado ao qual ela se mudou e sofreu agressões foram alterados para manter o sigilo da fonte e a segurança da entrevistada.

FAMÍLIAS DE VÍTIMAS BUSCAM SOBREVIVER AO LUTO

Nas periferias do DF, onde houve o maior número de vítimas, famílias buscam reconstruir a vida



Maria Paula Meira

“Ela tirou a medida protetiva da mochila para mostrar para o policial. Depois, guardou e foi para casa. Ela morreu com a medida no bolso”, lamenta Tatiane. A irmã dela, Jacqueline dos Santos, 39, foi morta a facadas no banheiro de casa.

“Eu fui dormir e quando acordei, nem minha família tinha sobrado”. A mãe de André, Joanna Pereira, 42, foi asfixiada até a morte no próprio quarto.*

“Eu só durmo de novo quando ele estiver morto”. A filha de Andréia, Thaís Campos, 27, foi morta a tiros na porta de seu prédio.

Esses relatos pertencem a três famílias que possuem uma dor em comum, o feminicídio. Entre silêncios, lágrimas e falas dolorosas, elas explicam que enfrentar a perda de uma pessoa amada por um crime tão violento faz com que as cicatrizes fiquem aparentes todos os dias.

Essa reportagem busca mergulhar na história de três famílias que foram abaladas pelo feminicídio. Como tratar as marcas naqueles que ficaram?

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, entre janeiro de 2015 e outubro de 2023, foram registrados 178 feminicídios no DF. De 2022 para 2023, houve um aumento de 45% no número de vítimas.

As regiões com maior número de casos registrados são as periferias da capital, sendo Ceilândia (26 casos), Samambaia (17) e Santa Maria (15) com o maior número de vítimas. Pelo menos, 52% dos crimes foram realizados com arma branca e 74,3% no interior das residências das vítimas.

O termo feminicídio ganhou força no Brasil após a aprovação da Lei Federal 13.104/15, conhecida como “Lei do Feminicídio”. Essa lei criminaliza o assassinato de mulheres cometido em razão de gênero, em outras palavras, mulheres que são mortas por serem mulheres.

Segundo o titular da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher II, Ronney Matsui, o feminicídio é o último nível de um ciclo de violência.

“Na maioria dos casos, há uma violência inicial que não costuma caracterizar um cri-

me, mas com o tempo esse relacionamento que já é conturbado pode ser agravado por ciúme ou um sentimento de posse, fazendo com que o relacionamento se desgaste e evolua para questões que configuram crime, como violência moral mediante ofensa verbal, ameaças e para o próprio feminicídio”

Segundo o delegado, as demandas de feminicídio nas periferias são maiores em comparação ao centro da capital. Fora do Plano Piloto, os casos são mais graves, mais complexos e as pessoas precisam de mais apoio. Contudo, ele afirma que esse crime é um mal capaz de acontecer a qualquer mulher.

“O feminicídio não tem cor. Não tem classe social. Ele está permeado por toda a sociedade. Na minha visão, ele tem a possibilidade de acontecer em qualquer lugar, com qualquer pessoa, com os mais inimagináveis atores possíveis.”

JACQUELINE

Jacqueline dos Santos tinha 39 anos de idade e 25 de casada. Ela tinha três filhos, Antônio*, 22, Joaquim*, 14, e Samuel*, 8. Morava em Santa Maria. Havia dado entrada na separação. Trabalhava como gari. Sonhava fazer o curso superior de enfermagem.

Em um sábado, em maio de 2019, dois dias antes do crime, Jacqueline recebeu uma visita surpresa do ex-companheiro, Maciel Coutinho da Silva, 41. Ele disse que a medida protetiva dela não vigorava mais. Havia sido derrubada pelo juiz.

Na segunda-feira, a vítima perguntou aos policiais que faziam ronda na rua em que trabalhava se era possível que a medida tivesse sido derrubada sem que a mesma fosse notificada. Jacqueline tirou a medida da mochila e mostrou aos policiais. Após a confirmação de que continuava válida, ela dobrou o papel e o guardou no bolso.

Cerca de uma hora depois, ela chegou na casa que havia alugado há 20 dias, desde que decidiu se separar, colocou o carro na garagem, fechou o portão e foi para o banheiro.

Segundo as informações que a polícia passou para a irmã de Jacqueline, Tatiane, o assassino estava esperando do lado de fora, pulou o portão e entrou na casa por volta das 16h, de acordo com o que foi apurado.

Embora válida, a medida protetiva não foi capaz de salvar a vida da vítima. Maciel atingiu Jacqueline de frente, na porta do banheiro, com uma faca. O ex-marido a atingiu pelo menos três vezes na barriga. As mãos marcadas de Jacqueline mostram que ela tentou se proteger.

Após o assassinato, Maciel pulou o muro novamente e fugiu em sua moto. Já com o mandado de prisão expedido contra o acusado, a polícia recebeu a informação de que um homem morreu atropelado na BR-040.

Pela placa da moto estacionada próxima à via, Tatiane confirmou às autoridades que se tratava do ex-cunhado. Próxima ao corpo, foi encontrada uma mochila com dinheiro e mudas de roupa. Ele estava fugindo.



Jacqueline e Maciel em sua cerimônia de casamento. / Foto: Arquivo pessoal

Horas depois de cometer o crime, ele teria descido da moto e se jogado em frente a um ônibus de viagem na rodovia. Deixou dois corpos e três órfãos no mesmo dia.

A medida no bolso de Jacqueline não foi a primeira que ela pediu contra seu futuro assassino. Segundo Tatiane, a irmã teria entrado com a primeira quando ainda era casada e vivia com o marido, dois meses antes de sua morte. Em uma reconciliação, ele pediu para que ela rasgasse a medida e assim ela fez. Já quando pediu a segunda, ela estava disposta a seguir em frente na separação.

“Eu sempre convivi com ela, ele sempre me aceitou, mas não deixava ela ficar perto da mãe, muito perto da família. Descobri depois do crime que já tinha acontecido episódios de agressão física, duas ou três vezes”, recorda a irmã, Tatiane.

Segundo ela, a mãe sabia que Jacqueline sofria agressões dentro de casa, mas que nunca contou a ninguém a pedido da própria filha, que sentia muita vergonha.

Até hoje, os três filhos moram na casa que era dos pais e evitam falar no assunto. Antônio, o filho mais velho, que já é casado e tem uma filha, é quem cuida dos irmãos mais novos.

JOANNA

Joanna Santana Pereira dos Santos tinha 41 anos e 23 de casada. Ela tinha quatro filhos, André*, 20, Marcelo*, 17, Adriano*, 12 e Bruna*, 10. Estava prestes a voltar a trabalhar como vendedora. Era extremamente vaidosa. Andava na rua sempre bonita e arrumada.

Joanna morreu em 20 de março de 2022, se tornando a quarta mulher vítima de feminicídio no DF naquele ano. Silvestre Pereira, com 44 anos na época, matou a esposa estrangulada dentro do quarto do casal.

A vítima morava com o marido e os filhos em uma casa em Planaltina. Aqueles que conviviam com a família contam que o relacionamento de Silvestre e Joanna era bom e pacífico, sem nenhum histórico de brigas excessivas ou violência de qualquer tipo.

“Relacionamentos que resultam em feminicídio costumam ser uma bomba-relógio, que a qualquer momento pode explodir. No caso do Silvestre e da Joanna, essa bomba não estava armada. Foi uma situação que aconteceu ali, naquele momento, talvez uma briga ou uma palavra mal dita. Até hoje eu nunca procurei saber por parte dele o que aconteceu porque eu não vou ter a versão da Joanna pra confrontar”, relata o irmão do autor.

Na noite do crime, o casal discutiu enquanto os filhos dormiam. Durante a discussão, Joanna foi morta pelas mãos do próprio companheiro. De manhã, Silvestre ligou para um de seus irmãos, pedindo para que ele buscasse seus filhos, pois não queria que eles vissem o corpo da mãe. Ele pretendia tirar a própria vida. Antes de ir até a casa, o familiar ligou para outro irmão, Maurício, que acionou a polícia.

“A gente não chegou a se falar, ele ligou para o meu irmão mais novo

que ligou pra mim. Eu liguei para a polícia e quando chegamos eles já estavam lá. Eu não ia chegar a uma residência onde teve um homicídio e provavelmente suicídio sem a presença da polícia”, conta Maurício.

Ao chegar no local, os policiais arrombaram o portão da casa. Joanna e Silvestre estavam deitados na cama, lado a lado. Ela estava morta, apresentando sinais de esganadura, e ele com sinais de tentativa de suicídio.

Os socorristas do Corpo de Bombeiros do DF chegaram a tempo de salvar a vida de Silvestre. Em julho deste ano, ele foi condenado a 18 anos de prisão em regime fechado por assassinar a esposa.

Hoje é Maurício, tio das crianças, que cria os quatro filhos do casal. Ele conta que ao chegar em frente a casa junto a polícia, pediu que tirassem as crianças de lá. André, o filho mais velho, não estava em casa no dia. Naquele primeiro momento, os policiais disseram às crianças que Joanna ainda estava viva.

Maurício, que é casado e já tinha três filhos com idade similar a de seus sobrinhos, hoje tem sete filhos em casa. Ele conta que a adaptação da vida familiar não foi tão difícil e que, atualmente, os primos vivem uma relação de irmãos. A dificuldade é saber que agora existem quatro jovens com dores que nunca poderão ser curadas.

“A perda de uma mãe é uma coisa irreparável. Tem um ditado que diz que o único amor verdadeiro no mundo é o amor de mãe e eu falo que o feminicídio é a única situação na história da humanidade em que o homem mata o amor.”

Bruna, a filha caçula, chegou a escrever cartas de suicídio, dizendo que queria se tornar uma estrela para morar ao lado da mãe novamente. Após a morte de Joanna, todos os seus filhos foram colocados em acompanhamento psicológico. O tio conta que os quatro já foram visitar o pai na prisão pelo menos uma vez.

“Quatro dias antes dela morrer, eu conversei com a Joanna, ela me pediu para nunca me afastar dos filhos dela e eu vou cumprir a promessa. Eu não vou separar os meninos. Um vai ver o outro crescer, um vai ver o outro estudar, um vai ver o outro chorar. Se a gente puder comer filé a gente como juntos, se a gente tiver que fritar ovo a gente come ovo juntos, se a gente não tiver o que comer a gente passa fome juntos.”

THAÍS

Thaís Campos tinha 27 anos. Era formada em odontologia e trabalhava na Secretaria de Saúde. Ela sonhava em abrir uma clínica estética. Tinha uma filha de dois anos. Foi morta a tiros na porta de casa em junho de 2021 pelo ex-marido e pai de sua filha, Osmar de Sousa Silva, 36. Ele havia comprado a arma meses antes.

No dia do crime, Osmar fingiu que ia entregar a filha do ex-casal. Ele estava do lado de fora do prédio dela, na quadra 14 de Sobradinho. Thaís desceu e abriu o portão, em questão de segundos foi atingida por diversos disparos. Quando ela já estava caída no chão, o assassino se aproximou e atirou mais uma vez.

Os dois se conheceram em 2016 em um aplicativo de relacionamento. Eles oficializaram uma união estável dois anos depois. O término definitivo do casal aconteceu em dezembro de 2020.

Em seu depoimento à polícia, Osmar afirmou que a motivação do crime foi financeira, ele afirmava estar com muitas dívidas após a separação. Ele já possuía duas acusações pela Lei Maria da Penha de um relacionamento anterior.

Andréia conta que, no dia do crime, sua mãe, avó de Thaís, ligou



Joanna e Silvestre estavam juntos há mais de 20 anos. / Foto: Arquivo pessoal

para ela na estrada. Estava vindo de Unai (MG), cidade natal da família. “Você está sabendo o que aconteceu?” Eu falei não. “Osmar deu uns tiro na na Thaís.” Aí eu comecei a gritar e desmaiei”, relata.

A mãe da vítima ainda afirma que, mesmo sabendo que a filha havia sido baleada, acreditava que Thaís ainda estava viva. Então, ela saiu procurando em diversos hospitais, nesse momento, o síndico do prédio onde a vítima morava já havia divulgado o vídeo de segurança que registrou o crime.

“Quando eu percebi que ela não tinha dado entrada em nenhum hospital, fui até a delegacia de Sobradinho. Quando eu cheguei lá, tinha mais de 20 pessoas. A Thaís morreu lá mesmo, no chão do prédio. Eu saí correndo, bati tanto a minha cabeça na parede, eu queria morrer naquele momento na porta da delegacia”.

Após a morte da filha, Andréia teve acesso a diversos áudios onde Osmar ameaçava Thaís. A jovem não queria prestar queixa, acreditava que ele estava mudando para Portugal e assim ela se veria “livre”.

No início do ano, Osmar apresentou um atestado de insanidade mental, alegando ter tido um “surto psicótico” no dia do crime. A juíza do caso recusou o laudo. Ele foi a júri popular em 14 de novembro deste ano. Foi condenado a 28 anos de prisão.

Desde que Thaís foi assassinada, sua mãe perdeu cerca de 20 quilos. Ela chora todos os dias na mesa do trabalho. Faz uso de remédio controlado para conseguir dormir e está sob acompanhamento psicológico.

“Se ela tivesse me ouvido, se ela tivesse me contado, minha filha ainda estaria viva. Se eu soubesse da situação em que ela vivia, quem estaria presa era eu, porque eu tinha mandado matar ele.”

A VIOLÊNCIA

Segundo a pesquisadora em direito penal Keila dos Santos, é raro um caso de feminicídio em um relacionamento em que nunca houve nenhum tipo de violência. “Uma pessoa ter um surto e matar outra pessoa, isso é possível sim, mas é difícil, ainda mais no contexto envolvendo violência doméstica”, afirma.

Ela também explica que, mesmo nos dias de hoje, grande parte da sociedade ainda não tem consciência de que a violência contra a mulher vai além da violência física.

Ela considera que há um imaginário de que a agressão está restrita à violência física, porém existem outras formas de violência, como a sexual, a patrimonial, a moral e a psicológica. “Então, na verdade, antes de você chegar até o feminicídio existe um histórico de algum tipo de violência”, explica Keila.

O feminicídio é um crime onde mulheres são assassinadas por questão de gênero. Em sua concepção, ele é o único em que morre a branca, morre a negra, morre a rica, morre a traficante, morre a polícia e a delegada. Mulheres morreram e continuam morrendo apenas por serem mulheres.



Thais posando para um ensaio de natal./ Foto: Arquivo pessoal

FAMÍLIAS TRAZEM CICATRIZES DO ABANDONO PATERNO

Mais de 6% da crianças são registradas apenas com o nome da mãe



Lorena Rodrigues

Elas carregam não só o peso da responsabilidade da gestação, mas também a incerteza do amanhã. A ausência paterna recai como uma ausência de ancoragem, a ausência de um parceiro para compartilhar os sonhos, as alegrias e os desafios da maternidade.

“Ela mantém essa relação com ele e se mantém assim. Ele lá e a gente aqui. Às vezes, a gente pergunta alguma coisa. Às vezes eu falo alguma coisa dela. Às vezes eu levo ela lá. E é assim”.

“Às vezes” é uma rotina para Suellen Jesus. A jovem é moradora do Paranoá e engravidou ainda na adolescência, aos 16 anos. Hoje, aos 23, ela conta que a filha foi fruto da realização de um desejo do seu ex-companheiro de se tornar pai. “Quando eu o conheci, eu nunca tive nenhuma experiência com outras pessoas, nem de namorinho. Como eu não tinha experiência de nada, acabou que eu cedia muito as

coisas que ele falava”, completa.

Ao refazer o itinerário do acontecimento que marcou a sua vida, Suellen descreve o sentimento de frustração por abdicar das suas próprias vontades para agradar o parceiro e relembra o momento em que anunciou a gravidez. Em um piscar de olhos, Suellen descobriu que o sonho era só um discurso. Jovem e inexperiente, ela se via em uma nova realidade que assombra muitas mulheres: a solidão da maternidade.

O apoio em um momento tão significativo não fez parte da história de Suellen. A rotina escolar e as descobertas da adolescência foram substituídas pelas preocupações excessivas, as mudanças corporais, a privação do sono e a pressão social. Tudo sozinha.

Repentinamente, Suellen entrou para a estatística de mais de 11 milhões de mulheres

que são mães solo. A análise foi atualizada em maio de 2023 pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas.

Ao relatar alguns momentos da gestação, Suellen descreve o sentimento após passar 21 dias no hospital. “Eu não tinha mais vida, não tinha mais nada. O que eu vivia realmente ficou para trás. Eu tive que começar uma nova vida. Tive que pensar no que eu faria. Criei uma nova rotina de cuidar dela”, explica.

“Como eu era uma menina mais nova, sem nenhum fundamento, ele influenciou nas minhas escolhas e nas minhas de-



Foto ilustrativa: Lorena Rodrigues

cisões. Eu tive que abrir mão da minha vida social. Estava grávida, tinha vergonha.”

Um recente levantamento da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen) revelou um aumento considerável no percentual de crianças registradas com a condição de “pai ausente”. Os dados apontam que, no período até 6 de junho de 2023, esse indicador subiu para 6,9%, em comparação aos 5,5% registrados em 2018.

Segundo o levantamento da Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC), em 2020, das 1.280.514 crianças, 6,31% foram registradas apenas com o nome das mães nas certidões de nascimento.

DANOS EMOCIONAIS

A psicóloga e pedagoga Silvânia Werlang explica que bebês nascidos de mães depressivas podem apresentar desafios adicionais. Essa realidade é comum entre mães adolescentes, que precisam conciliar a rejeição e o amadurecimento precoce.

O ex-companheiro de Suellen chegou a pagar uma ultrassonografia, mas, ao longo dos meses, demonstrou-se pouco interessado no avanço da gestação e no bem-estar da adolescente. O pai de sua filha só a visitou uma semana depois do parto. “Eu estava com muito ódio. Ele tentou contato comigo algumas vezes, mas eu afastei ele de mim, mas também não teve interesse dele”, afirma.

Suellen relata que também cresceu sem nenhum contato com seu pai, por isso, mesmo após o abandono material e afetivo, faz questão que a filha veja o pai, ainda que esporadicamente e com muito esforço. “Quando eu preciso de alguma coisa, eu tenho que insistir muito. Mas ainda assim eu não posso negar que ele é uma pessoa amorosa com ela. Eu acredito que tem muitas coisas que ele pode passar pra ela independente da situação que a gente viveu”, sintetiza.

Apesar das incontestáveis dificuldades da maternidade, Suellen encontrou nas artes marciais a motivação para continuar acreditando em seus sonhos e hoje treina para futuras competições. Finalizar os estudos e começar a graduação em psicologia também estão nos planos da jovem.

“Eu conheci uma amiga e ela me levou para o Kamikaze, a gente começou a treinar e eu coloquei mais uma meta de vida que foi a luta. A luta foi o que me deu muita direção. Me colocou no lugar, que eu ainda poderia sonhar”, finaliza.

AS CICATRIZES

Medo, insegurança, apego e frustração são algumas das heranças de uma infância mol-



André Ramos + Midjourney

dada pela falta de apoio paterno. Como um quebra-cabeça incompleto, o abandono é uma cicatriz que perdura.

LEMBRANÇA

Eduardo Fernandes é morador da Santa Maria, região administrativa do Distrito Federal. A história dele começa com a lembrança onde a presença do pai, mesmo após a separação da mãe, ainda era uma constância reconfortante. Mas a estabilidade se desfez aos seis anos de idade, quando seu pai se tornou um visitante raro.

Após o “sumiço” sem explicação, as primeiras sequelas: apego. Eduardo desenvolveu um apego intenso à mãe, o medo de ser abandonado e uma natureza amorosa, características que moldaram sua personalidade. A cultura do silêncio e a internalização dos sentimentos tornaram-se ferramentas de sobrevivência emocional, e ele optava por lidar sozinho com as aflições, já que não queria sobrecarregar a mãe que trabalhava para oferecer uma vida melhor.

“Ansiedade, dificuldade em relações pessoais e interpessoais, além de baixa autoestima. Me relacionar com outras pessoas sempre foi um grande obstáculo. Afetivamente, mais ainda. Sempre fugi dos relacionamentos durante a adolescência e fase adulta. Descobri, no futuro, graças à terapia, que muito disso nasceu dentro de mim porque minha criança interior tinha medo de ser abandonada de novo”, ressalta.

A psicóloga Silvânia explica que crianças abandonadas demonstram dificuldade, principalmente com a criação de vínculos. Em casos mais graves, há risco de comprometimento cognitivo e até do desenvolvimento da fala. O abandono também afeta as crenças e a capacidade de gerir emoções.

“É comum a criança acreditar que foi

abandonada porque é inadequada e não merecedora de amor. Essas emoções negativas, normalmente, passam a fazer parte da sua personalidade e interferem na sua saúde emocional até na fase adulta”, explica.

Na infância, o bicho-papão de Eduardo tinha outro nome: ansiedade. A insegurança e a dificuldade em criar vínculos colaboraram para a construção de uma barreira em suas relações afetivas. “Me sentia muito inseguro com outras pessoas porque tinha medo de que elas me deixassem quando criássemos alguma espécie de vínculo afetivo. O que corroborava ainda mais com a ansiedade que nascia e a insegurança que já existia quando meu pai me deixou”.

A criança que nunca deu trabalho, se tornou um adulto introvertido, com dificuldade em falar sobre sentimentos. “Hoje, como adulto, enxergo que isso também veio do abandono do meu pai. E impactou na fase adulta. Minha família, talvez, não saiba como isso impactou na minha vida. Ainda que eu falasse, acho que não saberiam. Só sabe quem passa”, destaca.

Eduardo compartilha que, depois de 10 anos, conseguiram reconstruir a relação, que hoje é muito mais sólida. Mas reforça que muitas feridas do passado ainda estão sendo curadas.

O vazio causado pela ausência paterna costuma acompanhar a pessoa pela vida toda, segundo Silvânia. A especialista reforça que o tratamento psicológico auxilia a resolver os conflitos e amenizar as feridas. “É compreender que o pai que abandona é alguém limitado e que não cumpriu o seu papel afetivo. É uma pessoa que antes de abandonar o seu filho, abandonou, provavelmente, a si mesmo. Trabalhar a cura e o perdão é um caminho libertador da dor do abandono. A psicologia oferece o tratamento adequado para a pessoa se libertar desse sofrimento e reestruturar sua vida”, enfatiza.

FILHOS COMO REDE DE APOIO DOS PAIS

Conheça histórias de mulheres e crianças que dividem a responsabilidade de cuidar dos mais novos

Letícia Abreu



Foto: Luiz Carlos Rodrigues/Arquivo pessoal

Moradora de Planaltina (DF), Núbia de Barros tem 36 anos, nove filhos e dois netos. Nascida em Barreiras (BA), a 754,1 km da cidade em que reside, mudou-se com a família aos cinco anos de idade. Após a morte da mãe, chegou a voltar para a cidade natal. Mas foi no cerrado brasileiro que criou raízes e a prole.

A vida de Núbia sempre foi ser mãe. A grande família, formada por 11 membros, foi um sonho realizado. A rede de apoio principal, como em tantas casas, é formada pelos próprios filhos (os maiores). Rede de apoio é um grupo de pessoas que os pais, em especial, a mãe, podem contar para auxiliar nos cuidados com os filhos.

Segundo a conselheira tutelar do Guará, Suellen Róbias, a rede de apoio vai além dos familiares, mas muitas pessoas de fora, como

vizinhos, têm um olhar preconceituoso sob determinadas relações e não tem a posição de apoio em situações em que aquelas famílias necessitam.

Mãe aos 15 anos, Núbia diz que a recompensa de tanto trabalho é acordar e olhar os filhos sorrindo para ela.

“A maternidade é muito importante porque me fez uma pessoa melhor”, diz com olhos marejados. Casado com Núbia e pai de seus filhos, Cícero, também é natural de Irecê (BA) mas se conheceram em Planaltina.

Apesar de morar próxima aos irmãos, a mulher conta que não tem auxílio dos familiares para cuidar dos filhos. “Só tenho eu mesma pra cuidar. Mas meus filhos me ajudam, sim. Principalmente o Jorge, de 12 anos. Aquele ali é meu braço direito. Tudo que eu

penso e falo ‘Jorge, faz aquilo ali pra mim?’. Ele lava banheiro, faz café... Ele me ajuda muito!”

Ainda para a Suellen Róbias, que é conselheira tutelar do Guará e especialista em políticas públicas de crianças, adolescentes e juventudes, os cuidados em casa são importantes para o senso de responsabilidade dos jovens:

“Vão criando uma um senso de responsabilidade, disciplina e cooperação dentro do lar, do ambiente familiar. Mas que isso não vires uma obrigação. A obrigação dos cuidados é dos pais”, completa.

Jorge acostumou-se com a rotina sem muito espaço para viver a infância. Atividades da escola pela manhã, aula à tarde e cuida da casa e dos irmãos no período noturno. Essa é a rotina diária do pré-adolescente que vive em uma casa no setor rural de Planaltina com os



Foto: Luiz Carlos Rodrigues/Arquivo pessoal

pais e os irmãos. O menino, apesar da pouca idade, não se incomoda em assumir esse papel.

Rutiele Barros, de 21 anos, é a primogênita do casal. Ela é casada e deu à luz às duas netas de Núbia. A mulher divide a opinião do irmão ao dizer que não se importava em se encarregar de funções domésticas.

“Eu gostava de ajudar minha mãe com as coisas de casa. Me ajudou e muito a cumprir o papel de mãe e esposa atualmente”

Atualmente, sem a presença da filha mais velha, eles vivem em um imóvel com dois dormitórios divididos para os dez membros. A família se sustenta com a renda do pai, que trabalha com reciclagem, auxílio do governo e ajuda externa do Posto de Assistência Maria De Nazaré (Pamana), localizado em Planaltina/DF.

PAMANA

O instituto Pamana deu início à atividade em julho de 2015. À frente, está Iris dos Santos, 52 anos, que seguiu o exemplo do pai e hoje atende cerca de 30 famílias no local. A organização sem fins lucrativos se reúne aos domingos para confraternizar, realizar reuniões espirituais e acompanhar as famílias de perto. Antes da pandemia, o local oferecia alfabetização e oficinas de artesanato para as mães. No entanto, os voluntários deixaram o projeto.

As doações e campanhas são para auxiliar famílias carentes que residem em Brasilinha,

São José Residencial, São Francisco, Invasão do Setor Sul e Norte, Jardim Paquetá, Jardim das Palmeiras, Itapoã e Planaltina. Além disso, promovem bazares a preços populares com roupas, calçados, móveis e eletrodomésticos.

“Nós ajudamos dentro das nossas possibilidades. Eu friso muito isso porque nem sempre a ajuda que elas [as mães] precisam, nós temos condições. Mas a gente vai atrás de quem pode ajudar”.

A coordenadora do Pamana conta que, além da ajuda financeira e material, também busca auxiliar as mulheres quando buscam consultas e outras necessidades. Para o lazer das crianças, tenta sempre incluir as crianças em seus passeios e viagens familiares, oferecendo oportunidades que elas provavelmente não teriam na realidade em que vivem. “Eu tenho todos como se fossem meus filhos. As crianças, as mães, eu trato como se fossem da minha família. Eu levo pra passear, viajar. Se eu pudesse, pegava todos para mim, mas não dá”, conclui com alegria.

OUTRAS REALIDADES

Kauan Nogueira tem 19 anos e é jogador de futebol. Morador do Riacho Fundo II, seus pais trabalham fora durante alguns dias da semana. A mãe é técnica de enfermagem e o pai é vigilante. O rapaz tem dois irmãos: Arthur, de 14 anos e Bernardo, de 9. Quando Arthur nasceu, Kauan morava com a avó na Ceilândia e contava com a sua ajuda para cuidar do menino. Mas após mudarem de casa, assumiu essa responsabilidade pelos mais novos.

Kauan diz que sua maior preocupação era quando o irmão do meio, Arthur, gostava de fazer comida e mexer com fogão. Já Bernardo, o caçula, o responsável era aflito com a ideia do garoto engasgar durante as refeições.

Para a conselheira tutelar, assumir essas responsabilidades pode ser nocivo aos mais novos. “Eu acredito que é prejudicial não só para adolescentes. Mas também para pré-adolescentes porque eles estão em desenvolvi-

mento. Mesmo achando que ele está grande, que já tem responsabilidade, ele está em desenvolvimento”.

O irmão mais novo, como um clichê, se espelha em tudo que Kauan faz. “Com o Bernardo eu tenho até que ter cuidado com o que falo ou faço, por que tudo que eu fizer ele quer repetir”, assim como o irmão, o garoto quer jogar futebol profissionalmente.

A situação é parecida na família da diarista Ana Lima, de 41 anos. Mãe de dois filhos: Vitor Lima de 15 anos e Thaíssa de 8, a mulher sempre trabalhou fora. Quando os filhos eram mais novos, costumava levá-los para a casa em que trabalhava. Atualmente, com a idade do filho mais velho, Ana se sente segura de deixar os dois sozinhos em casa.

O adolescente presta auxílio nas atividades domésticas e escolares de Thaíssa. Mas a preocupação da mãe é com o futuro escolar de Vitor. “A Thaíssa é muito boa no colégio. O Vitor eu já tenho que pegar mais no pé. Se não tiver em cima, ele se prejudica”.

EFEITOS COLATERAIS

A jornalista Iara Santos, 26 anos, é a quarta filha do total de seis. Seus pais, Ednalva e Paulo, se divorciaram quando a menina tinha oito anos. A separação fez com que a mãe mudasse de cidade e ela morasse por um tempo com a tia para terminar o ano letivo. Mudou-se para o Paranoá com a mãe, mas o pai sempre esteve presente em reuniões e eventos escolares. Contudo, o dia a dia em casa nem sempre foi fácil.

A diferença de nove anos para o irmão mais velho e oito anos para a mais nova, a mulher relata que sempre se sentiu responsabilizada por todos e os impactos dessa responsabilidade estão presentes até hoje em sua vida.

“Eu vim depois de dois irmãos que deram muito trabalho pros meus pais. O primeiro teve problemas com drogas. E a ‘número dois’, com álcool, cigarro. Ela não terminou a escola e saiu de casa muito cedo”. Apesar de não ter



Foto: Luiz Carlos Rodrigues/Arquivo pessoal

vivido tanto para se lembrar nesse período, ela sente o peso dessas escolhas.

Aos nove anos, no período contrário da escola, Iara era responsável por cuidar da irmã mais nova, Tianny, que tinha apenas 1 ano de idade na época. Aos doze, após a irmã mais velha sair de casa, a jornalista diz que teve que assumir quase todas as obrigações de casa.

A mãe trabalhava o dia todo e seus dois irmãos mais novos ficavam por sua conta. “Então já com doze anos eu assumi responsabilidades de uma pessoa adulta”, desabafa.

“Na adolescência que eu senti o peso de ter muitos irmãos. Tudo que era moda na minha adolescência, eu não podia ter”. Ela diz que sempre entendeu as condições dos pais e evitava pedir coisas mais caras para os pais.

“E aí fazendo terapia, minha psicóloga falou: não você se anulava enquanto seus irmãos pediam coisas pros seus pais e eles davam. Mas, eu me anulava a um ponto, que eu nem pedi para os meus pais.”

“O que piorou foi depois dos meus dezoito, sendo mais específica em 2018. Meu irmão mais novo, que é seis anos mais novo que eu, se envolveu com drogas de uma forma muito pesada. Nisso, ele acabou se envolvendo com coisas meio criminosas e nós sempre fomos muito próximos”, a jornalista expressa que além da proximidade com o jovem, por conta de problemas de saúde da mãe, tomou as dores dele.

“Ele já foi preso, né? Então eu precisei buscar ele lá na DCA (Delegacia da Criança e do

Adolescente), no NAI (Núcleo de Atendimento Integrado). E como eu tinha muito medo da minha mãe morrer, eu assumi essa responsabilidade”.

Iara revela que deixou de usar cartões de crédito e chegou a sujar o seu nome para pagar dívidas do irmão: “eu peguei o único dinheiro que eu tinha para pagar meu cartão para pagar uma dívida dele, muito muito alta. Eu fiquei com medo de matarem ele”, finaliza.

A psicóloga da moça a alertou sobre a sobrecarga de cuidar do mais novo como mãe. “O único momento que eu percebi, foi quando eu tranquei o meu TCC duas vezes. Minha psicóloga falou: “Iara, você não pode tratar ele como se fosse seu filho. Seu pai, sua mãe e o Tiego estão vivendo, enquanto você ‘tá’ parando a sua vida”.

No ano de 2021, precisou morar por quatro meses com a irmã para terminar o TCC e a profissional que a acompanhava, proibiu de ter qualquer contato com a família, que havia ficado no Paranoá. Com essa intervenção, ela concluiu o TCC e conquistou o diploma de jornalista.

A obrigação de amadurecer de maneira precoce, fez com que a garota sentisse a necessidade de ser ‘a filha perfeita’. Até hoje, mesmo com anos de acompanhamento psicológico, torna o erro algo inconcebível.

“Eu não consigo errar. Eu me martirizo muito. Até na TV, quando algo dava errado, eu chorava. Eu entrava em desespero porque eu não quero decepcionar ninguém”. O medo do

erro, gerou diversas inseguranças. E apesar de tudo, ela demonstra muito amor pelos irmãos e não imagina uma vida sem eles.

O PAPEL DAS MULHERES

Suellen Róbias enxerga que muitas mulheres são pressionadas a assumirem papéis dentro do lar. “Ainda é muito enraizado que só a mulher tem condições, é prendada, que tem mais jeitinho para as tarefas. E a gente vê que isso não, né? Muito pelo contrário. A partir da infância, a gente precisa educar, principalmente os meninos, para que eles tenham essa consciência da partilha. De que eles são também responsáveis dentro do ambiente no lar”, salienta Suellen.

Ela acredita que, além de estimular a divisão paritária desses serviços domésticos entre crianças dos dois gêneros, é preciso incentivar que meninos brinquem com brinquedos de “casa”, como vassouras de brinquedo, pias, fogões e bonecas.

No entanto, a profissional alerta que realizar tarefas domésticas não deve ser uma obrigação para crianças e adolescentes, mas um estímulo que pode contribuir para a maturidade na vida adulta.

“É preciso desmistificar isso de brinquedo de menino de menina. Isso também de cores; rosa de mulheres e azul de meninos. Em pequenas coisas você vai retirando isso e polindo esse machismo, que é muito muito estruturado e cultural nosso”.

DORES DA MATERNIDADE NAS PERIFERIAS DO DF

Mães relatam experiências ao longo dos meses de gestação

Júlia Clara

Doze horas. Ou 720 minutos. Ou 43.200 segundos. Esse foi o tempo que Edilene Souza esperou, sentada em uma cadeira de rodas, na recepção do Hospital Regional de Planaltina (HRP) para dar à luz a seu filho. O hospital fica a 30 minutos da sua casa, mas o percurso foi feito de ônibus durante as dores das contrações.

Em uma das salas do Ponto de Apoio Maria de Nazaré (Pamana), um projeto social na Zona Rural de Planaltina, a Edilene se lembra das dificuldades que passou durante o trabalho de parto. Ela estava em casa quando a bolsa estourou. Ao chegar ao hospital, no dia 27 de março de 2021, às 20h, ela esperou até às 8h do dia seguinte para iniciar o atendimento. Edilene, de 43 anos, estava no 9º parto.

“Quando eu cheguei ao hospital, fiquei lá sentada, sentindo muita dor mesmo. A bolsa já tinha estourado. Pensei que eu ia morrer e esperei até o outro dia pra ganhar o Isaac.”

Um dos principais marcos da saúde pública no Brasil foi a garantia da saúde como direito de todos os cidadãos, a partir da Consti-

tuição Federal, de 1988, e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Porém, o desamparo ainda ocorre em todos os cantos do Brasil.

A mãe se manteve sentada com dores e sem atendimento por longas 12 horas. Conforme Edilene relata, os médicos a viram, sabiam da sua situação, mas em momento nenhum a chamaram para realizar o parto.

Apenas na troca de plantão outro médico a levou para a sala e deu início à cirurgia. Ela lamenta não ter feito uma queixa oficial na época.

Edilene afirma que as primeiras gestações foram experiências melhores. Os atendimentos de pré-natal foram feitos na UBS 05 do Arapoanga, Região Administrativa (RA) próxima da casa dela. Porém ela só teve contato



Carrinho de bebê no Instituto Pamana. Foto: Luiz Carlos Rodrigues/cedida ao Esquina

com médico uma única vez. “As outras foram com uma enfermeira. Eu não vi mais a cara do médico lá”, revela.

A mãe de Isaac relata ainda que, recentemente, foi até essa mesma UBS em busca de realizar uma laqueadura, por já ter muitos filhos. Apesar dos momentos difíceis que passou durante o parto, Edilene recorda com carinho o momento em que viu seu caçula pela primeira vez.

PREMATURIDADE

Janine Gaspar enfrentou problemas na reta final da gestação. Em setembro de 2022, Davi nasceu prematuro. Em momento nenhum, ela foi informada de que a gestação era de risco e não se sentia preparada para enfrentar um parto prematuro.

“Eu sofri todo tipo de violência. Por parte do meu marido à época e logo depois nos divorciamos. Meu ex-companheiro apenas desapareceu. Ele só fingiu que o filho não era dele e foi embora. E também por parte da minha família, que não soube lidar com a gestação.”

Davi Gaspar nasceu prematuro, com idade gestacional de 36 semanas. Por conta da complicação, mãe e filho precisaram ficar 17 dias na internação. Davi teve hipoglicemia persistente, quando há pouco açúcar no sangue, principal fonte de energia do corpo, e baixa oxigenação.

Ele é considerado um prematuro tardio. Então não teve problemas mais graves. Mas a insegurança de ver seu bebê cheio de cabos, de não poder pegar, de tanta luz branca, de tanto barulho foram gatilhos que ocasionaram intensas crises em Janine.

O pediatra Henrique Flávio Gomes, que trabalha na Unidade de Cuidados Neonatais do Hospital Materno-Infantil de Brasília (HMIB), explica que, quando um bebê nasce antes do tempo esperado, ele enfrenta perigos e desafios. O médico salienta que o nível de risco aumenta quanto mais cedo for o nascimento. “Principalmente se o bebê tiver idade gestacional abaixo de 34 semanas”, explica o médico Henrique Flávio.

Janine conta que se viu sozinha porque o então marido preferiu não participar da criação. Segundo dados da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (ANRPN), o abandono paterno chega a 6% durante o período da gestação. “Enquanto eu sentia a dor da cirurgia, ele malhava na academia. Enquanto o bebê chorava, o celular dele estava sempre desligado”, recorda.

PRÉ-NATAL

De acordo com o Ministério da Saúde, o pré-natal representa papel fundamental em termos de prevenção e/ou detecção precoce de patologias tanto maternas como fetais, permitindo um desenvolvimento saudável do bebê e reduzindo os riscos da gestante. Apesar disso, dados do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB), mostram que

menos da metade das mulheres gestantes do Distrito Federal realizam seis consultas de pré-natal.

“Assim que confirmei a gravidez, pelo exame de sangue, já procurei o posto médico e iniciei o pré natal”, conta Renata Cristina Bisbo. Para ela, que está no último mês de gestação, o acompanhamento médico ao longo da gravidez foi precário.

Renata escolheu a UBS 04 de Planaltina, que fica próxima à casa dela, para realizar o acompanhamento pré-natal. A Secretaria de

Saúde do DF ressaltou que o Arapoanga é uma Região Administrativa que possui duas Unidades Básicas de Saúde a UBS 5 e a UBS 6. As 12 equipes de saúde de estratégia da família estão completas que as unidades atendem mais de 400 pessoas por dia.

Ainda de acordo com a Secretaria, a demanda da região cresceu bastante, principalmente pela proximidade com os territórios de Planaltina e Zona Rural, o que fez com que aumentasse a procura de atendimentos nas UBSs da região.



Renata se preparando para o nascimento de seu primeiro filho. Foto: Júlia Clara

SUSTO E A RESPONSABILIDADE ANTES DO ESPERADO

“Não tinha terminado o ensino médio, não tinha base, não tinha nada”, diz entrevistada



Maria Eduarda Bacellar

Entre os corredores da Unidade Mista de Saúde de Taguatinga, adolescentes de 12 a 17 anos esperam pelo acompanhamento do pré-natal. Às 8h30 da manhã de uma sexta-feira, três jovens já foram atendidas e as consultas continuam. As gestantes são moradoras de diferentes regiões administrativas do Distrito Federal, que, em setembro de 2023, já haviam registrado, ao menos, 1.783 casos de gravidez na adolescência, de acordo com dados fornecidos pela Secretaria de Saúde.

A cada consulta, um perfil diferente com experiências singulares, mas todas com uma característica em comum: a responsabilidade precoce. O período de gestação, dizem as adolescentes, transita, de forma brusca, para um amadurecimento obrigatório. Estudar, brincar, se conhecer e explorar os caminhos da juventude transformam-se em atividades interrompidas. A vida é impactada para sempre.

AMADURECIMENTO OBRIGATÓRIO

“Me ver como mãe naquele momento ali, eu não me via. Eu me via na obrigação de cuidar e pensava muito que minha vida tinha acabado, que meus sonhos tinham acabado e que não teria nenhum futuro pra mim.”

Esse é o relato de Suellen Jesus, uma jovem de 23 anos que reside no Paranoá, região administrativa do Distrito Federal. Aos 15 anos de idade, Suellen iniciou um relacionamento amoroso com um rapaz de seu ciclo de amizade. Apesar de conviverem, havia uma diferença de idade de sete anos. Enquanto ela tinha 16 anos, o namorado havia completado 23.

A jovem acreditava que o namorado aparentava ser mais maduro pela idade e, dessa maneira, tinha mais experiência com relacionamentos passados. Dividindo vivências e sonhos, o namorado afirmava que a sua maior realização pessoal seria através da chegada de um filho. Com três meses de namoro, a então adolescente descobriu que estava grávida.

Ao mesmo tempo que ela se sentia des-

preparada com a notícia, fantasiava a concretização do sonho do namorado. Suellen se sentia angustiada e frustrada por imaginar as condições que teria que criar uma criança. A realidade de ainda estar na escola, no primeiro ano do ensino médio, pesava a consciência da jovem. Os objetivos pessoais diferiam dos planos do parceiro e isso a incomodava.

“Foi muito chocante pra mim, muito mesmo. Mesmo sabendo que os atos levariam a aquela consequência, ainda foi muito chocante pelo fato de que eu não sonhava daquela maneira... Não tinha terminado o ensino médio, não tinha nenhuma base, não tinha nada”, afirma a jovem.

Após a descoberta da gravidez, os planos foram suspensos. Naquele momento, estes eram marcados por dúvidas, questionamentos e incontáveis frustrações. A reação do pai foi indiferente. Nada como Suellen esperava.

Não houve atitudes vindas dele. Apesar das relações terem sido consensuais e Suellen ter consciência dos métodos contraceptivos, a jovem não tomava pílula e o rapaz não usava preservativo.

Havia uma pressão psicológica vinda do parceiro para não usar preservativos durante as relações. Com pouca idade, a adolescente não conseguia enxergar que estava sendo manipulada.

Em um relacionamento abusivo, onde tinha sido afastada das pessoas de seu convívio, Suellen começou a enxergar a situação em que estava inserida com dois meses de gestação, terminando a relação.

“O que mais me frustrou durante a gravidez é que o sonho que era dele, eu vivi sozinha. Eu idealizei outra coisa. Eu criei uma expectativa também sobre ele, pelas coisas que ele falava”, diz Suellen

Sem uma rede de apoio, Suellen sentia falta de uma base familiar que a ajudasse a ter uma orientação efetiva. Entre um misto de emoções, a solidão e a vergonha predominavam. A sensação de abandono não concedia perspectivas de novos caminhos para o futuro da adolescente.

Enquanto seu ciclo social adentrava novas fases da vida, Suellen se encontrava incapaz de realizar atividades que antes eram básicas, como frequentar a escola. A rotina tinha virado um dos maiores desafios em sua vida, desencadeando um processo de rejeição gestacional. “Não foi uma gravidez fácil. Eu tive que abrir mão da minha vida social. Estava grávida, tinha vergonha. Acho que alguns ambientes acabam não cabendo mais a gente.”

ROTINA DO PRÉ-NATAL

Segundo a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES), a gestação na adolescência deve ser compreendida como um problema social e de saúde pública. Em uma das unidades públicas, a Policlínica de Taguatinga, é possível identificar que as ocorrências da gravidez precoce são provenientes de diversos fatores da sociedade, como a baixa escolaridade, a desigualdade social, a desinformação sobre sexualidade e saúde reprodutiva e a dificuldade de acesso a métodos contraceptivos.

Em uma sala simples e pequena, a ginecologista e obstetra Fernanda Hak realiza o acompanhamento do pré-natal de adolescentes entre 12 e 17 anos.

Há 12 anos na Secretaria de Saúde e acompanhando o pré-natal de adolescentes desde 2015, a médica consegue identificar padrões que passam por ali toda semana. A médica diz que segue o protocolo vigente na SES, ao receber o diagnóstico de gestação, a adolescente deve iniciar o acompanhamento da gravidez através das Unidades Básicas de Saúde, a depender da região de residência de cada uma. Porém, a realidade difere do esperado. Os sentimentos, muitas vezes, inviabilizam a procura imediata.

“Muitas delas aparecem aqui lá para o 4º, 5º mês. Por quê? Justamente por causa da idade. Com vergonha, com medo dos pais, às vezes na escola. Elas não querem ainda conversar sobre o assunto. Elas não querem assumir a gestação, então, elas começam o pré-natal mais tardiamente”, destaca a obstetra.



Isabelly Lisboa está no sexto mês de gestação e está à espera de Gael. Foto: Maria Eduarda Bacellar

No Distrito Federal, o pré-natal na Unidade Mista de Taguatinga é feito de forma integrada através do atendimento especializado no Ambulatório de Adolescentes em Taguatinga (AADOT). O trabalho conta com o suporte de profissionais de enfermagem, de serviço social e psicologia.

“As pessoas têm ainda preconceito com a gestante adolescente e isso é difícil. Então, ao chegar aqui e ver que a gente acolhe de braços abertos e que a gente quer que dê certo, elas entendem a importância do pré-natal. Aí conseguimos levar uma gestação tranquila, de menor risco para o parto ser tranquilo também”, relata a médica Fernanda Hak.

A Secretaria de Saúde, em nota encaminhada à reportagem, advertiu que a gestação nessa faixa etária pode não só revelar a maior incidência de complicações maternas, fetais e neonatais, mas agravar problemáticas socioeconômicas já enraizadas, como evasão escolar e maior tendência do uso de substâncias lícitas e ilícitas.

Para a médica, o maior impacto está relacionado ao ensino e estudo das adolescentes. Entre os casos que realiza o acompanhamento do pré-natal, a maioria afirma não se sentir apta para continuar frequentando a escola, seja por mal-estar ou insegurança devido à difícil aceitação da gravidez.

“Ela não consegue na maioria das vezes dar continuidade ao estudo regularmente. A gente dá um relatório para a escola para ela conseguir estudar em casa nesse período. E é assim que tem feito essa parceria. Para não ter problemas no futuro para essa menina, atrasar a vida escolar dela e o trabalho [...] A ideia aqui é que ela não pare de estudar, incentivar o ensino e respeitar o tempo de cada uma. Se você não respeita, ela não faz o pré-natal.”

Entre as regiões periféricas, diferentes narrativas permeiam os métodos contraceptivos. O baixo índice de adesão dos anticoncepcio-

nais não está totalmente atrelado a desinformação. Para a SES, a problemática atual está vinculada à falta de orientação em relação à veracidade das informações, atribuindo esta responsabilidade aos serviços de saúde. Dessa maneira, a Secretaria de Saúde reitera que educar sobre contracepção auxilia na desmistificação do uso, no aumento da adesão e na redução de gestações não planejadas.

“A menina hoje engravida por falta de informação? Não. Por falta de acesso? Algumas. Às vezes o anticoncepcional que a gente passou, não é aquele que tem no posto de saúde, ela precisa comprar, e aí às vezes ela não tem. Não sobra dinheiro para anticoncepcional. Os pais de um adolescente, muitos, não querem dar dinheiro para ela usar um anticoncepcional [...] O DIU é colocado na rede pública, nos postos de saúde. Às vezes não consegue tão rápido, então tem que usar um outro método. E nessa, espera do DIU é que elas engravidam”, complementa a obstetra.

IDENTIDADE INCERTA

No aguardo para ser atendida na Policlínica de Taguatinga, Isabelly Lisboa tem 18 anos e realiza o acompanhamento do pré-natal na unidade desde os 17. Natural de São Paulo, a jovem iniciou um relacionamento virtual em 2020, aos 15 anos.

Durante os dois anos do namoro a distância, a jovem visitou Brasília, a cidade natal do namorado, duas vezes. Decidida a morar com o companheiro, na terceira vez, Isabelly trouxe a mudança e se estabeleceu na casa do namorado.

Por ter uma relação aberta com os pais, educação sexual nunca foi um tabu na família. Apesar de ter consciência dos métodos contraceptivos, ela não tomava anticoncepcional, usava somente preservativos durante a relação.

Em menos de um mês na capital, a jovem

começou a sentir alterações físicas em seu corpo e em seu ciclo menstrual. Desconfiada do mal-estar que estava sentindo, um teste de gravidez de farmácia anunciou o início da gestação. Surpresa com a notícia, a sua primeira reação foi de preocupação, relacionada à criação e a condição financeira que seria dedicada à criança.

Incerta sobre seus planos, Isabelly não conseguiu dar continuidade aos estudos e completar o ensino médio por conta da gestação. Sem o convívio com a sua base familiar, que ainda mora em São Paulo, a jovem reclama das alterações psicológicas que têm vivenciado.

“Depois que engravidei, eu venho tendo uma autocobrança, uma crise de identidade onde eu não consigo me identificar mais com a pessoa que eu era antes da gravidez. Sinto uma vontade de mudança”

Com dezoito anos completos em setembro, a jovem formalizou a união do casal perante a justiça em outubro de 2023, realizando o casamento civil. Animados pela chegada do filho, a previsão de nascimento do Gael é para janeiro de 2024.

Para Juliene Azevedo, Mestre e Doutora em Psicologia, a adolescência é um período de autoconhecimento e uma gestação precoce tende a potencializar as incertezas desta fase: “O adolescer já é, por si só, uma fase da sua vida, de um processo onde você tem uma crise de identidade, porque você não é criança e você também não é adulto. Então você fica naquele limiar. Tem momentos que você se comporta como criança, tem momentos que você se comporta como adulto. Quem eu sou? O que eu vou ser e o que eu quero? [...] Quando você passa o impacto para uma gestação, como é que é gerir o outro se eu não sei quem eu sou? Isso gera diversos impactos, tanto na vida social daquele adolescente, que às vezes ele vai ter que deixar de estudar para cuidar da criança ou se ele tem uma rede de apoio, se ele tem consciência do que vem a ser aquele ser humano.”

IMPLICAÇÕES FISIOLÓGICAS

Em uma análise feita e disponibilizada pela Secretaria de Saúde, os dados demonstram que a região administrativa do Itapoã apresenta um dos maiores índices de gravidez na adolescência por quatro anos consecutivos.

Kayane Ramos está dentro desta porcentagem.

Moradora da região periférica, a adolescente tinha 15 anos de idade quando descobriu a gestação. A gravidez não foi planejada. Com três meses de namoro, o acontecimento não era esperado por ninguém de seu convívio.

Desde que começou a ter relações sexuais, Kayane e o namorado sabiam dos riscos que estavam correndo. Porém, o distanciamento da relação familiar dificultou o processo de aprendizagem sobre o assunto. “Nunca fui tão próxima dos meus pais a ponto de ser ensinada a usar uma camisinha ou levada ao ginecologista para tomar anticoncepcional”, destaca a adolescente.

Os maiores desafios psicológicos enfrentados pela jovem foram os julgamentos e a vergonha de ter engravidado na adolescência, sempre comparando a realidade das pessoas ao seu redor. Apesar de nunca ter abandonado os estudos, algo que nunca esteve em seus planos, Kayane pensava como seria o seu futuro dali para frente, como conseguiria sustentar uma nova vida com uma idade tão precoce: “Tudo que a gente pensa primeiramente é: será que eu serei uma boa mãe ou um bom pai? Como será que vai ser?”

Em julho de 2023, aos 16 anos, a adolescente deu à luz. A jovem pretende conciliar a maternidade com a escola após a duração do atestado. Com o auxílio do namorado desde o início da gestação, Kayane começou a trabalhar quando a filha completou dois meses de vida. Investindo na área da estética, a adolescente trabalha como nail designer.

Entre as implicações da gestação precoce e do pós-parto, as mudanças físicas têm afetado o psicológico de Kayane. A adolescente relata que a mudança do corpo, o aumento de peso e o aparecimento de estrias abalaram sua autoestima.

A psicóloga com especialização em terapia cognitivo comportamental afirma que é necessário ter cautela ao tratar desta problemática. Pela adolescente ainda estar em formação, os aspectos fisiológicos de uma gestação precoce tendem afetar ainda mais as jovens.

“Como é que vem a ser os estudos? A questão da autoestima? Porque também tem a questão hormonal da gestação, principalmente feminina, porque isso mexe com ela. Ela é um ser ainda em formação. Ela não é uma mulher, não é uma jovem adulta. Ela é um adolescente ainda com crescimento de pelos pubianos, com questões fisiológicas. Isso tudo vai mexer com ela. Então a gente tem que ter um cuidado muito multidisciplinar na questão da gestação”, complementa Juliene.

UMA NOVA PERSPECTIVA

Dentre as emoções reprimidas, o receio do futuro prevalece. As adolescentes temem as críticas exteriores, o abandono e a nova trajetória que terão de trilhar. Com um filho, as rotas são recalculadas para um destino não acessado ainda.

Com 6 meses de gestação, Suellen conta que Helena quase veio ao mundo, mas chegou

mesmo com 8 meses. Como nasceu prematura, passaram 21 dias internadas no. Sem o apoio do namorado, os dias no hospital ajudaram-na a amadurecer e aperfeiçoar suas habilidades maternas.

A realidade pós-parto foi dura. Sozinha, além de assumir as responsabilidades, a adolescente já não imaginava como poderia realizar todos os sonhos que cultivava antes. Não havia mais relação com o genitor. O contato do pai com a filha dependia de muito esforço de Suellen. Apesar de não abandonar os estudos, Suellen não conseguiu acompanhar o fluxo de matérias, fazendo com que a adolescente reprovasse por dois anos consecutivos: “Eu não tinha mais vida, não tinha mais nada. O que eu vivia realmente ficou para trás. Eu tive que começar uma nova vida”.

Para a psicóloga, em muitos casos, a reação do genitor está atrelada à relação estabelecida entre o casal, que muitas vezes são tóxicas. Sem conseguir distinguir os sentimentos pela imaturidade emocional, as adolescentes se encontram em uma realidade manipulada.

“Até que ponto aquele ceder, ela cedeu a vida dela? Porque um filho vai ser para o resto da vida. Isso acontece muito, principalmente nesses namoros muito tóxicos, onde a pessoa até pede, mas será que ela pediu de verdade? Ou será que foi meu desejo? De querer realizar uma coisa que para ele era só um desejo, mas não era o desejo da vida. A tendência desses primeiros namoros na adolescência é que sejam tóxicos, porque ainda não se tem a maturidade emocional de você se distanciar. A relação está muito intrínseca nos sentimentos. Ela

não consegue diferenciar quem é ela, quem é o outro. A gente percebe muito isso e por muitas vezes acontece a gestação por conta dessa toxicidade e não só pelo desejo”, acrescenta Juliene.

Em meio ao desenvolvimento da filha, Suellen conheceu uma amiga que a convidou para participar de uma comunidade de luta no Distrito Federal, o Kamikaze. Entre os treinos, a jovem criou afeto ao esporte. Aos 23 anos, conta que essa fase ressignificou sua vida: “A luta foi o que me deu direção, me colocou no lugar e mostrou que eu ainda poderia sonhar [...] Os planos não mudaram tanto, mas adiaram muito. Então, o que eu pensei que aconteceria não aconteceu nada do planejado. Mesmo que tenha mudado o tempo, os sonhos continuam o mesmo.”

PLANEJAMENTO REPRODUTIVO

Para a Secretaria de Saúde, o planejamento reprodutivo deve começar a partir da escolha de um método contraceptivo assertivo, com o intuito de prevenir uma segunda gestação. De acordo com estatísticas fornecidas pela SES, aproximadamente 30% das adolescentes tornam a engravidar novamente neste mesmo período.

Através do Sistema Único de Saúde (SUS), são disponibilizados diferentes métodos contraceptivos. Na fase da adolescência, o mais indicado são métodos reversíveis de longa duração, como o DIU. Inclusive, este pode ser inserido no pós-parto imediato



Ultrassonografia morfológica que possibilitou a descoberta do sexo do bebê. Foto: Maria Eduarda Bacellar

PRECONCEITO À FLOR DA PELE

Na parada em Taguatinga, pessoas de fora do Plano Piloto pedem por respeito e lamentam ataques



Vinícius Milhomem

“Eu enfrento muito preconceito quando saio com meu filho na rua. Uma das coisas que eu mais escuto é: olha lá a trava pegando o novinho”

Enquanto o filho Ítalo ajudava Vivian Ribeiro, de 34 anos, a descarregar um caixote lotado com leques de papelão e panfletos, a mulher recordava detalhes da própria história. Ela é servidora pública, mulher trans e mora no Paranoá com o filho de 14 anos, Vivian percorreu 39 km para chegar na 16ª Parada LGBT de Taguatinga, realizada em 2023.

Como uma pessoa trans periférica, ela entende que está mais à mercê do preconceito do que pessoas da alta sociedade. Um momento de preconceito que a marcou aconteceu na rodoviária do Plano Piloto.

Ela estava voltando do trabalho, e ia pegar um ônibus. “Foi quando escutei ofensas como: ‘aquilo ali é um traveco’. Quando olhei para trás, vi quatro rapazes olhando para mim. Por medo, entrei no primeiro ônibus que vi e acabei em outra RA (Região Administrativa). Tive que pedir um uber para voltar pra casa”.

Esse caso de transfobia é uma das situações diárias que Vivian sofre ao exercer o pleno direito de existir. Ela conta que os julgamentos e as olhadas tortas são comuns para ela e para outras pessoas trans e travestis. “Olhares têm em todo e qualquer lugar até porque eu não sou uma mulher trans padrão”, desabafa.

Esses olhares e julgamentos não encontram espaço nas paradas LGBTQs. O dia 15 de outubro de 2023 foi marcado pelos respeito e cores que o trio elétrico esbanjava. “Estar no meu dia, marchando pelos direitos que a gente já tem enquanto sociedade civil e lutar por mais direitos é motivo de comemoração”, Vi-

vian fala com um sorriso.

DA SIMPATIA AO PRECONCEITO VELADO

Próximo ao acúmulo geral de pessoas que estavam na Praça do Relógio, na parada de Taguatinga, uma tenda vendia camisetas e bonés que estampavam vários arco-íris. Me aproximei da dona do local, uma mulher bem humorada, Angela Rangel, 56 anos. Ela não poupou palavras nem a alegria para expressar o orgulho de estar na Parada LGBT, principalmente no momento atual em que os direitos das pessoas LGBTQIAP+ foram ameaçados.

“Essa parada é maravilhosa pelo volume de pessoas que vem pela visibilidade que ela dá pra todo mundo. Não só para a comunidade LGBT, mas para as pessoas que ainda não saíram do armário e sabem que existem espaços para a gente em vários lugares”.

Ela ressalta a parte de pessoas que ainda não “saíram do armário”, pois Angela demorou para conseguir se expressar como uma mulher lésbica. Ela conta que se entende como uma pessoa LGBT desde criança, mas reprimiu a própria sexualidade por conta da homofobia interna e externa imposta pela família.

Ela casou com um homem e teve três fi-

lhos, porém, aos 26 anos, ela se entendeu plenamente como uma mulher lésbica. Ela largou o casamento, mas se manteve próxima dos filhos. “Depois de um tempo, eu fui entendendo que não é bem assim. Não era errado nem pecado. Comecei a não ter problemas com a minha sexualidade”, orgulha-se Angela.

Quando Angela saiu do armário para a família, contou para todos amigos e colegas de trabalho, ela relata que sofreu preconceito no ambiente de trabalho. Angela é aposentada da secretaria de saúde. “Preconceito eu sofri a vida inteira. Há alguns anos atrás, tive muito problema com o trabalho. Trabalhei na rede pública de saúde por 36 anos, então realmente sofri preconceito em vários lugares.”

Hoje em dia, Angela é casada com a sua parceira. O casal mora em Sobradinho. O filho Hugo, de 34, é aliado na luta contra o preconceito. Ele até a ajuda a montar tendas de vendas quando há paradas ou manifestações em prol dos direitos da comunidade.

A aposentada compara a região onde vive com o Plano Piloto. Ela avalia que Sobradinho ainda é um pouco retrógrado em relação às vivências de pessoas LGBTQs. “Onde eu me sinto mais acolhida, que as pessoas também naturalizam, que eu acho super tranquilo, acho lindo, acho fofo até demais é ali pela Asa Norte”, avalia.



Vivian Ribeiro na 16ª Parada LGBTQIAPN+ de Taguatinga. Foto: Vinícius Milhomem



Melissa Costa sobre as bandeiras. Foto: Vinícius Milhomem

PRECONCEITO NADA VELADO

Esse sentimento de acolhimento pleno no Plano Piloto não é o mesmo que Melissa Costa, de 29 anos, moradora da Cidade Estrutural, sente: “Eu acho que o preconceito no plano é mais velado”. Apesar disso, ela cita que a Asa Norte é um espaço onde tem mais locais comerciais e culturais voltados para o público LGBT.

“Eu moro na Estrutural e eu não vejo comércios LGBTs, que incluam a gente. Já no Plano Piloto, eu vejo vários lugares, vários bares, vários cafés, baladas, entendeu? Que são voltados pra gente. Então, se eu for me voltar à cultura, vou me voltar ao Plano Piloto”, comenta.

Ela relata as próprias vivências enquanto o grupo de amigos dela estavam ao nosso redor. Alguns estavam com a bandeira arco-íris enrolada no corpo. Estávamos no meio do grupo, sentados no meio-fio. Havia bandeiras coloridas e pessoas dançando ao redor. Melissa fez questão de ressaltar para mim que se sente confortável na Cidade Estrutural apenas quando está com o grupo de amigos também LGBTs.

“Lá a gente tem o costume de andar muito junto. É um grupo bem grande de LGBTs, entendeu? Então acho que isso faz com que a gente se sinta mais confortável dentro da cidade. De existir. Parece que temos uma força maior dentro da cidade”, explica Melissa.

Melissa conta que se sente segura na cidade onde mora, mas que já passou por situações de preconceito na periferia. “Já sofri homofobia dentro da Cidade Estrutural. Uma vez eu entrei numa distribuidora para comprar bebidas, eu estava com a minha namorada e ali eu fui xingada, não foi uma violência física, mas foi uma violência simbólica”, relata.

Ela se entende como mulher lésbica, desde os 14 anos de idade. Mas avalia que caso não se impusesse na Cidade Estrutural desde cedo, a realidade seria completamente diferente.

“Se a pessoa não se auto-afirmar, vão fazer ela ficar dentro daquela cultura (heteronormativa). Então acho que, pra quem não é uma pessoa que se entende como LGBT, é mais sofrido, porque lá (Cidade Estrutural), eles vão tentar te encaixar na norma e falar que você é uma pessoa errada”.

DIFFICULDADE DE LOCOMOÇÃO

Próximo ao grupo de Melissa, à esquerda da torre de relógio, estavam sentados em um banco os amigos Samuel Dias, 25 anos, e Ítalo Mariano, 26 anos. Os dois sabiam exatamente o que dizer quando os perguntei sobre a importância de haver visibilidade sobre violência de gênero em outras regiões administrativas além do centro de Brasília.

Tanto Ítalo quanto Samuel comentam sobre a importância do acesso a esse evento para os moradores de fora do Plano Piloto, principalmente para as pessoas que dependem exclusivamente do transporte público. Samuel, que é morador da cidade Ocidental (GO), reforça: “Quando a gente vai ao plano, tem aquela preocupação de como ir e como voltar. Às vezes temos que voltar cedo, por conta do ônibus”.

Ele reforça que a presença da parada LGBT fora dos centros é uma forma de representatividade para pessoas periféricas. “É a questão de mostrar que existem pessoas LGBTs fora do plano piloto, fora da Asa Sul, da Asa Norte. A gente está em todos os lugares. Acho que é importante pensar nisso também, não só na questão do acesso, mas na questão da representatividade”, complementa.

Ítalo mora em Taguatinga Norte e diz se sentir confortável na parada do Orgulho LGBT. “Essa já é a minha sétima parada, eu acho incrível. Eu me sinto super representado”. Apesar da facilidade de chegar ao evento e da maior acessibilidade para pessoas que dependem do transporte público, Ítalo não descarta o evento que ocorre no Plano Piloto.

Durante o nosso contato, Samuel compartilha uma situação de violência verbal que sofreu na Cidade Ocidental, enquanto voltava para casa. Ele conta que estava de noite e passava por uma rua não iluminada quando um dos moradores do local o xingou e utilizou palavras homofóbicas. “Aproveitaram que não tinha como eu ver quem era”, comenta.

VIOLÊNCIA LGBT NO BRASIL

Assim como Vivian, Melissa e Angela, outras pessoas LGBTs sofrem constantemente com a lgbtfobia no DF e Brasil. De começo um comentário agressivo, depois a violência física e por fim, tragicamente, essa população é morta.

Segundo um dossiê realizado pelo Observatório de Mortes e Violências contra a população LGBTI+ 273 mortes de forma violenta no país de LGBTs aconteceram em 2022. Dessas mortes, 228 foram assassinatos, 30 suicídios e 15 outras causas.

O Dossiê revela que desses casos de violência, 58.24% (159) são contra a população de mulheres trans e travesti, 36.16% (96) contra homens gays, 2,93% (8) contra lésbicas e 2.93% (8) contra a população trans masculina.

A IMPORTÂNCIA DA PARADA LGBT

O organizador da Parada LGBT de Taguatinga, Michel Platini, explica que é fundamental reunir eventos que acontecem na periferia.

Michel comenta que o evento é uma celebração, mas também é um movimento político.

“A gente é luta e é fervo também. Só o fato de estarmos aqui de pé, com tantas adversidades que vivenciamos, e levantarmos a cabeça e ainda olhar pra si e dizer eu sou isso e eu tenho orgulho de ser quem eu sou, isso tem que ser celebrado”.

Michel finaliza afirmando que a luta LGBT é constante, diária e muitas vezes inconsciente. “O fato de ter um casal na rua de mãos dadas, é uma forma de ocupar a rua, lutar por quem não tem coragem de fazer isso”, complementa.

Todas as pessoas da comunidade LGBT presentes na Parada do orgulho de Taguatinga possuem algum relato ou história de dificuldade em relação à lgbtfobia. Ítalo Mariano dá voz à todas as pessoas que não conseguem conversar, mas que gostariam de expressar: “Acima de tudo a parada é um ato político. Há 10 anos, repudiamos o estatuto que tentava tirar os LGBTs da condição de família. Dez anos depois, a sociedade ainda está atrasada nesse sentido”.

Para Geziel Miranda e para algumas outras pessoas que conversei durante a parada do orgulho de Taguatinga, a periferia se relaciona de uma forma diferente com a comunidade LGBT. A falta de recurso e a vida financeira afetam diretamente a vida da comunidade. “Eu acho que pra você viver a sua sexualidade plena, ainda assim é envolvido um pouco de dinheiro, porque você precisa ter acesso a esses espaços LGBTs”.

DEPOIS DAS GRADES

Ex-detentos de áreas periféricas do DF buscam redenção e retomada da vida

Cecília Ledo

Era nas ruas da Santa Maria Sul, quadra 100, que o futebol entre a molecada rolava. No lugar do campo verde de futebol e as chuteiras, o chão batido e os pés descalços. Em meio aos garotos suados que se divertiam com a brincadeira, estava o “Galeguinho”. Ele nutria um sonho: ser jogador de futebol. Galeguinho frequentava a escola e, nas horas vagas, gostava de treinar para os campeonatos que o time participava. O menino de família humilde não tinha chuteira, meião ou esperança. Mas lembra com carinho daquele tempo porque sobrava liberdade. Até o dia em que tudo mudou. As grades entraram no jogo.

Filho do meio, o pai era vigilante e, quando podia, complementava a renda como ajudante de pedreiro. A mãe era diarista. Foi em meio a essa realidade de escassez que Galeguinho marcou um ‘gol contra’. Na grande área, acabou se envolvendo com furto e roubo. Aos 17 anos, passou de Galeguinho para “Emerson Franco”, adolescente recluso pelo Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE), em Brasília. Lá não tinha nem liberdade nem esperança.

“Eu sempre tive muita consciência das escolhas que eu fiz e faço, mas acho que era muita revolta, muita indignação com a desigualdade social, com o Estado que sempre foi muito ausente com a dificuldade que a gente passava na quebrada.”

Da adolescência para a vida adulta, no crime foi como um instante. O garoto que então sonhava ser jogador de futebol teve o sonho adormecido. A realidade era de violência, criminalidade e punição.

“Entrar para a criminalidade era algo pra descontar em alguém, sabe? Aquela revolta daquele sofrimento que a gente tava passando.



Foto: Arquivo pessoal

Quando eu vi, eu já tava praticando delitos, furtos, assalto e tal”

CANETINHA DEIXOU A CANETA

Não muito longe da Santa Maria Sul vivia o “Canetinha” em uma casa na M Norte. Ítalo Jardel de Souza era um menino simples, de família humilde, seu lazer preferido era o desenho. O garoto que nunca conheceu o pai passou por vários lares durante sua infância. A avó materna, na intenção de dar melhores

dar melhores condições ao neto, mandou Canetinha para o Maranhão sem que a mãe soubesse. O menino que não conhecia o pai, estava agora sem a mãe, trilhado um novo caminho, sozinho...

Com apenas três anos de idade, Ítalo conheceu a nova casa. A mãe adotiva, Benedita, era cuidadosa mas também não tinha muitos recursos financeiros. Mas a sorte não estava do lado do garoto, foi em um acidente que perdeu a mãe adotiva. Novamente, Canetinha estava desamparado.

Após a morte da mãe adotiva, Ítalo foi acolhido por uma outra família. A esperança de um futuro melhor passou a crescer novamente. Foi com o passar do tempo que a disciplina rígida da família tornou-se uma rotina de agressões contra o garoto. Por um momento, o menino teve que deixar os papéis, as canetas e as tintas de lado. O companheiro se tornou um carrinho de picolé, de onde tirava o sustento para ajudar a família.

Vendo essa situação, a avó biológica resgatou o menino. Em 1994, aos 10 anos, Ítalo volta a morar em Brasília com a avó e as tias. O sonho de viver de arte não tinha sido deixado de lado, mas as condições que Ítalo vivia, a falta de apoio e incentivo da família dificultavam torná-lo realidade.

“Os professores iam ver eu estava desenhando, não estava fazendo lição, quando era na reunião os professores falavam né? Eu apanhava em casa, ficava muito de castigo. Uma vez eu pedi pra fazer um curso de desenho.... ela [avó] falou vai estudar que tu tem mais futuro”

A revolta, a violência e o desamparo fize-

ram parte da vida de Ítalo desde a infância, mas foi na adolescência que esses sentimentos se intensificaram. Nas ruas da M Norte a rivalidade crescia entre os adolescentes de quadras diferentes, disputa de território e pontos de venda de drogas eram cenas comuns. Foi durante o início de sua adolescência, que assim como Emerson, Ítalo se viu envolvido com diversos delitos.

Em 2006, com 21 anos de idade, foi detido pela primeira vez, ele tinha acabado de conseguir um emprego como pintor, a vontade era desenhar uma nova história. Mas cometeu um erro que não podia ser apagado com borracha, o rapaz foi abordado por duas viaturas do Bope quando estava fazendo o transporte de drogas de uma rua para outra a pedido de um “amigo” da antiga vida.

Após cumprir 2 anos da pena em regime fechado, Ítalo passou a trabalhar com a pintura de casas e prédios. O sonho de ser artista ficou guardado na gaveta e o grafite passou a ser apenas um hobby. O rapaz que trabalha de maneira informal conta que é muito difícil sustentar seus três filhos com o dinheiro que ganha. “Sou autônomo. Na época das chuvas, as contas apertam porque a procura pelo serviço diminui muito”

DIMENSÃO

As histórias de Ítalo e Emerson não são únicas. O Distrito Federal tem a 2ª maior proporção de jovens cumprindo pena no socioeducativo. Os dados são de 2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e mostram que a capital do país tem 22,2 adolescentes presos a cada 100 mil habitantes. A taxa é maior do que em São Paulo e no Rio de Janeiro, as maiores metrópoles do Brasil.

Com o passar dos anos a história tem se mostrado cada vez mais grave. Entre os anos de 2000 e 2022, o Brasil expandiu em 372,5% sua população carcerária. No ano 2000, o Brasil contava com 174.980 pessoas privadas de liberdade, já em 2022, esse número encontrava-se em 826.740 (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023), o que faz o Brasil ocupar o terceiro lugar no ranking de maior população carcerária do mundo.

Mencionar esses dados é fundamental, mas é ainda mais importante falar sobre o processo de ressocialização desses jovens. São milhares de adolescentes que cumprem suas penas e por falta de oportunidade e incentivo se inserem cada vez mais no contexto de criminalidade.

O estudo de 2021 realizado pelo “Justa”, organização que analisa dados do financiamento e da gestão do Sistema de Justiça “O funil de investimento da segurança pública e prisional no Brasil” aponta que os Estados investem quase três mil vezes mais em policiamento do que em políticas para egressos da prisão. Para cada R\$ 2.758 gastos com policiamento nos estados, apenas R\$ 1 é destinado para políticas que garantam os direitos de egressos do sistema prisional. Na mesma proporção, R\$ 678 são gastos com o sistema penitenciário.

Segundo a diretora executiva do Justa, Luciana Zaffalon, o levantamento reforça a urgência dos governos repensarem o desenho da política criminal e interromperem a retroalimentação de um sistema que gera ainda mais violência. “É fundamental reverter essa lógica de gastar mais com polícia e repressão e menos com quem está saindo da prisão. Só assim teremos condições de reduzir o encarceramento em massa e, então, romper com o atual ciclo de violência institucional produzido pela passagem pelo cárcere e com a consequente exclusão social.”

REINCIDÊNCIA

O relatório do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), apontou que a média de reincidência desses ex-detentos corresponde a 21% no primeiro ano, progredindo a uma taxa de 38,9% após 5 anos de saída do Sistema Penitenciário. Foram analisados, no total, a vida de 979 mil presos, entre 2008 e 2021.

O professor de direito Tédney Moreira, pesquisador do tema da ressocialização de detentos, afirma que a pena tem por finalidade deixar o cidadão em circunstâncias adequadas de voltar à convivência com a sociedade. “A pena não deve ter apenas o caráter de punição, mas também de ressocialização ou reintegração, isto é, de propiciar meios de que a pessoa em custódia estatal possa voltar à sociedade sem delinquir”.

TORTURA

Embora esse cenário seja o ideal, não é exatamente assim que a história acontece. “A experiência no Caje foi a que mais marcou a minha vida”, comentou Emerson em entrevista.

Em 2006, o jovem passou por sua primeira apreensão. “Dentro do crime, a gente tinha que manter uma postura de que homem não sente medo. Mas quando eu chego no CAJE, eu vi aquele espaço pequeno, milhares de adolescentes. As torturas físicas, psicológicas, alimentação precária eu fiquei muito assustado.”

O antigo Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE) foi demolido em 2014. Desde sua fundação em 1976, dois servidores e 30 adolescentes morreram. Além disso, a superlotação foi um fator que sempre esteve presente.

Um quarto comum, projetado para abrigar uma ou duas pessoas, no máximo, chegou a acolher seis indivíduos. Atualmente, o Sistema Socioeducativo conta com nove Unidades de Internação, seis Unidades de Semiliberdade e 15 Unidades de Atendimento em Meio Aberto, e 1.091 socioeducandos em acompanhamento no total.

Questionada pela reportagem, a Secretaria de Justiça e Cidadania do

Distrito Federal (Sejus-DF) optou por não se pronunciar a respeito dessas mortes e sobre as condições de vida dos socioeducandos do CAJE, mas alegou que “Os adolescentes vinculados ao Sistema Socioeducativo são atendidos de modo integral, com a garantia de direitos e acesso a serviços sociais, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É importante dizer que não há superlotação, o que confirma o atendimento íntegro e humanitário entregue aos socioeducandos.”

Quando Emerson saiu do CAJE, não tinha mais bola, gol, nem festa, nem aula. Ele estava assustado, guardava com ele as fortes lembranças que viveu no CAJE. Mas esse sentimento se transformou em uma revolta ainda maior. E novamente a vida de crimes voltou a fazer parte da sua história.

Foi em 2008 que Emerson chegou à Papuda. Com o passar dos anos a ficha criminal ficava cada vez mais extensa: assaltos, porte ilegal de arma, tráfico de drogas, corrupção de menores... Ao todo, foram quase sete anos de prisão em regime fechado, após condenação a 17 anos em segurança máxima. O cenário da papuda conseguia ser ainda pior.

“Eu cheguei numa cela, que tinha 34 homens, no Centro de Detenção Provisória da Papuda - CDP. Só que esse espaço físico comportaria no máximo 10 pessoas porque tinha 10 camas mas tinha comigo 34 pessoas. Então parte do meu corpo pra dormir ficava pra dentro do banheiro e outra parte pra fora”

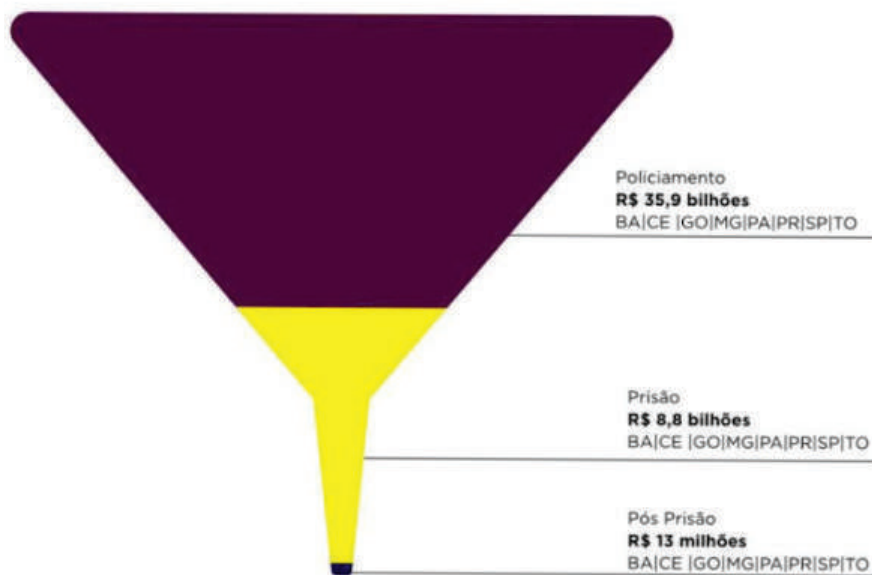
Presos, sem espaço, e sem as mínimas condições de vida, e dignidade. Emerson compartilhava o espaço e a história com 33 homens em sua maioria com apenas o ensino fundamental completo e outros nem alfabetizados eram.

A violência fazia parte da rotina de agentes e detidos, e a falta do acesso a profissionais de saúde levaram muitos deles a perder a vida. Violência velada e mortes sem respostas.



Foto: Arquivo pessoal

FUNIL DE INVESTIMENTOS



Fonte: Portais da Transparência dos estados/Elaboração JUSTA

Entre as diversas histórias de companheiros de celas que foram perdidos dentro do sistema prisional Emerson relata que um companheiro que ia para o castigo constantemente era muito perseguido por causa do crime que ele cometeu contra a corporação. “Um dia, o corpo dele foi encontrado morto dentro da cela”.

A experiência do ítalo também não foi muito diferente, corte de água e luz, destruir pertences e molhar os colchões eram os castigos menos severos. Além das torturas psicológicas, da dificuldade no acesso aos remédios e profissionais da saúde.

“Quando eu cheguei lá, a primeira coisa que o comandante da cadeia lá falou foi que o nosso direito era não ter direito. Um cara de Ceilândia deu um ataque de asma uma vez, chamamos os policiais, eles botaram ele na gaiola no meio do relento e jogaram água nele. No outro dia ele já amanheceu duro”

Em seu tempo livre, Emerson passou a se ocupar com diferentes tarefas, trabalhou na cantina, na limpeza, e na biblioteca “É como diziam os Racionais, era preciso matar o tempo para o tempo não matar a gente”, relembrou em entrevista. Mas foi pelos livros e pela escrita que Emerson se apaixonou.

Emerson passou a ler e escrever, ele ajudava outros detentos a redigir e ler as cartas que chegavam das famílias. Passou então a ser chamado de “professor” pelos colegas de cela.

Papel e caneta eram artigos de luxo na Papuda. A solução era cobrir embalagens e jornais com creme dental. O lápis era improvisado, feito com pólvora de palito de fósforo. Os dias se passavam e o “professor” escrevia suas vivências dentro do cárcere. Os relatos que um dia foram apenas desabafos se transformaram em um livro. “O livro surge dessa necessidade de contar a minha história de vida, mas também de denunciar a podridão do sistema prisional”

UM RECOMEÇO...

Depois de cumprir sua pena, não havia mais pendências com a justiça Brasileira. Em

2016, Emerson estava livre. O rapaz que um dia foi “Galeguinho”, “Emerson Franco”, e o “Professor” tinha agora um novo rótulo, quase uma sentença. Agora ele era ex-presidiário.

A busca por um emprego digno havia começado, mas não foi tão simples. “Eu participava de processos seletivos e entrevistas de emprego ia bem nas prova, redação mas eu nunca era contratado porque quando chegava na parte da entrega de documentação pedia o nada consta criminal e aí infelizmente ia constar muita coisa ao meu desfavor então eles não me davam oportunidade”

As algemas que, nesse momento, prendiam Emerson não são as mesmas de anos atrás. O estigma e o preconceito da sociedade condenaram ele para sempre, reduziram todas suas vivências e quem ele é para um único rótulo.

“O processo de ressocialização é muito complicado. Primeiro, porque o preconceito é muito grande e a sociedade é muito preconceituosa. Como você ressocializa alguém que nunca foi socializado? Muitas pessoas defendem o discurso de que bandido bom é bandido morto né, eu já ouvi isso muitas vezes.”

O rapaz recém egresso do sistema penitenciário e pai de uma menina de 3 anos na época, precisava de um meio de sustento para a família. Com a falta de oportunidade, usou o trabalho informal como meio de sobrevivência, passou a ser vendedor ambulante. Mas a realidade não era fácil, a dificuldade fazia as antigas sombras tentarem reaparecer.

“Eu não queria voltar para a criminalidade, mas ela tava ali... o tempo todo querendo me abraçar”. A face da crueldade se apresenta até dentro da escola. Ele lamenta que a filha teve que mudar de lugar de estudo porque era vítima de piadas de colegas e olhares curiosos porque o pai passou pelo sistema penal.

Em meio aos conflitos internos, o desejo de mudar de vida e dar um futuro melhor para a filha falou mais alto. Foi na educação que Emerson conseguiu dignidade, terminou o ensino médio em uma escola em Santa Maria, e incentivado pelos professores Antônio Gon-

çalves e Dinar Ramos, que Emerson prestou vestibular e entrou para o curso de sociologia.

Paralelo aos estudos, surgiu o projeto “Papo Franco” que começou lá em maio de 2016 assim que Emerson saiu da cadeia. Ele conversava com a molecada da sua quebrada sobre sua história e tentava alertar os meninos. Em pouco tempo Emerson estava palestrando em escolas, unidades socioeducativas em diferentes Estados do Brasil.

Depois de formado, em 2021, Emerson prestou o primeiro concurso da sua vida para o cargo de professor temporário de sociologia da Secretaria de Educação. Aprovado na avaliação: sua história passa a tomar um novo rumo.

Hoje, seu projeto “Papo Franco” já passou por mais de 400 escolas do DF e do Entorno e mais de 39.500 estudantes contemplados. O livro “Francas Palavras” foi publicado em fevereiro deste ano pela Avá Editora.

Pelo corpo, 30 tatuagens contam um pouco da sua história. Entre elas, o nome da mãe e do avô, a data de nascimento das duas filhas Catharina e Manuela e a mais significativa segundo ele: a palavra “Liberdade”.

“A palavra liberdade, para mim, simboliza muita coisa porque uma vez que, se passa pelos espaços de privação, perde-se a tua liberdade. Eu acho que é o maior bem que o ser humano tem. Quando você reconquista, não quer nunca mais perdê-la. Mas essa liberdade não é apenas do corpo físico. Eu quero ela em toda a sua essência psicológica, mental, espiritual, emocional, de ser quem eu quiser ser, ter a profissão que eu quiser”, diz o professor que, finalmente, se sente em liberdade.

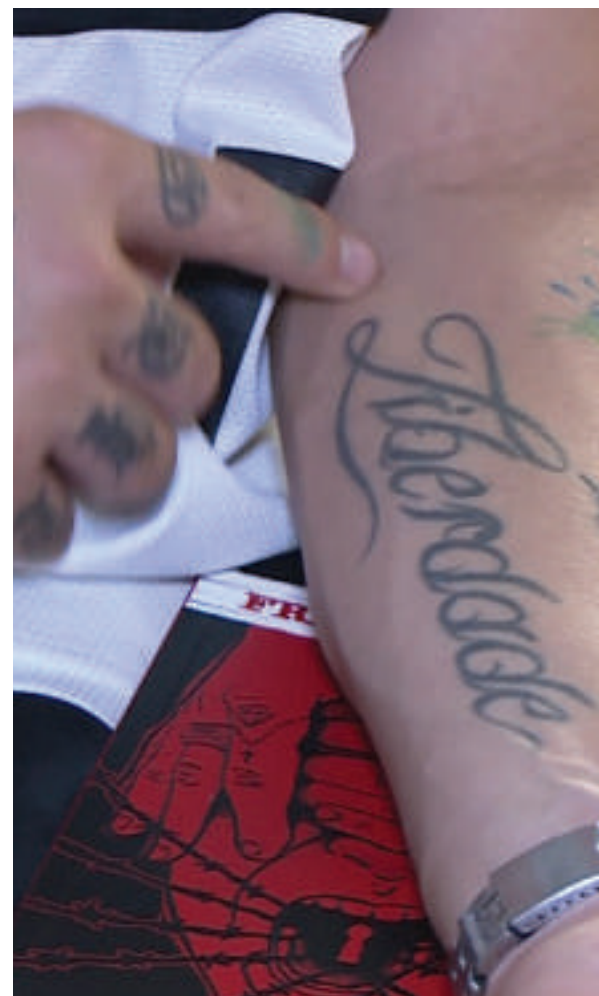


Foto: Wagner Moreira/Reprodução

TRAUMA DA FARDA

Cidadãos periféricos não se esquecem de agressões cometidas por agentes do Estado; PM diz que não hesita em tomar as medidas em casos de ações policiais que ultrapassem limites constitucionais



Ana Carolina Miranda

Uma jovem de pele parda teve a mochila revirada, todos os pertences jogados no chão, enquanto dois homens a seguraram com uma força capaz de quebrar seu braço. Tudo isso por não estar portando um documento e morar onde mora. Essa é a lembrança traumática da profissional de telemarketing Rafaela* de 28 anos, que, aos 16, foi abordada de forma agressiva por três policiais militares brancos, em Ceilândia Norte. O episódio ocorreu em 2011, mas nunca saiu da sua cabeça. Até hoje, ela tem receio de policiais.

Ela estava a caminho da casa de sua mãe quando os policiais saíram do camburão e solicitaram o documento de identificação. Rafaela se dispôs a buscá-lo, pois ainda estava perto de sua casa, mas um policial começou a revistar sua mochila, jogando todos seus pertences no chão, enquanto os outros dois a seguravam com muita força pelo braço com intuito de quebrá-lo.

“Só pararam de me machucar porque eu gritava muito e isso chamou atenção de todos que passavam e alguém foi até minha casa chamar minha tia”

A vítima acredita que a abordagem da polícia foi violenta por preconceito, por ela residir em Ceilândia Norte, região administrativa do DF. A região periférica que é a mais populosa de todo o Distrito Federal, com 350.347 moradores segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) realizada em 2021.

Ela conta que não foi a primeira a sofrer esse tipo de abordagem e não será a última, pois essa é uma situação recorrente na área em que mora. “Eu sempre tive muito respeito por policiais, mas hoje em dia não enxergo a polícia com os mesmos olhos de antigamente, como protetores, pois nem todos são assim. Depois desse dia eu me senti muito discriminada por parte da polícia. Qualquer viatura que eu via, eu já ficava com muito medo de passar por toda aquela situação de novo”, desabafa.

Rafaela acredita que a forma como a abordaram quando mais jovem nunca teria ocorrido com uma pessoa de pele branca que morasse em bairro nobre. “Quando fui abordada, me disseram que por eu morar onde morava, me tornava uma pessoa suspeita para a polícia. E, para justificar a abordagem, acrescentaram que os bandidos não usam ‘estrela na testa’ para se diferenciarem”.

Por ser uma mulher periférica, não acusou formalmente os policiais por abuso de poder, por medo de não acreditarem em sua palavra. “Infelizmente, conheço pessoas que já foram assaltadas, agredidas, que ficaram com medo de registrar um boletim de ocorrência, porque

sabiam que não acreditariam na palavra deles, por serem negros e periféricos”.

A VERSÃO DA POLÍCIA

De acordo com o Major Michello, 47 anos, a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) se destaca como uma instituição com baixos indicadores de violência policial. “Isso é resultado de um compromisso constante com a legalidade e o respeito aos direitos humanos, que começa desde o processo seletivo e se estende ao longo de toda a carreira do policial militar”, destaca.

Michello destaca que a PMDF, em sua missão de promover a segurança e a ordem pública, baseia-se na repressão imediata da criminalidade, sempre fundamentada nos direitos e na participação da sociedade. Valores fundamentais como ética, honestidade e respeito aos direitos humanos orientam a atuação da corporação.

“Assim, a Polícia Militar do Distrito Federal se firma como um exemplo de instituição comprometida com a segurança pública e o respeito aos direitos humanos, demonstrando primar por uma abordagem responsável e ética na atuação policial”, completa o Major.

SELETIVIDADE

O sociólogo Yago Junho acredita que existem disparidades étnicas ou raciais na manei-



ra como a violência policial é aplicada nessas comunidades. “Não me lembro de nenhuma operação policial no Leblon, por exemplo. Não sei de nenhum apartamento em Ipanema que tenha sido invadido sem mandado judicial. Na maioria das vezes as balas perdidas em tiroteios entre policiais e bandidos encontra corpos jovens e negros”, relata Yago, que é mestre em teoria da literatura e identidade cultural pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

O especialista explica que a desigualdade social, a falta de investimentos em educação, cultura e infraestrutura são fatores socioculturais que contribuem para a perpetuação da violência policial contra pessoas periféricas. Ele acredita que o primeiro passo para combater essa realidade é eliminar a “mentalidade de guerra” dos policiais.

De acordo com Yago, com políticas públicas reformuladas para abordar a questão da violência policial nas comunidades periféricas, pode-se iniciar um processo de desestigmatização destes ataques. “Temos de entender que a questão dos direitos humanos não é proteção aos bandidos, mas sim uma condição fundamental para começarmos a combater de fato a criminalidade”, completa.

“É COMUM”

O policial civil aposentado Cássio Thyone, que era perito criminal da corporação, é atual presidente do Conselho do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (CFBSP), destaca que no Distrito Federal é “comum” ocorrerem episódios de brutalidade durante abordagens policiais. Ele reconhece que a polícia não deve, em circunstâncias desnecessárias, recorrer à truculência ou agir de maneira violenta.

O especialista aponta dois fatores que contribuem para a recorrência de incidentes de violência policial: a falta de capacitação dos membros militares e a carência de medidas punitivas adequadas para aqueles envolvidos. “Abordar a interligação entre a violência policial, o racismo e o preconceito desempenha um papel crucial no alto número de vítimas de letalidade policial no país”, completa o presidente do CFBSP.

RACISMO E IMPUNIDADE

Para o pesquisador Anderson Cruz, as ações violentas perpetuadas pela polícia são inicialmente respaldadas pelo Estado e também pelo racismo sistêmico presente na sociedade brasileira desde a abolição da escravatura. A combinação de fatores como “raça, classe e território” acaba sendo uma autorização implícita para ações violentas contra a população negra. Anderson Cruz, que é advogado, explica que há relação histórica da questão racial e da pobreza com a violência.

De acordo com ele, existe também a implicação que na cultura herdada enquanto sociedade brasileira, o aparato estatal servia para proteger as elites brancas e com poder aquisitivo.

Outro ponto que o especialista aborda é a cultura autoritária que ainda está enraizada



dentro das instituições públicas. Nesse contexto, os marginais (aqueles que estão à margem do modelo imposto vigente) são perseguidos, em nome de combater a criminalidade a qualquer preço, julgados com base em critérios étnicos, periféricos e baixa renda.

“A impunidade, a formação inadequada de policiais e a marginalização da população carente são fatores que levam à prática da violência policial no Brasil. A violência como instrumento de controle sociorracial, contra a população negra e pobre, dos territórios historicamente ocupados por essa população”, diz o advogado.

Anderson Cruz considera que as abordagens policiais, por exemplo, são derivadas de uma política de combate a violência em processos de hierarquização social, como o racismo, a desigualdade de classe e renda.

O uso de violência e agressividade por parte de policiais é notada pelos moradores de áreas mais carentes e mais suscetíveis. O especialista também observa a existência de um padrão de abordagem policial violenta contra certos grupos, como jovens, moradores de rua e encortiçados. “Geralmente [as vítimas], são os homens negros, com até 40 anos, moradores de favela, periferia e renda de até três salários mínimos”, finaliza Anderson.

“GENOCÍDIO”

A socióloga Viviane Pires, especialista em didática e educação, acrescenta que o problema da letalidade policial é percebida a partir do genocídio de jovens negros. A letalidade policial e o extermínio de jovens negros é caracterizado como mortes ou práticas de violações aos direitos humanos que são cometidas por policiais em relação a juventude negra.

“E essas ações são estruturadas como uma política que envolve a articulação de policiais, governantes e de secretários de segurança pú-

blica”. Para a socióloga, as participações são percebidas em ações de arquivamento de casos de homicídios, aumento do corpo policial e discurso letal proferidos por governantes contra a população periférica.

Desta forma, a profissional acredita que seria necessária uma corregedoria atuante que punisse os excessos praticados pelos agentes da lei. Na visão dela, é no ato de impunidade que se permite que tais atrocidades continuem gerando a reprodução de violações de direitos humanos. A socióloga finaliza dizendo que é necessário conscientizar a população de que essas práticas de extermínio e violação dos direitos humanos são erradas e ressalta a importância dos movimentos sociais.

“Temos como exemplo a situação dentro dos Estados Unidos. Lá, quando um jovem negro é vitimizado pela violência policial, o próprio corpo social vai as ruas pedir justiça. Pois, essas ações de violência se dão a partir de um discurso que é aprovado por parte de pessoas, que acreditam que atitudes como essa estão sendo realizadas para a segurança dos cidadãos.”

Viviane percebe que parte da população é persuadida a acreditar que o problema dos homicídios de jovens negros são resultado de confronto entre policial e indivíduos que são envolvidos com o tráfico de drogas. Portanto, os autos de resistência são o principal meio para justificar a letalidade policial que atinge o cotidiano dos jovens negros moradores de periferia.

“Desta forma, notamos que o discurso letal produzido pela mídia, e que são compartilhados por alguns governantes e incentivada por instituições de segurança pública ajudam a justificar que a causa da mortalidade de jovens periféricos tem como justificativa motivacional a questão da guerra às drogas”, conclui a especialista.

*O nome foi alterado para proteger a identidade da entrevistada.

“DO LADO DE CÁ”

Naquela que é uma região desassistida de políticas públicas, iniciativas fazem a função do Estado. GDF diz que tem parceria com entidade. Moradores da Estrutural precisam de apoio de coletivo



Madu Toledo



Estima-se que 35.801 pessoas moram na Estrutural. Foto: Madu Toledo

Força, cultura, resistência. Para Gabriel França, essas são as três palavras que definem a Cidade Estrutural.

Dos 18 anos recém completos, Gabriel frequenta o Coletivo da Cidade, uma Organização da Sociedade Civil que preza pela transformação social através de alternativas artísticas, desde que era uma criança de 8 anos. A mãe dele, Maria dos Santos, procurou o espaço em um momento de emergência. “Minha mãe me levou para o Coletivo porque ela trabalhava muito para sustentar a nossa casa, e ela pre-

cisava de um lugar para colocar a gente. Eu e meus dois irmãos.” Gabriel é o caçula.

Maria dos Santos, mãe dele, veio do Piauí para Brasília na década de 1990, aos 20 e poucos anos, atrás de uma vida melhor. Desde então ela mora na Estrutural. “Hoje a minha mãe está desempregada, mas ela era faxineira. Ela trabalhava na casa de algumas patroas no Lago Sul, limpando as casas delas.”

Cerca de 21 km separam o Lago Sul da Estrutural. As duas cidades são, respectivamente, a maior e a menor renda per capita do DF.

“A minha infância foi bem difícil porque a minha mãe criou a gente sozinha. Tentamos vencer os desafios que a gente têm juntos.”

- E você conhece seu pai?

- Conheço, mas ele foi preso... então eu não conheço muito. Eu escolhi não ter esse contato. Ele fez as escolhas dele e eu não deixo isso me afetar, nem sentimentalmente, nem na minha cabeça.

Atualmente, Gabriel está finalizando o curso da Educação de Jovens e Adultos (EJA), já que, aos 16 anos, ele precisou largar o ensino regular para trabalhar e ‘ajudar nas contas de casa’. Na época, foi o Coletivo que fez os acompanhamentos necessários para garantir os direitos de Gabriel e contornar a evasão escolar.

Ele me conta que já trabalhou como entregador, em lanchonetes e restaurantes e vendeu pães de queijo e chocolates.

Entre os períodos em que trabalhava, Gabriel não conseguia ir para a Organização. “Do lado de fora, a gente tem que pensar sobre trabalho, problemas escolares, sentimentais, de relacionamento, conflitos... e você chega aqui e não precisa se preocupar com nada disso. É por isso que o Coletivo representa para mim a minha casa, um abrigo, um refúgio. É o lugar onde eu posso ficar tranquilo, onde eu esqueço meus problemas, onde eu descanso.”

Para ele, o espaço faz parte não só da infância, mas também da formação como pessoa e cidadão. Com as atividades desenvolvidas pela Organização, Gabriel conta que aprendeu a ter curiosidade, valores e a prezar pela importância do conhecimento.

“Na minha opinião, as ações do Coletivo não só substituem as ações do governo, como eles têm várias ações que nem o governo faz.



Gabriel França nasceu e cresceu na Cidade e Estrutural e sonha em virar educador. Foto: Madu Toledo

Eles dão para a gente recursos e direitos que o governo não dá. Eles estão aqui para trazer o que o governo não quer que a gente tenha.”

LIXÃO DE BRASÍLIA

A Cidade Estrutural é uma das 35 Regiões Administrativas (RAs) do DF. Ela fica localizada a 16km do centro de Brasília e, de acordo com a Administração Regional, a cidade tem sua origem em uma invasão de catadores de lixo próximo ao aterro sanitário do Distrito Federal, que foi transferido para Samambaia.

De acordo com o Governo do Distrito Federal, pessoas de todas as idades foram atraídas para o lixão em busca de meios de sobrevivência e, nessa busca, foram ali, alinhando seus barracos para moradia, ainda nos anos de 1970.

No início dos anos 1990, “aquele conjunto de barracos adjacentes ao lixão”, que já foi considerado o maior da América Latina, foi-se ampliando e transformado na “Invasão da Estrutural”, como passou a ser conhecida a região.

Já em 2004, renomeada de Vila Estrutural,

a cidade foi denominada sede urbana da RA Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA.

Eu, até então, nunca tinha ido até a Estrutural. Não sabia nada sobre as pessoas que moram lá, ou da cidade...de como eram as ruas, as casas. Do que as crianças brincavam, onde elas estudavam, nem do que os adultos faziam. Mas de uma coisa eu sabia: tinha um lixão. Que erro. Ninguém reduz o Plano Piloto ao tráfico de drogas.

Em janeiro de 2018, com quase 60 anos de funcionamento, o aterro teve as portas trancadas pelo então governador de Brasília, Rodrigo Rollemberg. “Viramos essa página vergonhosa da história da nossa cidade” ele disse na época - cerca de 2 mil pessoas sobreviviam dos materiais recicláveis encontrados no lixo.

O ato simbolizou o encerramento das atividades do segundo maior depósito de lixo a céu aberto do mundo.

“O que eu percebo, através do lugar que eu tenho, de ter acompanhado de perto a cidade nesse momento do fechamento, é que é um assunto muito delicado para as pessoas da comunidade”, me explica Jackeline Correia de Sousa, pedagoga e coordenadora pedagógica da OSC Coletivo da Cidade.

De acordo com ela, existem dois pontos a serem destacados no processo de fechamento do aterro. O primeiro deles é que, apesar de ser conhecido como Lixão da Estrutural, na verdade, ele era o lixão de ‘Brasília inteira’.

“Todo o resíduo dos moradores, de todas as regiões administrativas, inclusive do Plano Piloto, era levado para lá. Esses catadores e catadoras, na verdade, trabalharam por anos como os verdadeiros agentes ambientais da cidade e muitas vezes em condições de trabalho sub-humanas, sem direitos trabalhistas nenhum.”

Ainda na opinião da pedagoga, outro ponto a ser destacado é a maneira que se deu o processo de encerramento do lixão “de Brasília”, como ela coloca. De acordo com Jaqueline, houve imprudência com a população catadora.

“Além de tudo isso, também tivemos um processo muito descuidado envolvendo o governo do Distrito Federal e os catadores e catadoras que atuavam no lixão de Brasília. Na transição, quando o lixão foi desativado, não houve um compromisso responsável ou uma medida pública que levasse em consideração a verdadeira realidade dessas famílias. A partir do momento que você interrompe as atividades, como aconteceu, traz um cenário que foi muito preocupante.

- Qual cenário é esse? - perguntei

- Qual seria a possibilidade para uma família, que durante a sua vida inteira, criou os filhos e vida com o trabalho de catador? Quais eram as oportunidades para essas pessoas? Qual era a real condição desses adultos e jovens? - ela me perguntou de volta.

Jaqueline ainda me conta que muitas pessoas que não fazem parte da comunidade da Estrutural se surpreendem ao saber que o lixão foi encerrado. Na opinião dela, o fato de

a população de Brasília, até hoje, seis anos depois de seu encerramento, relacionar a Cidade Estrutural ao aterro revela um preconceito com a periferia e com a comunidade.

“As pessoas até hoje terem as suas figuras associadas ao lixão é muito reveladora. Tem um histórico por trás disso. É como, se por você trabalhar em um lixão, virasse parte disso também. Se misturasse com aquilo ali e virasse uma coisa só e isso não é verdade. Isso a gente sabe o nome: racismo. Preconceito mesmo.”

Em nota sobre o fechamento do lixão, o GDF afirma que o Serviço de Limpeza Urbana (SLU), recebe grande parte dos catadores que trabalhavam ‘em situação degradante e insalubre’ no antigo Lixão da Estrutural. Ainda em nota, o GDF afirma que são 42 contratos firmados com organizações de catadores, e que atende a 32 cooperativas/associações. São 22 contratos para o serviço de coleta seletiva e 20 para o serviço de triagem dos materiais.

O valor médio pago pelo SLU, até julho de 2023, por tonelada de material reciclado era de R\$304,14.

Em 2022, as cooperativas receberam pelos contratos com o SLU, uma média de R\$ 1.016.083 por mês. Sobre a quantidade de pessoas que dividem esse valor, não recebi resposta até a publicação desse material.

DO LADO DE CÁ

No início da cidade era possível encontrar pouco menos de 100 domicílios na região. Hoje, de acordo com a Companhia de Planejamento do DF, estima-se que a população da Estrutural ultrapasse os 35 mil habitantes.

O perfil da população da Estrutural é jovem, sendo que 65% têm idade inferior aos 24 anos. Mais da metade é negra.

Seis em cada 10 famílias participam de programas governamentais de transferência de renda.

E dos mais de quatro mil domicílios pesquisados pela Codeplan, mais de 1,7 mil apresentam renda per capita mensal de menos de ¼ de salário mínimo.

A minha realidade é a mesma de menos de 1% da comunidade da Cidade Estrutural.

Já o Gabriel França pertence a todas essas estatísticas.

Negro e nascido na Estrutural, na opinião dele, vir de uma periferia significa perder oportunidades. “Você já cresce com essa marca de ser uma pessoa periférica. Só de você nascer em uma periferia, você já nasce tendo várias barreiras na sua vida que precisam ser quebradas.”

“Isso significa que você é uma pessoa que vai precisar ser forte e que vai precisar trabalhar muito, e que já nasceu com vários desafios. Significa ser uma pessoa guerreira, vir de um lugar onde as pessoas têm vários talentos que não são valorizados.

- E quais desafios os jovens da periferia enfrentam? - o pergunto

- Desafios na educação, na infância... poder brincar, comer. É mais difícil você ter os



3,6 em cada 10 pessoas vivem em situação de insegurança alimentar na Estrutural. Foto: Madu Toledo

seus direitos básicos garantidos.

“A periferia é um lugar onde as pessoas não têm os direitos garantidos, onde muitas vezes não tem condições básicas... mas é como diz a frase: até no lixão nasce flor. A periferia é um lugar de valor, de trabalho, de muita luta e que deveria ser mais valorizado. Mas a realidade é que a Estrutural e as pessoas que vêm daqui são discriminadas por serem periféricas, por serem negras,” opina Gabriel.

Apesar das desigualdades e dos direitos negados pelo Estado, ele se diz orgulhoso de fazer parte da cidade. “A Estrutural é uma cidade com muita força, com pessoas muito fortes, pessoas que chegaram aqui, pisaram nesse espaço e falaram ‘isso aqui é nosso, isso aqui a gente tem o direito de ter, a gente tem direito de ter essa terra’ e lutaram para a Estrutural ser tudo que é hoje.”

Essa força que ele enxerga na comunidade também faz parte de quem ele é e o reflete em ideais e na perspectiva de um mundo e sociedade mais justos, sem preconceito e discriminação. O sonho de Gabriel é trabalhar com serviço social e fazer a diferença. “Gostaria de trabalhar na ONU... já imaginou?! (risos) Eu gostaria de ajudar... fazer o papel que eu aprendi no Coletivo.”

Atualmente, 300 crianças e adolescentes da comunidade da Estrutural, como o Gabriel França, entre 6 e 17 anos, são atendidas pela Organização da Sociedade Civil “Coletivo da Cidade”.

O COLETIVO DA CIDADE

O Coletivo da Cidade é uma Organização da Sociedade Civil localizada na Cidade Estrutural-DF. Ela atua, desde 2011, prioritariamente, com o atendimento de crianças e adolescentes no contraturno escolar, oferecendo alternativas artísticas e educativas como meio de transformação social.

Além disso, a OSC também atua como um espaço de convivência e capacitação profissional para os moradores da cidade.

Desde 2018, o Coletivo trabalha diretamente com a Secretaria de Desenvolvimento do DF (Sedes), em parceria ao Governo do Distrito Federal (GDF)

Em nota, a Secretaria informou que tem dois termos de colaboração vigentes para execução de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos com o Coletivo da Cidade: um com 100 vagas para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos e outro com 200 vagas para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos. Ambos

pactuados após o Edital de Chamamento Público.

“Hoje em dia exercemos a política pública de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que existe para atender crianças, adolescentes e suas famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social e que estão em risco de terem seus direitos violados de maneira direta ou que já vivem essa violação”, explica Jackeline Correa de Sousa, coordenadora pedagógica do Coletivo da Cidade.

As pessoas da comunidade, que têm os seus direitos básicos negligenciados, são encaminhadas à OSC, que atua junto ao Conselho Tutelar, por meio dos equipamentos públicos, como por exemplo pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

A partir dessa inserção é realizado um acompanhamento com assistentes sociais, psicólogos, educadores e pedagogos.

Jackeline faz parte do grupo que fundou o Coletivo da Cidade. Ao longo dos anos já exerceu diversas funções, inclusive a de diretora, mas decidiu sair do quadro de dirigente para compor a equipe como pedagoga. Há 7 meses ela mora na Estrutural por conta do trabalho que desenvolve na OSC.

“No começo nós tínhamos um grupo de pessoas com uma grana do nosso seguro desemprego, grana que a gente conseguiu de doação e investiu no lugar. A gente queria realmente tentar fazer acontecer. E nessa de ‘vamos vendo’ a gente está aqui até hoje!”

Em 12 anos de atuação, o Coletivo desenvolveu uma metodologia própria, as Rodas de Aprendizagem Coletivas, que são divididas em cinco áreas.

“Nessas rodas as crianças vivenciam na prática essa troca, o cuidado com o outro, a possibilidade de brincar junto, de criar e de construir saberes por meio das atividades que a gente desenvolve. A nossa missão é valorizar esse olhar das crianças e dos adolescentes e colocar isso no centro do nosso processo, porque só assim faz sentido. Elas têm potência de fazer.”

- E o que caracteriza a periferia para você? - a pergunto

- Acho que duas palavras: resistência e potência. Aqui tem muita potência de vida, muita potência criativa, muita tecnologia avançada de sobrevivência.

A história que contam sobre a periferia é diferente da história que realmente existe. Essa

é a opinião de Jackeline.

“A narrativa que a gente tem é como se aqui só tivesse pobreza, violência e gente que é má e ruim ou então que somos formados de pessoas carentes disso e daquilo... aqui não tem gente carente. Aqui tem gente que sofre com o resultado de um Estado que é absolutamente negligente. Isso não é carência, é resultado de uma política intencional que favorece grupos em detrimento de outros.”

E O ESTADO COM ISSO?

“Existem espaços onde o Estado não atua e aí surge a oportunidade para a existência dessas Organizações, que atuam mediante a essas necessidades”, explica a advogada Janaína Rodrigues. “Eu acredito que o Estado fica muito refém de garantir o mínimo social que é necessário no país”.

Ela é coordenadora do Núcleo de Desburocratização e Certificações da Sociedade Civil da Comissão do Terceiro Setor da OAB de São Paulo. Antes desse cargo ela participou dessa mesma Comissão na OAB/DF por três anos.

“O Estado realmente não consegue chegar ou então ele opta, deliberadamente, por obter um apoio das Organizações”, reitera Janaína.

A vivência da pedagoga e coordenadora pedagógica do Coletivo da Cidade, Jackeline Correa de Sousa, revela, ainda, um outro lado da moeda.

Na sua opinião a existência das OSCs revela algum tipo de falta de competência do Estado? - perguntei a Jaqueline

“As OSCs e o nosso trabalho só existem porque o Estado falha em conseguir suprir essas demandas com os próprios equipamentos. A nossa existência revela que não estamos satisfeitos com esse modelo que é imposto pelo Estado - ela respira e continua - Tudo é político e não tem essa coisa de que não é intencional. Não é sobre incompetência. É sobre intencionalidade”, diz Jaqueline.

O Governo do Distrito Federal (GDF), através da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), afirma que não é possível dissociar a atuação da OSC da atuação do GDF, uma vez que a primeira é parceira da segunda na prestação desse serviço, ou seja, o Coletivo da Cidade é um braço do Estado nesta oferta para a população.

‘Assim sendo, não há o que falar que um seja melhor que o outro, uma vez que a atuação ocorre em conjunto’

FÉ, ATABAQUES E PRECONCEITOS

Terreiros estão concentrados na periferia do DF; conheça um dos centros de candomblé na Ceilândia

Beatriz Bonfim

O portão está sempre aberto e a orientação é para que não seja fechado. A cerca de 30 minutos do centro da capital federal, no final de uma rua residencial em Ceilândia, uma casa chama atenção dentre todas da vizinhança. Aqueles que se aproximam, sabem que ao cruzar o portão azul, entrarão em um terreiro de Candomblé. E ao passar pela porta, quem participa das atividades se entrelaça com dois tipos de preconceito: o da religião de matriz africana e o de estar em uma área periférica.

De acordo com o mapeamento dos terreiros do Distrito Federal realizado pela Fundação Cultural Palmares, através de um convênio com a Universidade de Brasília (UnB), o Centro Abassá Ogum Tayó está localizado na região com o maior número de terreiros de religião de matriz africana da capital federal.

A região administrativa de Ceilândia possui 43 centros catalogados e, ao todo, foram registrados 330 terreiros no Distrito Federal. O coordenador do Comitê Distrital de Diversidade Religiosa – CDDR, Elianildo da Silva

Nascimento, afirma que o número de templos religiosos de matrizes africanas é maior do que os registrados no levantamento.

“Na época, os próprios pesquisadores lembraram que houve uma dificuldade muito grande em convencer as lideranças religiosas a aceitarem entrar para o mapeamento. Muitos não quiseram por medo de descobrirem o local dos cultos e que isso trouxesse consequências negativas para as casas” comenta.

Para o presidente da Federação de Umbanda e Candomblé de Brasília e Entorno, Rafael Moreira, a localização dos terreiros pouco tem a ver com a marginalização das religiões de matrizes africanas. “As instituições religiosas existem onde há necessidade. Então você vai no lago sul, lago norte e verá terreiros de umbanda e de candomblé. Mas se você andar mais um pouquinho, você chega no Paranoá, Itapoã, e verá muito mais terreiros. Uma explicação é porque há uma necessidade maior nessas cidades que têm baixa renda. Até porque a ancestralidade vem para ajudar o próximo e as maiores necessidades estão na periferia”, comenta.

O Centro Abassá Ogum Tayó nunca sofreu ataque, mas o responsável do centro, o pai de santo, Kajamungongo Arruda, e outros membros do terreiro não podem dizer o mesmo.

PONTO DE PARTIDA

Para Kajamungongo, quem chega pela primeira vez ao centro, normalmente vem por necessidade.

Como quem não quer falar muito sobre o assunto, o pai de santo iniciado há mais de 50 anos, explica, em meias palavras, o que o levou para o Candomblé. “Normalmente as pessoas vêm por três motivos: saúde, amor e dinheiro. De repente, eu estava precisando dos três, eu não sei. Às vezes, eu penso que estou precisando de algo e não estou, é uma impressão minha. Mas grosso modo, a maioria que vem, tem uma dessas três coisas. Quase sempre as três”.

Depois de dar o primeiro passo, as pessoas que entram no terreiro, com as vestes brancas e com os cordões coloridos (contas), se inclinam diante de um santuário, como uma casi-

“Alguém vem pela curiosidade? Raramente vem. Eu mesmo vim pela necessidade. Nasci em uma família ‘catolicíssima’, eu queria até ser padre. Com 16 anos, tive uma necessidade e cheguei como cliente, comecei a participar de uma casa como filho de santo e a aprender.”



Passagem para o terreiro. Foto: Raimundo Flamel



Benção de pai para filho. Foto: Raimundo Flamel

nha de guardar os objetos, com um tridente, uma vela acesa, um charuto pela metade e um copo contendo um pouco de cachaça. E saúdam - “Laroyê, Exu”.

DIA DE GIRA

Em dia de gira, é o pai de santo quem conduz o culto do terreiro e dá a palavra para começar. Nos dias comuns, é ele que toma conta das atividades e serviços oferecidos pelo centro e se responsabiliza por passar para a nova geração aquilo que vem aprendendo desde os 16 anos.

“Eu confesso que deveria ter pedido muito mais ensinamentos ao meu pai”, diz o filho biológico do pai de santo do Abassá Ogum Tayó, o Talaguibonan Arruda.

Ao chegar ao terreiro, Talaguibonan se debruçou diante de seu pai biológico, com a testa em seus pés, e pediu a benção. O filho também é pai de santo, mas no terreiro de Kajamungongo, ele só atua como sacerdote.

Ele explica que, quando uma pessoa vem ingressar numa casa de culto, a primeira providência que ela aprende é que tome benção ao seu pai e sua mãe de santo, troque bênçãos com os seus irmãos. “É um processo de humildade, é reconhecer que a mesma força ancestral que habita em mim, também habita no meu irmão. Essa é a importância da oralidade. Da preservação do culto, a questão da educação, do respeito”

Apesar da vontade de querer aproveitar mais, o filho de Kajamungongo destaca que a humildade e a disciplina são as principais heranças que se leva com a vivência em um terreiro.

PROCESSOS DE INICIAÇÃO

Ao se apresentarem, tanto o nome do pai, quanto do filho causam curiosidade. Talaguibonan esclarece que cada pessoa que é iniciada na religião recebe um nome de batismo. “Talaguibonan é a minha digina, meu nome iniciático dentro do Candomblé, como um batismo. No dia 19 de janeiro de 2002, eu recebi esse nome. Por gostar muito dele, eu entrei com a ação civil. Diga-se de passagem, eu também sou advogado. Hoje, eu tenho tranquilidade em dizer que eu sou Talaguibonan. O nome civil, eu esqueci”, explica.

Nascido no berço da religião, o filho de Kajamungongo recorda que também teve de passar por um processo de amadurecimento para compreender o Candomblé em sua essência. “De início eu tive muito ciúmes. Até entender como é que era isso de pai de santo. Pai? O pai é meu! Porque quando a pessoa entra, a pessoa vira um irmão, filho do meu pai e da minha mãe. Hoje, mais maduro, é mais fácil entender isso. Mas na época em que eu era mais novo, rolava um certo ciúmes”, explica.

A estranheza do Talaguibonan quando criança não alcançava as outras esferas da religião. “Eu tinha que ir junto, de certa forma. Mas nunca me obrigaram, me deixaram muito à vontade. Então a coisa aconteceu naturalmente”.

A convivência no terreiro era tão comum, que por vezes, ele que nem sabia que incorporava, chamava por Erê. “Quando eu tinha sete para oito anos de idade, eu ganhei um pacote de balinha e eu tirava o saco de balinhas, chupava balinha, chamando por Erê, que no Brasil traz a concepção de criança e tem a fun-

ção sincrética do Cosme e Damião, que significa saúde, alegria, esperança. Então, eu queria porque queria me incorporar no Erê”.

INTOLERÂNCIA DOA A QUEM DOER

Por outro lado, na infância, Talaguibonan também sofreu discriminação. “Na rua que nós morávamos em Ceilândia, na QNO 04, meu pai tinha no barraco de fundo, uma casa para Exu. As pessoas ouviam aquele barulho, pessoal chegando, às gargalhadas, e todo mundo já sabia que era macumba. E na rua eu era o quê? O macumbeiro, o do diabo”, relembra.

Na escola, os próprios professores tinham dificuldade de administrar ou tolerar a diversidade religiosa presente em sala de aula. “Eu frequentava a Escola Classe 42, no M Norte, e um dia fui retirado da sala pela diretora para explicar o motivo de eu estar de branco, com fios de conta no pescoço. O motivo era que os outros coleguinhas me evitavam, se assustavam comigo. Tinham intolerância. Eu era uma criança e fui vítima”, acrescenta.

Os casos de intolerância vividos por Talaguibonan, até hoje, não são um caso isolado. Em 2021, o 1º Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe, com apoio da Representação da Unesco no Brasil, divulgou um levantamento que aponta que foram registrados 966 casos de violência contra os praticantes e as casas religiosas de matrizes africanas por uma única razão: exerceram sua fé.

ECOS DA ESCRAVIDÃO

Na necessidade ou na curiosidade, no Brasil é preciso pisar em um terreiro para entender o que é o culto de Candomblé e tudo que envolve a cultura vinda com a escravidão para o país. De acordo com o mestre em história social, Eduardo Lima, o Candomblé, bem como os outros segmentos religiosos de matrizes africanas, são tratados como algo pejorativo desde o tempo da colonização.

“Quando falamos de intolerância religiosa, nós temos que entender, que como diz José Murilo de Carvalho (cientista político e historiador brasileiro), a pior coisa que nós tivemos para a construção da cidadania no Brasil foi a escravidão. Então, tudo o que envolve a escravidão, vem carregado de preconceito, de falta de direitos, de falta de cidadania”.

Apesar da tentativa de minimizar a contribuição, não há como negar que a oralidade resiliente do Candomblé moldou os costumes e tradições brasileiras. “Escritores baianos como Jorge Amado, além do movimento tropicalista, nos resgataram muito da essência e da contribuição do Candomblé e da Umbanda. É impossível falar de carnaval, de capoeira, de musicalidade sem levar em conta os aspectos que vieram da África”, acrescenta Eduardo Lima.

PRETO VELHO

É ao som dos atabaques que as entidades vêm chegando ao terreiro. Eduardo Lima explica que os toques mais do que garantir o rit-

mo, era responsável por despistar os escravos que fugiam dos casarões.

A gira no Centro Abassá Ogum Tayó foi para chamar os 'Preto Velho', nome dado aos espíritos evoluídos, desencarnados da falange de escravos. À medida que os médiuns incorporam, não há como não perceber. Ora se levantam e andam como se precisassem de bengala. Ora se sentam, abaixam a cabeça e pedem por cigarro.

O pai Kajamungongo também diz que incorpora entidades. Quando isso acontece, todos os outros médiuns já estão sentados. Durante toda a sessão, tem um componente que sempre auxilia quando as entidades chegam, a Equede, um cargo feminino, que organiza o funcionamento da cerimônia, fazendo o papel de "zeladora dos orixás". Com todos sentados, os consulentes podem se aproximar e se sentar à frente de qualquer sacerdote para fazer a consulta.

Com uma voz um pouco embargada, com a cabeça cabisbaixa, fumando charuto, o Preto Velho responde. Em alguns momentos, é preciso prestar muita atenção para entender o que dizem. Apesar de ser uma experiência pessoal, de alguma maneira, é possível compartilhar os momentos de conselho e orientação.

INFORMAÇÃO NA ORALIDADE

A hierarquia vai de Exu a Oxalá. "No Brasil, existe uma linhagem paralela, muito cultuada na umbanda, que chamam de entidades: caboclo de pena, espírito de índio, caboclo boiadeiro, pretos velhos, Zé Pillintra, de uma linhagem de mestres, muito cultuado no Nordeste", explica o pai Kajamungongo.

Por conta da influência da chegada dos escravos no Brasil e da força da cultura cristã, não se tem registros em escrituras. "A escrita só serve para assentar algumas regras sociais, intelectuais, científicas, mas fora isso, tudo, inicialmente, passa pela oralidade. Como as pessoas (os negros escravizados) que vieram (para o Brasil) eram ágrafas, não tinham estudos, eram primitivas. Como era feito isso? Linguagem oral, que perdurou e perdura até hoje. Quer aprender? Vem participar, acompanhar na prática do dia a dia. Tanto a oralidade, a informação, quanto o aprender fazer", ressalta o pai de santo.

UM ITÃ, UM SENTIDO

Os Itãs são as histórias das entidades. "É a partir das histórias contadas pelos sacerdotes que damos sentido à vida e à religião. Nós nos baseamos na oralidade. Os Itãs são muito importantes para tudo o que se faz no Candomblé. Por exemplo, é através dessas histórias que sabemos por que Oxóssi não leva mel, porque Exu leva Dendê e Oxalá não leva dendê", ressalta o pai de santo, Talaguibonan.

O pai e o filho do centro Abassá Ogum Tayó concordam que aprender os Itãs por conta própria é uma tarefa difícil. "Se eu coloco na internet um Itã falando sobre a dualidade de Exu, que forma as pessoas vão interpretar?



Agrados para Zé Pillintra. Foto: Raimundo Flamel

Só o lado negativo, que Exu causou discórdia. E Exu passa a ser comparado com o diabo da Igreja católica. Mas trazendo para vivência, se sabe que Exu, naquele dia, trouxe a discórdia, mas que se nós o agradarmos da forma que Exu merece, o que Exu vai fazer? O inverso. Vai trazer o entendimento, a pacificação, a paz entre os povos. É assim que funciona", explica Talaguibonan.. Kajamungo é enfático: "Isso você só vai saber com a vivência".

O que eles contam de Exu é que ele foi o primeiro Orixá que plantou uma discórdia entre os homens. A lenda diz que existiam dois amigos de cerca, muito próximos, e Exu vendo aquela amizade, resolveu pregar uma peça.

Um dia, Exu resolveu passar pela cerca dos amigos usando um boné de duas cores, metade preto, metade vermelho. Um amigo, de um lado, viu uma cor e, o amigo, do outro lado da cerca, viu outra cor.

Exu passou. Depois da situação, um comentou com o outro sobre o que tinham visto e, a partir daí, começou a confusão.

Na tentativa de aplacar a ira de Exu, são oferecidos os agrados a ele. "Tratando Exu como ele merece, ele leva mensagem ao mundo e traz boas notícias", assegura Talaguibonan. "Ah, porque no Candomblé mata galinha. Qual o problema?", disse Talaguibonan.

Na concepção do que é praticado no centro Abassá Ogum Tayó, o sacrifício de animais é baseado na sacralização. "Apresentamos o alimento a nossa ancestralidade, ao Inquice, para que ele possa consagrar aquele alimento, para que nos volte não só o alimento para alimentar a matéria, mas também o espírito. Essa é a concepção", complementa.

COMUNIDADE

O mesmo discurso de ódio que se baseiam para falar dos sacrifícios, dizem sobre os trabalhos cobrados pelo terreiro. Talaguibonan conta que a maior parte das vezes, os cultos e as atividades são organizados com o esforço e dedicação de cada filho de santo para levar alguma coisa para complementar a festa. Mas ainda assim, a casa precisa se manter.

"Os terreiros de Candomblé são muito mais albergues do que uma casa só de culto. As pessoas acabam fazendo parte e até morando em uma instituição religiosa. Nós temos funções dentro da casa, tem pessoas que ficam de segunda a segunda. Tomam café, almoçam, jantam, dormem. Isso gera um gasto", explica Talaguibonan.

Diante disso, para garantir o sustento, a casa oferece serviços para os consulentes que desejam descobrir seu Santo de Cabeça. "O santo, o sagrado vêm por meio do oráculo, com pai de santo, a mãe de santo, o sacerdote, ministro de confissão religiosa. Ele se apresenta ao consulente (cliente), ao muzenza (iniciante) através do oráculo e diz quem ele é. Raras são às vezes a pessoa que você olha e que sabe de quem é filha. Fora isso, boa parte é pelo oráculo", explica Talaguibonan.

O pai de santo atende o cliente e cobra um valor que varia de R\$ 150 a R\$ 200, dependendo da casa. "Lógico que você não vai trabalhar só com o cliente para manter a casa, que aí seria exploração, mas tem que ter um preço lógico para que a casa continue funcionando", frisa.

INDÍGENA BAIANA RECLAMA DE XENOFOBIA NO DF

Entre 2021 e 2022, número de denúncias de xenofobia no mundo cresceu em 874%



Torgan Magalhães

Preconceitos e demonstrações de xenofobia, particularmente contra pessoas do Nordeste e Norte do Brasil podem ser comuns até mesmo na capital do país, um lugar marcado por ser um caldeirão cultural.

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), entre os anos de 2021 e 2022, o número de denúncias de xenofobia no mundo cresceu em 874%, superando em absoluta proporção os casos de intolerância religiosa, racismo, homofobia, misoginia e neonzismo registrados no mesmo período.

Em 2001, a artesã Mônica Pataxó, 48, saiu da Aldeia Coroa Vermelha, localizada em Santa Cruz Cabralia-BA, rumo à Brasília. Hoje, ela mora na Candangolândia e trabalha na Feira da Torre de Brasília, onde vende seus produtos artesanais indígenas desde que chegou na cidade. Mesmo radicada na capital do país, Mônica relata que há, por vezes, desdém, pelo fato de ser baiana e indígena.

Um dos exemplos de xenofobia citados pela artesã foi quando ela foi levar seu pai a um posto de saúde e escutou comentários preconceituosos vindo dos guardas do local. “Ele estava conversando com um amigo dele no celular, e falou que baianos são preguiçosos, ficam o tempo todo numa rede deitados. Como se a gente não gostasse de trabalhar, como se a gente não fosse trabalhador”. Além do preconceito regional, ela já ouviu comentários relacionados a ser indígena: “Falavam que indígena não gosta de trabalhar ou que vive às custas do governo”, desabafa.

“NÃO PODE ENTRAR”

Mônica Pataxó diz que nunca foi impedida de trabalhar por ser do Nordeste, no entanto, já foi proibida, junto com sua família, de entrar em ambientes por ser indígena. “Nós fomos a um shopping, e eles não queriam deixar a gente entrar porque estávamos vestidos com trajes indígenas, e também por estarmos descalços”, lamenta a artesã.

HUMILHAÇÃO

Outra lembrança de xenofobia, que aconteceu em Brasília, foi com a psicóloga paraense, Marina Jordy, de 23 anos. Moradora de Sobradinho, ela conta que escutou muitos comentários de desconhecimento sobre a Região Norte com o intuito de humilhá-la. “As pessoas daqui, ao descobrirem que sou do Pará, sempre perguntam como é viver no mato, se nós andamos com jacarés e onças para cima e para baixo. Sempre achando que a Região Norte não tem uma urbanização muito bem definida, como se estivessemos no meio do mato”, relata Marina.

AVERSÃO

A mestre em sociologia e antropologia da Universidade Federal do Pará, Larissa Wanzeller diz que o preconceito consiste em uma ideia



Mônica Pataxó enfrentou casos de xenofobia em Brasília por conta de suas raízes indígenas. / Foto: Torgan Magalhães

pré-concebida do outro. Dessa forma, a xenofobia consiste em materializar a aversão ao outro e à sua identidade.

Larissa explica também como diferenciar uma “brincadeira” de discriminação.

“Ele [o preconceito] pode ser identificado a partir do momento em que são utilizados estereótipos e estigmas, bem como posturas racistas ou definições que categorizam o que possa ser entendido no comum como diferente, estranho”, avalia a socióloga.

Além disso, ela aborda os principais preconceitos sofridos pelos nortistas em relação ao restante do país. De acordo com a socióloga, as discriminações mais comuns são de nível econômico, cultural e social, além do próprio sotaque.

Junto à Região Norte, o Nordeste também é vítima de preconceitos sociais vindos do resto do Brasil. Um exemplo apresentado pela especialista foi o período eleitoral de 2022, quando aconteceram diversos ataques contra a capacidade cognitiva de nortistas e nordestinos.

“Uma maneira de se defender consiste em fortalecer espaços que produzem conhecimento, como a escola e a universidade, bem como fortalecer a ponte com toda a sociedade civil para identificar, reconhecer e promover os direitos de todos”, aconselha a especialista sobre a defesa de ataques xenófobos.

Outro caminho abordado pela socióloga é fortalecer o exercício da cidadania e compreensão das diferenças territoriais e culturais de todos. De acordo com ela, o preconceito é um comportamento interpretativo da realidade que está fundamentado no processo de socialização dos sujeitos e não há como se defender da maneira que as pessoas elaboram conceitos sobre o que entendem por diferente ou estranho.

De acordo com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), a Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997, trata de punições para os crimes resultantes de preconceito, sendo eles racismo, xenofobia, intolerância religiosa, entre outros. As penas previstas para esses casos podem chegar a cinco anos de reclusão.

COMO DENUNCIAR

A Polícia Civil do Distrito Federal possui cinco canais para denunciar crimes relacionados à xenofobia. A primeira apresentada foi a Delegacia Eletrônica, que permite realizar a denúncia online. O segundo meio apresentado são as próprias delegacias de polícia, para realizar a denúncia presencialmente.

O Disque 100 também é uma forma de denunciar casos de violações de direitos humanos, onde se encaixa a xenofobia. Além das ouvidorias, o Distrito Federal possui a Delegacia Especial de Repressão aos Crimes por Discriminação racial, Religiosa, ou por Orientação Deficiência (Decrin).

Ao fazer uma denúncia, é importante fornecer o máximo de informações possíveis sobre o ocorrido, como data, horário, local, descrição dos envolvidos e testemunhas, se houver. Isso auxilia na investigação e eventual punição dos responsáveis.

PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Outro ponto que afeta o psicológico de diversos nortistas são os preconceitos linguísticos. A professora Regina Célia Fernandes, do curso de Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA), informa que existe muita intolerância contra a forma de falar de diversas pessoas nascidas no Norte.

“O preconceito linguístico compreende mais uma forma de discriminação presente na sociedade brasileira, ele é do mesmo nível do racismo, da misoginia, da homofobia e da intolerância religiosa. O preconceito linguístico se manifesta quando um grupo social avalia negativamente e pejorativamente a forma de falar de um outro grupo social”, conta a professora.

A linguista explica que a intolerância linguística é quando, por exemplo, uma pessoa realiza comentários, muitas vezes maldosos sobre o modo de falar do outro, como repetir de forma inconveniente as falas da pessoa que está sendo alvo para que se sinta desconfortável. Outro exemplo apresentado é o ato de correção da fala, no intuito de mostrar que uma forma de se expressar é a certa, e a outra é errada.

“Ninguém gosta de saber que sua forma de falar está sendo observada, por qualquer motivo que seja”, diz Regina.

Além disso, devido à frequente vivência do preconceito linguístico, muitas pessoas que sofrem dessa intolerância, optam por amenizar o sotaque, com o objetivo de se encaixar dentro de um grupo social. Regina Célia salienta que a opção de amenizar o sotaque para evitar ataques faz com que o indivíduo perca a sua identidade.

Por conta desse ponto, ela explica as razões para que os sociolinguistas combatam esse preconceito. “Dentro de sala, por exemplo, quando o professor diz ao aluno que a fala dele está errada, é feia, ele está atingindo diretamente a identidade e a autoestima daquele aluno. Por isso, a linguística tem se preocupado cada vez mais em difundir os resultados de pesquisa, como forma de combater o preconceito linguístico”, afirma.



Comércio da Mônica localizado na Feira da Torre de Brasília. Foto: Torgan Magalhães

LAN HOUSE DE QUEBRADA

Falta de acesso a equipamentos dificulta a inclusão digital



Pedro Souza

Na rotina da rede de fast food, em que Guilherme Borges, de 21 anos, trabalha a correria como ajudante não tem telas ou conexões. Em casa, no Areal, nem o computador ou a internet dão conta do jogo que faz com que ele desestresse.

No Valorant, jogo em primeira pessoa, Guilherme se transforma em um personagem poderoso, diferente da vida real, em que a inclusão digital come as solas de sapato dele.

Como não consegue jogar em casa, são necessários cerca de 30 minutos de caminhada dos 2,5 km que o separam do mundo diferente. O rapaz não tem como ir em outras lan-houses a não ser a que frequenta atualmente. Ele anda até o Riacho Fundo I. A cidade tem, no total, 5 lan-houses. Essa quantidade é distribuída para cerca de 23 mil domicílios, portanto a inclusão se torna necessária.

A cidade do Areal é uma incógnita para os moradores do Distrito Federal, muitos não sabem se ela faz parte de Águas Claras ou Arniquireiras. Para não tomar o mesmo rumo que a cidade, Guilherme trabalha para não ser dúvida.

Quando ele chega, não é novidade para ninguém que trabalha na loja. O jovem vai todos os dias no período da tarde para a lan-house e fica até ela fechar. São cerca de 7 horas no estabelecimento, só faz pausas para fumar cigarro. Com o passar do tempo que fiquei no local, consegui perceber a relação de amizade entre o cliente e o dono, ambos ficam brincando e caçoando um do outro.

“Tinham outras lan houses mais próximas, mas todas fecharam e agora essa é a mais perto”, comenta Guilherme.



Guilherme jogando Valorant. Nessa partida ele foi MVP. Foto: Pedro Souza



Guilherme jogando Valorant. Nessa partida ele foi MVP. Foto: Pedro Souza

O comércio citado por ele fica na avenida principal do Riacho Fundo. Entre diversos comércios que formam a cidade, está o empreendimento de Marcelo Ricardo da Silva, dono da lan-house, que tem 15 máquinas.

Inacessível para quem ganha um salário mínimo. O valor de R\$ 5.254,61 seria o valor necessário para se adquirir um computador de qualidade para poder jogar à vontade, isso sem incluir outros equipamentos como, teclado, mouse, fone e o monitor. Apesar da fácil acessibilidade da internet, muitas pessoas não conseguem ter acesso aos equipamentos.

O rapaz gasta cerca de R\$560,00 por mês na lan-house. Apesar disso, ele diz que os preços são justos, levando em conta toda a estrutura da loja. O preço para poder utilizar os computadores mais modernos da loja é R\$ 4 por hora. Máquinas com a mesma configuração são bastante encontradas em arenas de shopping, e custam em média R\$30 por hora.

OS ANOS DOURADOS

Lan significa local area network, ou seja, define um local onde vários computadores estão interligados. A expressão “lan house” pode ser traduzida para “casa de computadores em rede”, ou “casa de jogos em rede”. A lan house teve início na Coreia do Sul, em 1996, chegando no Brasil só em 1998 os cyber cafés, nome popular na época, estouraram rapidamente. Já nos anos 2000 começaram a se espalhar.

Andando pelo Riacho Fundo, fiquei à procura da Lan Art, entre centenas de comércios, levei um certo susto ao me deparar com a entrada do estabelecimento. Vidros escuros e porta brevemente aberta caracterizava-se a entrada, do lado de fora ninguém consegue ver o que tem ali dentro. Maneira peculiar de se deixar uma entrada, que tem que ser chamativa para atrair os clientes.

No interior do comércio, o ambiente es-

curo e melancólico abraça os clientes, a maior parte do brilho vem dos monitores. A parede preta e laranja. Cores que juntas simbolizam energia, criatividade e alegria, características visíveis dos clientes e dos trabalhadores do local.

Na frente da porta do estabelecimento estava o dono, Marcelo Ricardo, que anos atrás ouviu um conselho de seu amigo: “você deveria abrir uma, está bombando essas lan-houses”. Isso em 2005. Assim nasceu a Lan house do Marcelo, são 18 anos no mercado. Nesse tempo, ele já passou por tudo com o cyber café, que fica localizada na principal rua de comércio do Riacho Fundo. Sua principal dificuldade foi quando a pandemia da covid-19 começou e teve que fechar a porta por um certo tempo.

“Em primeiro momento fechamos as portas e separamos o dinheiro que tínhamos pagando as contas, depois de um certo tempo não tinha mais jeito, tivemos que voltar a trabalhar”, afirma o empresário.

Antes da pandemia, Marcelo contava com 24 máquinas em seu estabelecimento, com equipamentos normais, o que já era suficiente para atender o pessoal naquela época.

Segundo ele, depois da pandemia começaram a aparecer coisas novas no mercado, com isso, a lan house teve que ficar se atualizando, então decidiu tirar as máquinas de pequeno porte e com monitores normais, ficando somente 7 dessas máquinas. Ele montou computadores para o público dos games, com monitores de 49 polegadas e configurações de última geração, para atender os jogadores que estão atuando, com oito máquinas.

Apesar de morar no Cruzeiro, Marcelo optou em fazer o negócio no Riacho Fundo, isso devido ao público. Segundo ele, o pessoal da sua cidade tem mais condições de ter um computador, e no Riacho é mais movimentado.

Os preços para acessar as máquinas são de

R\$ 3 para computadores convencionais e R\$ 4 para computadores gamers. Ao ser questionado sobre os preços dos serviços da loja, ele diz: “aumentando o preço prejudica bastante a comunidade, atuamos muito com xerox, imagina se é um currículo e a pessoa não pode pagar por causa do preço?”

Segundo os dados da Companhia de Planejamento do DF (Codeplan), em 2004 apenas 11% da população do Riacho Fundo tinha acesso à internet em seu domicílio, e em todo o Distrito Federal 31,6% tinham acesso a computadores em suas casas. Naquela época o alto preço dos serviços de internet e de aparelhos eletrônicos dificultava o acesso.

HOJE VIVEMOS OUTRA REALIDADE

De acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021, cerca de 97,8% dos domicílios do Riacho Fundo têm acesso à internet, onde 41,5% se conectam por meio de computadores. Isso se deve ao fato de que atualmente temos diversas outras alternativas em relação a como acessar a internet, e devido a globalização os preços se tornaram mais viáveis para o bolso dos cidadãos.

Então, a pergunta que fica é: como o Marcelo ainda tem clientes para atender se hoje é fácil ter acesso a internet?

A inclusão digital não se baseia somente em ter acesso à internet. É preciso saber usar. Segundo ele, ainda existem muitas pessoas que não tem conhecimento em como manusear computadores e celulares. “Atendemos muitas pessoas para impressão e escaneamento, elas não têm computadores em casa e precisam fazer esse processo de digitação, a lan house ajuda bastante nisso.”

Marcelo Ricardo nota a sua contribuição com a comunidade, isso por meio dos jovens que frequentam o seu comércio. “A inclusão

digital está muito relacionada à união dos próprios clientes, um exemplo disso é o corujão. Um amigo tem computador mas o outro não, nisso os dois se unem para curtir juntos aqui na lan house, para jogar durante a madrugada inteira. Muitos amigos se unem e fecham a lan house inteira para se divertir nesses eventos.”

Durante a nossa conversa, Marcelo abriu um sorriso de orelha a orelha quando perguntei se ele tinha alguma história de “sucesso” com o empreendimento. Ele lembrou de uma cliente.

“Tem histórias que enchem o meu coração. Esses dias estava numa agropecuária. Nisso tinha uma menina no caixa que me perguntou se eu morava no Riacho Fundo, falei que não, mas que tinha uma loja lá. Nisso ela me reconheceu e lembrou da minha lan house, e contou que foi através daquele currículo, que imprimiu na minha loja, que conseguiu o emprego” contou com muito orgulho.

O PROFISSIONAL

As lan houses ajudaram muitas pessoas a entrar na comunidade dos jogos eletrônicos, que futuramente se tornaram e-sports, como conhecemos hoje. A inclusão digital para muitos está sendo confundida como vício nos

computadores. A carreira de vários jogadores começou quando ainda eram crianças, no momento em que os cybers café chegaram no país.

Bruno Vieira, também conhecido como Fall X na comunidade gamer, hoje bombeiro militar pelo Distrito Federal, teve como uma de suas primeiras profissões a de jogador profissional. Antigamente, um trabalho nada reconhecido e que passasse credibilidade.

Fall X fala sobre como foi a sua primeira experiência com um computador. “Tinha 11 de idade, fui passar uns dias na casa da minha tia e foi meu primeiro contato com o computador. Foi uma experiência muito boa, posso dizer que foi amor à primeira vista.”

“Na lan-house consegui fazer muitos amigos. Inclusive foi o que me livrou de más influências na época, porque enquanto alguns amigos iam fazer outras coisas, eu preferia ficar jogando.” conta o bombeiro ao falar da importância da lan house quando frequentava.

A cidade de Brazlândia é uma das regiões administrativas do DF que ainda choca muitos quando falamos de acesso à internet por meio de computadores. Segundo os dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domí-

cílios (PDAD) de 2021 (último disponível), 97,5% da população da cidade tem acesso à internet. Porém apenas 21,4% das pessoas fazem uso da internet por meio de computadores, isso equivale a aproximadamente 6.500 domicílios.

Esses dados servem como base para analisarmos a evolução da cidade, visto que, em 2004, de acordo com os dados da Companhia de Planejamento do DF (Codeplan), o total de domicílios encontrados é de 563.195. Naquela época, apenas 22,6% dos domicílios tinham acesso à internet, e a cidade de Brazlândia representava a 0,66% dentro desse cálculo, menos de 900 domicílios tinham acesso.

Bruno Vieira cresceu na cidade e viu, por meio da lan-house, a possibilidade de entrar no meio digital.

“A lan House foi o que me possibilitou inicialmente, porque eu não tinha computador. Naquela época era bem mais caro e não era tão acessível quanto é hoje, fora que a internet era discada. Então pra ter uma internet em casa mesmo, era caro. Foi de fato a Lan House que me possibilitou essa inclusão e interação com outras pessoas. Antes disso, o único contato que eu tinha com o computador era somente na escola, nas aulas de informática, porém uma aula bem curta, mas que já era importante.”



Bruno "Fall X" Vieira no estúdio que montou para as lives em 2020. Foto: Divulgação/YouTube

12 HORAS NO TRAMPO

A história de Alessandro, entregador de aplicativo que luta diariamente carregando a comida dos outros



Pedro Reis

Domingo, 8 de outubro de 2023. O alarme toca. São 8h da manhã. Alessandro acorda. A esposa e as crianças também despertam. São três filhas. A mais velha tem 7 anos. A do meio está perto de completar 2 e a caçula tem apenas 4 meses de vida. O relógio não perdoa. Cada segundo é precioso.

Alessandro aproveita o momento. Ele brinca com as pequenas e ajuda nos cuidados com a mais nova. Tic-tac, tic-tac. Já está na hora de tomar banho. Pronto, agora é o café da manhã, que tem de ser bem reforçado. São quase 10h e ele passa mais alguns minutos com a família, os últimos antes de uma longa jornada. Tic-tac, tic-tac. Alessandro tem que partir.

Com a blusa térmica amarela e preta no corpo, a calça jeans ajustada e as botas nos pés, parte para o Lago Norte. São aproximadamente 25 km da casa dele, no Setor de Chácara do Paranoá, até o Ponto de Apoio ao Moto-boy (PAM) da região, em frente ao Shopping Iguatemi.

“Meu nome é Alessandro da Conceição, mais conhecido como Sorriso, e sou motoboy há aproximadamente 7 anos.”

10H30

Nesse horário, trabalhadores já estão no meio da jornada. E no Brasil, é uma verdadeira multidão. Segundo o IBGE são 589 mil pessoas que compõem a categoria. A maioria não contribui com instituto de previdência e mais de 70% estão na informalidade.

“Trabalho somente nos aplicativos. Trabalhava antes em uma farmácia no modelo CLT. Quando as empresas de aplicativo chegaram

em Brasília, comecei como uma renda extra, assim como a maioria dos meus colegas. Logo se tornou a renda principal. Os aplicativos dominaram o mercado, entraram nas farmácias, nos restaurantes, nas pizzarias. Hoje é muito difícil achar um serviço fixo”, conta Sorriso.

No Plano Piloto, uma das faixas de cada Eixinho vira estacionamento para quem vai estar no Eixão do Lazer, que começa a ficar movimentado desde cedo. São diversas famílias aproveitando o final de mais uma semana. As ruas, bem menos movimentadas que o comum. A W3 fica quase deserta. As comerciais com restaurantes estão cheias, enquanto as que focam em outros tipos de empreendimentos mal possuem lojas abertas.

No ponto de apoio do Lago Norte, Sorriso cumprimenta os colegas. Com ele, já são três à espera dos primeiros pedidos.

11H32

Toca o primeiro. O restaurante é a Galeteria Gaúcha, bem ao lado do PAM. Sorriso está pronto para começar oficialmente a jornada de mais um dia de entregas em Brasília.

Os pontos de apoio são uma conquista dos

entregadores, que, desde sempre, reivindicam a construção de um local onde possam parar para beber água, carregar celulares ou apenas descansar entre uma entrega e outra.

O primeiro PAM construído foi o do Lago Norte, em abril de 2022. O espaço é um dos dois pontos que a cidade possui. O outro, mais recente, fica no Setor Comercial Sul e foi inaugurado em março de 2023. A questão é que nem tudo funciona como deveria.

“É uma reivindicação nossa ter pontos de apoio como este (Lago Norte) no centro de Brasília, para que possamos descansar, ter um bebedouro - aqui ainda não tem, pois precisamos de tomadas. Até foram instaladas, mas não estão funcionando. O PAM do Setor Comercial Sul é mais completo. Mesmo assim, o bebedouro quebrou faz um tempo e está em manutenção até hoje”, desabafa Sorriso.

Logo segue para o primeiro endereço, no Noroeste, área nobre de Brasília. Alguns quilômetros percorridos e entrega finalizada, antes do meio-dia. Rapidamente, Sorriso pilota sua moto de volta para o PAM, realidade muitas vezes invisível. Além do deslocamento até a casa do cliente, é comum a rotina de retornar ao ponto para conseguir outros pedidos, mes-



Alessandro Conceição, o Sorriso. Foto: Pedro Reis



Sorriso no trajeto de um pedido no Noroeste. Foto: Pedro Reis

mo que o aplicativo pague apenas o deslocamento com a entrega.

Ao chegar no ponto de apoio, o aplicativo toca. Mais uma entrega. Não há tempo a perder. Desta vez, o destino é a quadra 209 da Asa Norte. Na correria do horário do almoço, ele já engata o terceiro pedido na região e vai até a SQN 309, em um dinamismo impressionante. É preciso aproveitar ao máximo o momento em que o aplicativo não para de tocar.

12H37

“Agora, minhas filhas estão lá e minha mulher está cuidando da casa. Atualmente, ela está desempregada. Por causa da mais nova, não dá para ela começar a trabalhar. No fim de semana, era para estarmos curtindo um lazer com as meninas, mas geralmente são os melhores dias para fazer uma grana”, diz Sorriso, ao lembrar das filhas.

Não demora muito para tocar o próximo pedido. O horário do almoço é frenético, mas é quando os entregadores ganham na quantidade. Antes de acelerar para mais um trecho, Sorriso desabafa.

“Essa hora já começo a sentir o cheiro das comidas que pego nos estabelecimentos, mas só vou almoçar lá para às 3h da tarde, quando o ritmo cai um pouco”, explica sem perder o sorriso no rosto.

Parte então para mais uma bateria de entregas. Primeiro, leva uma embalagem que ocupa todo o baú da moto até a quadra 108 do Noroeste. Parece ser para uma família toda. O segundo pedido é um tanto quanto inusitado: a retirada é em um petshop famoso, no final da Asa Norte. Sorriso espera que não seja ração. Ele não quer cheiro de comida de cachorro na mala da moto.

Ele dá sorte. A entrega é apenas uma caixa

de papelão, e sem odor. Sorriso diz nem saber o que está carregando, mas logo deixa a encomenda na comercial da 412 Norte. De lá, segue para mais uma retirada e vai até a QI 12 do Lago Norte para entregar o pacote de uma churrascaria. Por fim, parte para o setor do Taquari levando o último almoço do dia, mais um galetão.

14H45

Vindo do Taquari, Sorriso chega na 713 Norte. Neste trecho em específico acelerou mais do que o comum. Ele desembarca no Restaurante Beer Club para, finalmente, almoçar. Já são quase seis horas desde a última refeição. Após isso, apenas água, na garrafa que esquentou no baú da moto a cada entrega.

Com pressa, Sorriso entra no estabelecimento e vai logo montar o prato. Arroz, feijão, salada, macarrão, frango e carne. Ainda pega um copo de suco para acompanhar. O valor da refeição é fixo, R\$10. A bebida aumenta a conta em R\$1. Basicamente, o valor de uma entrega se vai ali na pausa.

“Este restaurante tem um preço bem legal, bem em conta para nós. Vários motoboys almoçam aqui. Eu costumo trazer almoço. Quando não trago, como aqui”, explana Sorriso após a refeição.

15H23

Sorriso liga novamente o aplicativo, que ele havia desabilitado os pedidos para comer com mais tranquilidade. No entanto, o momento agora parece ser de calma em relação à quantidade de entregas. Senta-se na moto e avalia a própria rotina como motoboy.

“Hoje o aplicativo paga por entrega. Eu mesmo entro 10h50 da manhã, mas só ganho

a partir do momento em que pego um pedido na minha tela e finalizo. Um dos maiores aplicativos, o iFood, paga taxa mínima de R\$6,50 até 5 km. Depois disso, é mais R\$1,50 por quilômetro rodado. Mas isso é uma coisa difícil de ter certeza. Às vezes, nós nos sentimos manipulados. Em algumas rotas a diferença é muito grande nos valores”. Ele se abre enquanto espera por um pedido. O sinal é um som. “iFood” toca repetidas vezes até o trabalhador aceitar ou recusar.

Sorriso não é um entregador qualquer. Por onde passa, é reconhecido pelos colegas de profissão e até por outras pessoas. Ele é ativista da classe, fundador e presidente da Associação dos Motofretistas Autônomos e Entregadores de Aplicativo do Distrito Federal (AMAE-DF).

“A ideia de montar a associação veio a partir da chegada dos aplicativos de entrega em Brasília. Nós não tínhamos uma organização, uma voz, para dialogar e negociar com as empresas por melhorias.”

Sorriso mergulha no assunto e relata as dificuldades que teve junto aos colegas na luta

por melhores condições de trabalho. No auge da pandemia da covid-19, em 2020, a demanda era muito alta e a falta de regulamentação aumentou a exploração.

Eram cada vez mais entregas, pacotes maiores e remunerações baixas. Então, ele e outras lideranças se mobilizaram para uma paralisação. À época, um dos aplicativos respondeu com uma série de bloqueios e banimentos. A AMAE-DF, em parceria com associações de outros estados, acionou a Justiça. Foi a primeira vitória destes trabalhadores de forma unida e organizada.

“Os aplicativos chegaram fazendo o que queriam, contratando nossos serviços e falando que somos parceiros, mas acabaram banindo vários colegas injustamente. Há anos que não temos reajuste nas taxas. Nós acabamos trabalhando cada vez mais e ganhando cada vez menos”, conclui, antes de partir para um local onde há expectativa de conseguir mais entregas.

15H54

O ritmo da tarde não parecia animador. O aplicativo demorava a tocar. Sorriso decidiu esperar próximo a uma galeria, na quadra 110/111, na Asa Norte. E assim o tempo passou, com algumas entregas curtas, as menos vantajosas para os entregadores, e bastante tempo parado, entre interações rápidas com outros entregadores e um bom período no celular.

“Agora já começa a cansar um pouco, mas é assim mesmo. Tenho contas para pagar e só consigo pensar nisso. Tem que trabalhar, né?”

Já estou ansioso para chegar em casa. Infelizmente as crianças vão estar dormindo quando eu chegar, e amanhã logo cedo vão para a escola, mas é assim mesmo. Trabalhar para dar um futuro melhor para as meninas”, desabafa mais uma vez, sem perder o sorriso.

Preparado para o próximo batidão de entregas e sob alguns olhares estranhos dos frequentadores dos estabelecimentos próximos da mesa onde Sorriso está, vem o relato sobre como é o tratamento dos restaurantes com os motoboys.

“É complicado. A maioria dos restaurantes não trata a gente bem. Em alguns, eu peço para usar o banheiro, mas não deixam. Eles tratam a gente que nem cachorro. Não entendem que nós também somos parte da engrenagem que ajuda a economia deles a girar”, conclui, enquanto finaliza os preparativos para mais uma entrega.

19H13

Enfim, noite. Sorriso desembarca de novo no Noroeste. A entrega demora um pouco, já é a 12ª do dia, e acontece algum desentendimento da portaria na identificação da cliente, mas no final tudo dá certo. Ainda nas colunas do prédio, ele para, confere o aplicativo e se anima ao ver que o iFood disponibilizou uma promoção. Agora, cada entrega tem um adicional de R\$4. É um incentivo para ele tentar bater a própria média diária de R\$200.

Segue para mais uma bateria corrida de entregas. Sem muito respiro, vai do Noroeste para a Asa Norte, depois para a Vila Planal-

to e, de lá, volta para a Asa Norte. Continua a jornada levando um pedido até o centro da cidade, no hotel Hplus Vision Executive, e corre até a Asa Sul. Por fim, faz a penúltima entrega na SQN 405.

“Pois é, hoje graças a Deus foi bom. No domingo a gente sempre fatura mais um pouquinho. Mas mesmo quando eu bato a meta de R\$ 200, sobra muito pouco. As despesas para exercer a profissão são altas, tem a gasolina, a manutenção da moto, a comida. Tudo sai do nosso bolso”, explica, já cansado, mas ainda com um sorriso contagiante.

21H31

Finalmente a última entrega, coincidentemente no mesmo local em que começou, apenas a uma quadra de distância do primeiro pedido, no Noroeste. Após 17 entregas e quase 12h de trabalho, Sorriso “agradece a Deus” por mais um dia finalizado em segurança.

“Agora eu vou para casa, descansar um pouco, aproveitar a família e amanhã é tudo de novo.”

Foram mais de 250 km percorridos. Cansado, mas com um sorriso no rosto. O apelido segura a onda.



Sorriso entregando um pedido na Asa Norte. Foto: Pedro Reis

UNIÃO NO HORIZONTE DA VILA RABELO

Conheça uma comunidade do DF que relata falta de acesso a serviços básicos



Maria Tereza Castro

Quinta-feira, 13h16. Na plataforma superior da Rodoviária de Brasília, faço sinal para o ônibus de número 519.2. O destino é a Vila Rabelo, comunidade que existe há 27 anos e é conhecida como uma das principais áreas de risco geológico do Distrito Federal, localizada na região administrativa de Sobradinho II.

De acordo com um estudo do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM), mapeamento realizado no primeiro semestre de 2022, oito Regiões Administrativas do Distrito Federal (DF) possuem setores com instabilidade de construções. A comunidade da Vila Rabelo é uma área mapeada pelo relatório como de risco alto/ muito alto para processos de erosão, deslizamentos, inundações e enxurradas.

UMA NECESSIDADE

O ônibus em que estou está cheio, alguns dos passageiros são jovens estudantes com o uniforme escolar do GDF que, com base na faixa etária que aparentam, estão cursando o ensino médio. O que confirma essa informação é um trecho da conversa que escuto: “Acho que ano que vem eu vou entrar no Jovem Aprendiz, minha mãe ‘tá querendo”, disse o rapaz moreno para a menina de cabelos curtos. Os dois desceram do ônibus duas estações

antes da minha: a mais próxima da única instituição de ensino da Vila Rabelo, Escola Classe 17 de Sobradinho.

Estudar longe de casa é uma realidade vivida por outras crianças e adolescentes que residem ali. Segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD 2021), 48% dos estudantes de Sobradinho II não frequentam as escolas da região, essas matrículas estão distribuídas entre Sobradinho e o Plano Piloto. Dessa forma, o deslocamento para a escola de 40% dos alunos leva de 15 a 30 minutos e, de outros 29,3%, mais de 30 minutos.

Isso ocorre porque a Escola Classe 17 atende apenas ao ensino infantil, aos anos iniciais do ensino fundamental e Educação de Jovens Adultos (EJA). Conforme o Censo Escolar de 2022, hoje são 484 alunos matriculados no ensino regular e 20 professores.

“A gente precisa que a escola eduque crianças maiores. Porque lá [na Escola Classe 17], quando a criança vai pra sexta série, tem que estudar em outra escola longe de casa”, opina Ivanice Soares, moradora da região. Ela cursou até a quinta série, tem 49 anos, é mãe de seis filhos e já tem três netos.

Toda a família de Ivanice reside na Vila Rabelo. Filhos e netos cresceram na região de Sobradinho II. As netas mais novas frequen-

tam uma creche que não fica na Rabelo, pois lá não há creches. Essa é uma das outras queixas dos moradores: “Aqui tá precisando de um ‘bocado’ de coisas: uma creche, investimentos na área de saúde, um posto de saúde. Precisa de um sistema para mais qualidade de vida, esgoto, essas coisas”, pontuou Ivanice.

“A maioria da população daqui é mãe e tem filhos pequenos. Aí tem que deixar o filho com o vizinho, com um desconhecido, com alguém que talvez não confie, pra poder trabalhar. Aqui, se tivesse uma creche ia ajudar pra caramba, as vagas de creche que têm é pra Sobradinho II, na parte de baixo, é muito difícil conseguir”, disse o presidente da Associação de Moradores Amigos da Vila Rabelo (Amavira), Nemuel Kessler.

“Antes aqui na Rabelo 2 [área de expansão da Vila], na parte de baixo, parece que saíram 168 famílias por causa da área de risco e tal. Aí a Defesa Civil tirou daqui e levou lá pro Buritizinho. Chama Buritizinho o que eles construíram lá. Foi em 2011 ou 2012. O interessante é que a galera lá já tem asfalto, saneamento básico, unidade de saúde, creche. E aqui nada ainda. A gente está esperando isso há muito tempo. Parece que não tinha prioridade”, reclama o presidente da associação de moradores.



“DEVER DO MORADOR”

Quando questionada sobre as queixas apresentadas pelos moradores da Vila Rabelo, a Administração de Sobradinho II informou, em nota, que a Caesb atende a Vila Rabelo com fornecimento regular de água e aguarda estudo de viabilidade técnica para a implantação da rede de esgotos. “Nos locais onde não há rede coletora, é dever do morador fazer uso de fossa séptica”, declara.

A Secretaria de Saúde diz que os usuários residentes na Vila Rabelo são atendidos na UBS 1 de Sobradinho II, localizada na AR 13. A UBS atende pacientes agendados e por demanda espontânea, considerando a vulnerabilidade social da comunidade.

A Secretaria de Educação do DF esclarece que a Escola Classe 17 oferece educação infantil, ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, no ato da matrícula, são observados alguns requisitos, como local de trabalho do responsável ou residência, para que os alunos sejam atendidos da melhor forma possível.

INCLUSÃO

Além de ser um ponto de referência, a escola também se tornou um ponto de encontro de alguns moradores. “O Wi-fi Social tem ajudado bastante, só que o alcance dele é pouco. Como a antena fica pertinho da escola, o pessoal se reúne lá só para ficar mexendo no celular”, diz Nemuel.

Wi-fi Social é um projeto da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação que consiste na disponibilização de acesso público e gratuito à internet, via sinal Wi-Fi, aos cidadãos do DF.

Mesmo chegando perto da torre de transmissão, não consegui acessar a rede. O sinal de telefone não funciona bem na Vila Rabelo. Durante todo o tempo em que estive lá, estava sem sinal ou internet.

NA BEIRA DO MORRO

O percurso até a Rabelo é longo. Após entrar em Sobradinho II, começa uma turbulenta subida pelas ruas esburacadas do Setor Habitacional Mansões Sobradinho. Quando se passa pela Avenida Principal da Vila Rabelo, é possível reparar os dois lados de uma só realidade. Olhando para a esquerda, um horizonte do Cerrado com a Torre de TV Digital ao fundo. À direita, moradias simples construídas em um terreno acidentado, algumas delas chegam a estar “na beira do morro”.

Na visão de Ivanice, moradora da Vila Rabelo 1, hoje os riscos de desabamento no local são muito menores se comparados a anos anteriores. “Agora o pessoal reforça muito mais as casas, alvenaria, arruma se rachar”. Ela explica que o maior risco de desabamento é na região de expansão, Vila Rabelo 2. Os espaços encontrados para construção são os mais próximos aos morros. Lá, as casas estão recém construídas e não sofreram com longos períodos de chuva.



Aula do projeto Dançando na Vila. Foto: Maria Tereza Castro

Os ônibus passam pela Avenida Principal na ida e na volta para a região. A rua é a única área asfaltada da Vila Rabelo, todas as outras são apenas de terra.

Nemuel Kessler conta que o GDF já começou um projeto, na época das eleições, para colocar blocos nas demais ruas da comunidade, mas não deu continuidade. Os restos da obra ainda podem ser vistos ao lado do campo de futebol construído pelo governo.

A VILA MAIS COLORIDA

As manhãs de sábado na Rabelo têm uma cor característica: rosa, pois podemos ver bailarinas caminhando pela Avenida Principal. O destino delas é o Centro Comunitário Frederico Ozanan, sede do projeto social Dançando na Vila, uma iniciativa da professora Elizabeth de Freitas.

Cabelos amarrados em coques altos, colãs pretos, saias cor-de-rosa, meia-calça e chinelo. As sapatilhas são levadas na mão para não sujar de terra. É bom usar o uniforme, mas não é obrigatório para participar da aula. A “tia Beth” sabe que nem todas as alunas têm condições financeiras para comprá-lo. A única exigência dela é que as meninas estejam sempre com um sorriso no rosto e postura de bailarina. “Mostrem o sorriso e a elegância de vocês para a jornalista”.

Quando visitei o centro, as turmas estavam ensaiando para o grande espetáculo apresentado anualmente no Teatro de Sobradinho. Dessa vez, o tema escolhido é “A Bela Adormecida”. Cada turma representa um personagem da história. Nessa brincadeira, até as mães se engajaram na dança e também vão fazer uma apresentação com alguns voluntários. Enquanto conversava comigo, Elizabeth tirava as medidas das alunas para a confecção do figurino.

“Elas começam a pagar o figurino parcelado desde o início do ano, porque muitas não têm condição para dar tudo de uma vez. Esse ano, as parcelas foram de R\$25. E eu sou para ficar atrás de costureira que cobre esse valor. Nesse ano, eu consegui com muita luta”, explica Elizabeth sobre as roupas da apresentação. A professora acrescenta que, se por acaso os

pais de uma aluna não conseguirem pagar pelo figurino, ele é geralmente doado por grupos religiosos do DF.

A origem do projeto social é a mesma que ainda move Elizabeth: a fé. Moradora do Plano Piloto, ela conheceu a Vila Rabelo em 2007, com um trabalho social promovido na comunidade pela igreja que frequentava. As aulas de balé começaram de forma tímida, com cinco ou seis alunas. Hoje, não há mais vínculo com a instituição religiosa e já são seis turmas e 64 alunas.

Elizabeth é piauiense, licenciada em educação física pela UFPI com especialização na área da dança. Quando as Olimpíadas foram sediadas no Brasil, em 2016, ela foi escolhida para a corrida da tocha em Brasília, representando o projeto Dançando na Vila. A participação da fundadora no evento trouxe mais visibilidade para o projeto.

“Essas meninas são as minhas pupilas para viver mais feliz. A minha doação é dar aula de balé para elas”.

A iniciativa não acaba quando Elizabeth decidir se aposentar. O Dançando na Vila também fez novos talentos nascerem e inspirou as ex-alunas ao voluntariado. As jovens que começaram como alunas de Elizabeth aos sete anos, cresceram e, hoje, são professoras do projeto. A fundadora conta que a maioria delas pretende seguir na área da saúde ou de educação física profissionalmente.

Histórias da “Vila Rabelo” não estão visibilizadas nas manchetes da imprensa. Os moradores repetem que há um senso comunitário e espírito de pertencimento que vão além dos dados de risco geológico. “É muito bom morar na Rabelo”, foi uma frase que escutei de diversos moradores.

POEIRA E LAMA

Moradores da Comunidade 26 de Setembro reclamam de falta de serviços públicos



Tayná Mendonça

Os moradores da Colônia Agrícola 26 de setembro, em Vicente Pires, enfrentam uma realidade desafiadora, onde a escassez de serviços básicos e infraestrutura é frequente.

Localizada às margens da DF-001, entre o final do Pistão Norte e o conhecido Balão do Texas, a localidade se perde em meio à poeira. Apesar de quase três décadas de existência, as ruas não conhecem o asfalto, os lares carecem de saneamento básico e a energia elétrica é uma presença incerta.

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) apontou que, em 2021, a região tinha 10.040 habitantes. Com a falta de hospitais, somente 14,9% dos moradores possuem plano de saúde e o Posto de Saúde mais próximo fica em Taguatinga, a 4,3 km da região. Porém, a carência de ônibus na Avenida Principal da 26 de Setembro restringe a mobilidade dos habitantes e, muitas vezes, os obrigam a percorrer a pé até a DF-001 para pegar os ônibus que vêm de Brasília.

Cristiane Nunes é síndica de um dos con-

domínios mais antigos da 26 de Setembro e já mora na região há 11 anos. Ela conta que, no começo, foi bem difícil. “Cheguei aqui grávida, com muitas expectativas. No começo, precisávamos comprar galões de água e não tinha muito comércio na região ainda.”

Por isso, para ela, uma das conquistas mais significativas ao longo dos anos foi a expansão do comércio local, visto que a oferta de ônibus é um problema frequente. “É complicado para quem depende do transporte público. É necessário ir para Taguatinga Norte em busca de recursos”, reforça.

À BEIRA DA ESTRADA

Nas manhãs poeirentas, é normal se deparar com grupos de crianças e adolescentes que se reúnem à beira da estrada para esperar o transporte escolar. Como a região não possui escolas, segundo o levantamento da Codeplan, 69,5% dos estudantes são matriculados em escolas de Taguatinga. Destes, 33,8% dependem

do transporte escolar público e 30,2% dependem de ônibus.

Durante as épocas de chuvas, a poeira dá lugar à lama. Com esse cenário, Cristiane conta que surgiu um lamento comum entre os moradores de dizer: “Aqui só temos duas estações, poeira e lama”. Com a falta de saneamento, as estradas, muitas vezes, sofrem com o aparecimento de buracos profundos e erosões, tornando a locomoção difícil e perigosa. Carros e ônibus ficam frequentemente atolados nas estradas, criando transtornos para os residentes.

Ainda assim, a constante falta de eletricidade por longos períodos é o maior desafio que a região enfrenta. Como a água não é distribuída na região, os moradores dependem de poços artesianos. Porém, sem energia, os poços não funcionam, o que significa que o abastecimento de água torna-se irregular e, em alguns casos, até inexistente.

Isso não apenas afeta o conforto e as atividades diárias dos moradores, mas também

Transporte escolar em percurso na região. Foto: Vaneide Siqueira



coloca em risco a higiene e a saúde. Além disso, a falta de energia impacta diretamente o comércio local, pois muitos estabelecimentos, como restaurantes e mercearias, dependem da refrigeração para preservar seus produtos perecíveis.

Diante da falta de serviços públicos, resta a união entre os moradores. A necessidade de lidar com desafios incentivou a criação de grupos e atividades comunitárias.

UNIÃO

Por isso, a assistente social Izadora Coimbra criou a Associação Mulheres Unidas. Ela conta que criou a associação com o propósito de ajudar a comunidade, desde as necessidades básicas, com doações de cestas básicas e roupas, até orientações de assistência social e jurídica. Foram realizadas parcerias com médicos, dentistas e psicóloga que oferecem atendimento gratuito.

“Moro aqui há 23 anos. Nossas conquistas são diárias, desde auxiliar uma mãe a conseguir vaga escolar e transporte escolar para os filhos até conseguir novas linhas de ônibus para a região”, explica. Izadora espera que a 26 de Setembro possa se tornar uma cidade com infraestrutura, saneamento e serviços públicos dentro da cidade, com hospital, escola e delegacia para que os moradores sintam orgulho do local em que moram.

Assim como Izadora, a universitária Gisele Carvalho decidiu auxiliar a comunidade e criar a Prefeitura Comunitária 26 de Setembro. O projeto tem o objetivo de garantir a representatividade e alavancar projetos que possam criar políticas públicas para a comunidade. Entre as atividades comunitárias realizadas, estão os cursos de capacitação de corte e costura, agente de portaria, merendeira, monitor de transporte escolar, além de atendimento com fonoaudiólogos, psicólogos e terapeutas familiares.

Gisele acredita que, um dia, a região vai se tornar uma região administrativa planejada, mas reconhece que, atualmente, está longe desse objetivo.

“Hoje, a região é para quem não possui condições de morar em outro lugar ou que realmente desenvolveu um amor pelo lugar e pela comunidade.”

ESPORTE

“Bola de Ouro” é o nome do centro comercial mais famoso da região. Com uma escultura de bola dourada na entrada, fazendo jus

ao nome, é responsável por juntar crianças da comunidade em partidas no campo de futebol e atrair os adultos para o centro comercial, sendo uma das poucas opções de lazer da área.

Edmilton Gomes é proprietário do Bola de Ouro e mora na região há 24 anos. Ele se mudou para a 26 de Setembro, pois queria morar perto da cidade e, ao mesmo tempo, ter um local para ter suas plantações. “Há 20 anos atrás, assim que cheguei aqui, fiz um campo de futebol e comecei a alugar esse campo, o comércio foi crescendo ao redor disso.” Para ele, os principais desafios sempre foram a questão da água, energia e infraestrutura que dificulta o acesso ao centro comercial.

Para Edmilton, que já morou em São Sebastião, Recanto das Emas e Samambaia, a 26 de Setembro é uma região sossegada em que ele nunca teve problema com segurança. “É muito bom porque a gente conhece a maioria das pessoas, então a gente sente tranquilidade.”

Na Entrada 2 da Colônia Agrícola 26 de Setembro, encontra-se o açougue do Marciano Dias. Assim como a maioria dos comércios da região, é um ambiente simples com uma atmosfera acolhedora, uma vez que os proprietários conhecem seus clientes e criam laços pessoais com eles. Nos fundos do açougue, fica localizada a casa onde Marciano mora com a família há 12 anos. Em todos esses anos, ele já viu muitas coisas mudarem, mas lamenta a falta de serviços públicos.

Para ele, a maior dificuldade é a poeira excessiva e a falta de energia constante, que dificulta conservar seu açougue. Apesar disso, ele relata que a vida cotidiana é calma, segura e que é admirável a relação de amizade que os moradores e comerciantes compartilham. “A 26 de Setembro é um ambiente tranquilo, calmo e que está passando por diversas melhorias e tende a melhorar cada dia mais”, diz esperançoso.

“TRABALHOS PALIATIVOS”

A reportagem do **Esquina** entrou em contato com a Administração da Vicente Pires, atual responsável pela Colônia Agrícola 26 de Setembro. A assessoria ressaltou que a prestação de serviços para a região acontece por meio de trabalhos paliativos, molham a estrada no tempo da seca para tentar amenizar os efeitos da poeira e, no tempo chuvoso, o trabalho é para evitar atolamento e facilitar o deslocamento dos moradores.

Contudo, a regularização e a garantia dos direitos básicos, como infraestrutura, abastecimento de água, fornecimento de eletricidade e saneamento básico ainda é um cenário ilusório.

“O processo de doação de terra está em andamento, enquanto a terra não for doada ao GDF, não se tem uma posição sobre regularização. É necessário que o GDF tenha posse da terra para que os serviços sejam feitos de modo definitivo”.



Papa-lixo superlotado. Foto: Vaneide Siqueira



Ciclista sobe a Avenida 26 de Setembro. Foto: Vaneide Siqueira

OS SEM-TERRA E O FAZENDEIRO

Em Planaltina, o Acampamento 8 de março é vizinho à Toca da Raposa



Mariana Albuquerque

O dia era 8 de março de 2012, quando em Planaltina, no Distrito Federal, às margens da BR-020, famílias do Movimento Sem Terra (MST) montaram acampamento em uma parte da Fazenda Toca da Raposa, em uma área de 17 hectares da presença do MST. De um lado, a organização define a terra como improdutiva, ou seja, que não estava sendo utilizada. De outro, o proprietário Mario Zinato reafirma o direito e o uso daquele espaço.

Já se passaram 11 anos desde aquele dia. Hoje, o Acampamento 8 de Março, intitulado em nome da data da conquista, abriga 80 famílias, responsáveis pelo plantio de diversos alimentos. A variedade envolve batata, mandioca, cheiro verde, melancia, morango e rabanetes, por exemplo. Há ainda uma casa de farinha, onde é produzido o produto feito de mandioca, um posto médico e até um mercadinho. Tudo o que é arrecadado é direcionado para infraestrutura do acampamento.

Vizinha ao acampamento, a Fazenda Toca da Raposa realiza o plantio de milho, produção de leite e criação de gado. A operação, segundo o proprietário, emprega mais de 120 funcionários e já conta com quase dois mil animais no local, que se estende ao longo de 1,7 mil hectares.

ACAMPAMENTO

A área ocupada pelas famílias do MST é dividida em duas. Uma parte, de três hectares, é exclusiva para moradia, enquanto a outra, dos 14 hectares restantes, é destinada para atividades de fins de produção sem o uso de agrotóxicos. Quem detalha o cenário é Maria de Souza Castro, de 45 anos, coordenadora do local. Presente na comunidade há cinco anos, ela vive ali com o marido, a filha e os netos e foi responsável por me apresentar o acampamento.

Passamos pelos espaços de funcionamento, todos construídos de madeirite, das casas aos estabelecimentos. Ao passo em que me conta a própria história, também explica que todos os adultos exercem alguma atividade, seja no campo ou para fins sociais do movimento. Ela, por exemplo, acumula funções: além de coordenadora do acampamento, é administradora do mercadinho, mãe e avó em tempo integral.

Ainda assim, independente do esforço, às vezes a recompensa não vem. A coordenadora desabafa que, apesar da plantação ser boa e frutífera, a comunidade sofre com a falta de regularização, feita através do registro da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

“A gente está esperando por essa regulamentação, porque, sem ela, dificulta muito. Até tem como plantar, mas não tem como vender, porque a gente não tem a DAP. Tem terra o suficiente para plantar, mas não conseguimos escoar esse produto para fora, porque as cooperativas não compram sem a documentação”. Maria explica que, na época da pandemia, a comunidade vendia cerca de mil cestas por mês, mas agora a realidade mudou.

A liderança acrescenta um outro problema vivido no 8 de Março. Este, porém, é ainda mais drástico e espalhado por todo o Brasil: a violência. O país registrou somente no ano de 2022 mais de duas mil ocorrências de conflitos por terra. Ao todo, 181 mil famílias vivem na mira deste tipo de violência no país.

O relatório “Conflitos no Campo Brasil 2022”, elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), atesta que o principal causador do problema são os fazendeiros, responsáveis por 23% das ocorrências. A situação contribuiu proporcionalmente para a diminuição do número de ocupações e exemplifica o desmonte das políticas públicas voltadas para o campo.

Maria explica que trabalhadores sofrem com ataques de donos das terras. “Ele manda trator aqui perto que levanta poeira e atrapalha a plantação, passa avião de veneno que deixa as pessoas aqui doentes. Isso suja nosso plantio, não podemos nem falar que é orgâni-



Maria de Souza Castro, de 45 anos, coordenadora do local é uma das pessoas que me recebe no acampamento. Ela mora com sua filha, neta e marido. Foto: Mariana Albuquerque

co, porque ele joga veneno em cima da gente. Ele coloca jagunço armado aqui perto para passar e nos intimidar. Não é fácil”, afirma a coordenadora.

“A gente sonha com um pedaço de terra para gente. Poder ter um pedaço de terra para plantar e melhorar a nossa vida. Fazer uma casa mais confortável, porque a gente mora em madeirite, e ter uma vida mais saudável”, esclarece.

Ainda durante nossa conversa, um trator passa rente as grades do 8 de Março e faz a poeira tomar conta do lugar. No meio da nuvem marrom levantada do solo, conheço Francisco Gomes, conhecido como “Seu Chico”, de 76 anos. Carregando um carrinho de mão, ele sequer precisou ser questionado sobre algo para começar a relatar sua história.

Desde quando chegou ali, há 11 anos, não havia nada além do mato alto, lembra. Chico trata a terra como uma filha e até se chateia por, segundo ele, não haver espaço para plantar mais nada depois da década que passou cultivando. Em meio ao jardim, ele diz que a terra é uma sobrevivência. “Tenho mais prazer com a minha vida, eu tenho mais saúde, mais disposição. E é assim que estou aqui até hoje”.

“Estou beneficiando a área ali. Quero deixar a natureza completa, frutífera para as pessoas e para os bichos que ficam me beirando lá. Quando cheguei aqui, não tinha um fiapo de plantão. Ao ter uma terra, tem que se beneficiar dela e fazê-la dar fruto para quem está mexendo. Ele tem que cultivar o que ele tem”, declarou, se referindo ao dono da propriedade.

Outro que compartilha a trajetória de 11 anos no acampamento é Adonilton Rodrigues. Presente desde a ocupação, o militante de 33 anos atua como membro da direção nacional do MST/DF e me recebeu em sua casa para contar o cotidiano no 8 de Março.

Com a esposa e o filho de onze meses, ele se alterna entre os compromissos dentro e fora do local na beira da BR-020. De quando chegou, em 2012, até hoje em dia, lidando com maus tratos à terra e outros perigos, a violência sofrida nunca mudou.

“Além do veneno que ele [fazendeiro] joga, sempre passa jagunço armado, seja do lado da cerca, de carro, como for. Eles sempre foram assim. Quando invadimos, ocupamos aqui

debaixo de bala, isso porque tínhamos muitas crianças e idosos. Chamamos a polícia, eles vieram e tomaram as armas. Eram mais de 40 jagunços, mas ninguém foi preso”, relembra.

Todos os casos são denunciados, segundo Adonilton, desde o veneno lançado de madrugada até os incêndios criminosos que já destruíram metade dos barracos de madeirite. Ainda assim, a luta continua, sempre com o caráter de denúncia – às quais a reportagem não conseguiu ter acesso.

A JUSTIFICATIVA

A ocupação em si exerce esse papel denunciante. Para ocupar um local, o MST defende que faz uma análise profunda sobre a terra em questão para ver o que é feito com ela. O grupo só entra se o espaço for improdutivo, ou seja, não estiver sendo usado para plantio ou criação de animais. Por esse motivo, o foco vai além da repartição de terras, mas também se encontra na tentativa de fazer o local ser frutífero.

“Hoje, na questão agroecológica, já passamos por uma transformação aqui desde o período em que começamos a trabalhar, seja ambiental, no cuidado com a natureza, ou de auto sustentação. Temos o plano de plantar 100 milhões de árvores em 10 anos e produzir alimento saudável, então estamos estruturando o espaço para ter sua própria autonomia de produção e sustentação”, planeja Adonilton Rodrigues.

A meta é fazer com que se torne um assentamento no futuro. A diferença entre os dois não fica só na nomenclatura. Quando assentados, os moradores passam a poder usufruir de políticas públicas e de amparo social e. No futuro, o integrante da diretoria nacional quer que o 8 de Março seja um exemplo.

“No coletivo, com a companheirada, a luta nossa hoje é para transformar essa área. O sonho é que futuramente isso se torne um as-

sentamento modelo, não só na questão agroecológica, mas de mudança de vidas. Para melhorar para o campo e para a cidade, porque para fazer a reforma agrária precisaremos do apoio de todos”, torce.

Uma etapa tida como importante para cumprir esse objetivo é a formação dos integrantes. Com projetos de alfabetização, o grupo quer diminuir drasticamente o analfabetismo e voltar a ter aulas do ensino de jovens e adultos (EJA) na comunidade.

“O acampamento é um local onde as pessoas têm uma perspectiva de mudança de vida. Por mais que se tenha um olhar preconceituoso, que aqui é um lugar de vagabundo, mas é no acampamento que você encontra outras formas de vida e de esperança. Isso muda realmente a vida da gente”, conclui Adonilton.

O OUTRO LADO DA CERCA

Na propriedade de Mario Zinato, fazendeiro de 73 anos, dono da Toca da Raposa, o cenário é de animais de grande porte. Aliada à plantação de milho, a criação de vacas leiteiras é predominante ali.

São, ao todo, mais de 1,6 mil vacas, separadas em um sistema prático para organizar a reprodução, o crescimento do novilho e o ordenhamento. A fazenda é o 57º maior produtor de leite do Brasil, segundo uma pesquisa realizada pela MilkPoint em 2022.

A meta do dono é entrar no top 50 na próxima análise e até 2026 iniciar um esquema próprio de distribuição e venda do produto. Os demais hectares são usados para o plantio de milho ou soja, grãos usados para ração dos animais e rotatividade de plantio, respectivamente.

Questionado sobre a relação dele com o campo do outro lado da fazenda, Mário me conta que um acordo firmado em audiência pública há quatro anos dá ao MST três hectares da terra de Zinato.



Mario Zinato, fazendeiro de 73 anos, é dono da Toca da Raposa, responsável por produção de leite, e plantio de soja e milho. Foto: Mariana Albuquerque



Adonilton Rodrigues, está presente desde a ocupação, o militante de 33 anos atua como membro da direção nacional MST/DF. Foto: Mariana Albuquerque

“Não temos confrontos tem tempo já, só o início, lá em 2012, quando eles entraram. Hoje prefiro a paz. Deixa eles com os três hectares deles. Não faz diferença para mim. Mas, com o acordo firmado, eles não podem passar de um lugar demarcado pela Terracap”, compartilha.

O fazendeiro nega todas as acusações feitas pelo Movimento, dentre elas os jagunços, os incêndios e de que estaria jogando veneno próximo ao acampamento. Apesar do relato por parte do 8 de Março, as queixas realizadas não foram comprovadas.

Um dos documentos apresentados por Mário é um laudo pericial da Polícia Civil do Distrito Federal de 2004, que afirma que vários integrantes desse movimento entraram nas edificações, após arrombar as vias de acesso, mediante emprego de força aplicada na estrutura. Uma vez no interior, subtraíram objetos, produziram danos e machucaram um equino.

Além disso, ele possui a comprovação de que a terra lhe foi cedida na década de 1980 e um título precário de propriedade assinado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 2011.

Ele conta que a decisão judicial não sai por causa de politicagem, e que ninguém tá afim de comprar essa briga. “Entra governo e sai governo e nada de resolver. Nenhum quer se envolver. Eu vou ganhar, tenho certeza. Não me preocupo. Mas se alguém autorizar a retirada dessas pessoas daqui, o problema seria muito grande, então deixar como está é mais confortável. Eu não vou atrás de tirar eles dos três hectares. Se as fazendas vizinhas quiserem se envolver, tudo bem, mas eu não”, termina.

A previsão da fazenda é de que em junho de 2024, haverá 1.097 vacas em lactação, quase o dobro do que há hoje. Assim, o fazendeiro sonha em fazer o local crescer cada vez mais, de maneira interna e externa, para virar uma referência ainda maior no cenário nacional.

O Acampamento 8 de Março já passou por uma história de disputa de terras. A briga pelo espaço começou em 2004. Na época, trabalhadores vinculados ao MST/DF ocuparam parte da fazenda Toca da Raposa, alegando que as terras pertenciam à União e que haviam sido griladas.

A segunda ocupação foi em 2006, quando aproximadamente 500 trabalhadores construíram um novo acampamento ocupando cerca de 400 hectares da fazenda. Pouco depois, essas famílias foram novamente despejadas. No ano seguinte, aproximadamente 600 famílias vinculadas ao movimento fizeram uma nova tentativa de luta por aquela terra. Foi a terceira ocupação da fazenda em três anos.

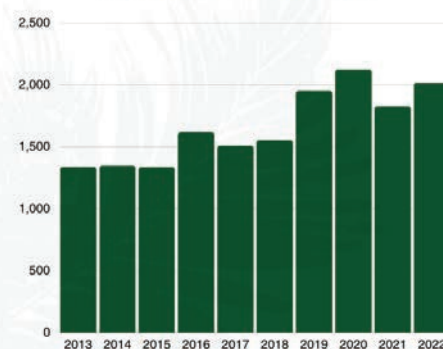
A solução do impasse dependia de um estudo da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) que confirmasse a quem pertenciam de fato os 1700 hectares de terra. O despejo das famílias acampadas na terceira leva ocorreu tempo depois. Após um hiato, no dia da mulher e com forte presença feminina, aconteceu a quarta e última ocupação.

“Nós, mulheres camponesas, preocupadas com a segurança dos nossos filhos e companheiros, queremos responsabilizar o Estado por qualquer ato de violência que aconteça. Solicitamos as providências no sentido de coibir estas ações de violência. Conforme o Movimento, na ocupação 8 de Março, a maioria dos acampados seria de crianças e mulheres; por conta disso, a carta foi escrita enfatizando o sentimento das mulheres”, afirmava a denúncia.

Enquanto isso, o Acampamento 8 de Março segue sem resposta. Até o momento, o fazendeiro continua afirmando ser o proprietário e com parte de seu terreno ocupado. Do outro lado, as famílias do MST seguem ali, convivendo na linha fina entre o medo e a esperança na espera de um futuro melhor.

2013-2022 CONFLITOS NO CAMPO BRASIL

NÚMEROS DE CONFLITOS/ANO



FONTE: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

EM 2022, FORAM REGISTRADAS 2.018 OCORRÊNCIAS DE CONFLITOS NO CAMPO, QUE ENVOLVERAM 909.450 PESSOAS, NÚMEROS INFERIORES APENAS AOS DO ANO DE 2020. AS OCORRÊNCIAS DE CONFLITOS INCLUEM AS AÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS DO CAMPO E AS AÇÕES DE RESISTÊNCIA EMPREENHIDAS POR ESTES MESMOS POVOS (OCUPAÇÕES/RETOMADAS E ACAMPAMENTOS). DO TOTAL DE OCORRÊNCIAS NESTE ANO, 1.946, OU SEJA, 96,4%, SÃO DE AÇÕES VIOLENTAS CONTRA ESSAS COMUNIDADES E SEUS INTEGRANTES. MAIS UMA VEZ, TEMOS UM NÚMERO ESTARRECEDOR DE ASSASSINATOS EM CONFLITOS: 47 PESSOAS PERDERAM A VIDA.

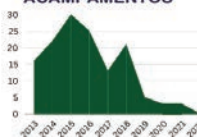
ANO DE 2022

47
ASSASSINADOS

CONFLITOS

CONFLITOS POR TERRA SÃO AÇÕES DE RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO PELA POSSE, USO E PROPRIEDADE DA TERRA E PELO ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS, QUANDO ENVOLVEM POSSEÍDORES, ASSENTADOS, QUILOMBOLAS, GERAZEIROS, INDÍGENAS, PEQUENOS ARRENDATÁRIOS, CAMPESES, SEM-TERRA, SERingueiros, CAMPESINOS DE FUNDO E FECHO DE PASTO, QUEBRADENAS DE COCO BABAÇU, CASTANHEIROS, FAXINALENSES ETC.

CONFLITOS EM ACAMPAMENTOS



FAMÍLIAS ENVOLVIDAS EM CONFLITOS POR TERRA

171.686,30
MÉDIA ANUAL (2019 A 2022)

REGIÃO



TAIS CONFLITOS SE CONCENTRAM EM REGIÕES ONDE AVANÇA A FRONTEIRA AGRÍCOLA E MINERAL, NORTE E NOROESTE, REGIÕES EM QUE SE SITUAM OS ESTADOS QUE COMPOEM O ARCO DO DESMATAMENTO (DO OESTE DO MARANHÃO AO ACRE), E O MATOPIBÁ, UMA SÍLA PARA A DELIMITAÇÃO TERRITORIAL CRIADA POR ÓRGÃOS DE GOVERNO COM O INTUO DE ESTIMULAR ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E DE MINERAÇÃO NOS ESTADOS DO MA, RORAIMA, TOCANTINS, PIAUÍ E BAHIA.

“Não vou mexer em caixa de marimondo por conta de três hectares. Se sair a decisão judicial a meu favor, não me importo em deixar eles lá”, adiciona Mario Zinato.

“A gente resiste. Resiste para existir e resistiremos sempre, porque temos um projeto de sociedade, o qual é um projeto de reforma agrária, que é diferente. A gente não acredita no que está posto por aí, tanta dor, tanta violência. A gente quer uma sociedade sem violência, pautada na questão da própria agroecologia, em defesa da natureza, alimentação saudável para toda a companheirada. Não é só pelos do campo, mas também pelos da cidade. Vamos juntos por todos”, conclui Adonilton.

A reportagem procurou a Empresa De Assistência Técnica E Extensão Rural Do Distrito Federal (Emater), que afirmou não poder falar sobre o assunto, já que ainda estava na questão de regulamentar a terra ocupada pelo acampamento. “Esse assunto não é nosso”. A Terracap também foi procurada, mas não forneceu resposta até a publicação desta matéria.

O MST

Um movimento social autônomo, voltado para as massas e focado em organizar os trabalhadores do campo para conquistar a reforma agrária. Esse é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), presente em 24 estados das cinco regiões brasileiras. Ao todo, aproximadamente 450 mil famílias já foram beneficiadas pelo programa, e o número tende a crescer.

A instituição é premiada, venceu o Chapin Awards de conservação ambiental (2016), o Community Food Security Coalition por produção sustentável (2011), o Prêmio Rei Balduino para o desenvolvimento e muitas outras condecorações. Além disso, possui o título de maior produtor de arroz orgânico da América Latina, mesmo posto ostentado sobre os hortifrúts orgânicos produzidos no Brasil. Ainda assim, o movimento sofre constantemente com preconceitos e olhares tortos de boa parte da sociedade.

ARMAZÉM DO CAMPO

Do rural ao urbano, apesar de toda a separação praticada entre ambos, alguns espaços servem como conexão entre os dois lados. Um exemplo é o Armazém do Campo, na Asa Norte, centro da capital brasileira. Ali, os produtos dos pequenos agricultores alimentam a estante de um supermercado e fomentam a ação do Movimento.

A loja tem como proposta vender os mais variados produtos plantados, cultivados e produzidos pelo MST. Dentre eles estão o suco Monte Vêneto, cachaça artesanal Lula Livre, café Guaií e o arroz Terra Livre. As lojas vendem seus produtos a preços acessíveis e também funcionam como forma de resistência para troca de informação em oficinas e debates.

O coordenador do Armazém do Campo no DF, Antônio Dias de Abreu, explica que isso envolve a vontade de mostrar o que é comida de verdade e auxiliar na resistência do movimento, principalmente por expor o trabalho realizado.

“Nossas lojas servem como o meio de divulgar a produção de alimentos saudáveis que nossos assentamentos produzem, trazendo marcas de alta qualidade e produtos 100% naturais para o mercado. Estar nas cidades representando a agricultura familiar é muito importante para divulgar a ideia de que outro tipo de produção é possível.”, diz.

O fato da loja se encontrar no plano piloto é outro desafio para o movimento que tem como objetivo conquistar mais espaço. “Seu Dias”, como é conhecido, explica que o Armazém tem como função principal divulgar aquilo que é feito no campo para as pessoas na cidade.

Os armazéns têm uma importância fundamental na questão social para gerar rendas para os trabalhadores do campo, para sua comercialização e pela divulgação de produtos orgânicos. A loja funciona no Plano Piloto porque essa é a nossa meta, de conquistar o espaço junto à sociedade, trazendo produtos do campo, com origem, com certificação, com qualidade, para podermos divulgar o nosso trabalho. Trabalhamos em conjunto, formando cooperativas e colocando no mercado os nossos produtos”, conclui.



NA VILA GREEN, MÃE DE 9 FILHOS BUSCA SUSTENTO

A mãe solteira e trabalhadora de obras luta todos os dias contra a vulnerabilidade financeira e a alimentar



João Pedro Nunes

Uma periferia dentro da própria periferia, em uma invasão que sequer aparece no mapa ou no GPS. Essa é a Vila Green, uma comunidade de 260 residências, localizada na cidade de São Sebastião. Ao chegar ao local, já não se encontra mais asfalto, e sim um irregular caminho de terra, onde não passam carros.

Em uma das várias estruturas do local, que os moradores da Vila Green carinhosamente chamam de “lar”, quem me recebe é uma mulher negra, com uma tatuagem da Minnie na perna direita, com um sorriso similar ao que carrega em seu rosto. Rosimary Santos, de 43 anos, mora na região desde 1997, quando se mudou do Maranhão com o pai e a irmã, em busca de melhores oportunidades de emprego.

Hoje, mãe de nove filhos, Rosimary conta que as dificuldades sempre existiram em sua vida, mas que sempre se mostrou grata a Deus, independente dos vários desafios que ela e sua família se depararam.

“Já passamos momentos difíceis. Já teve vez que faltou arroz e feijão para colocar na panela. Não tinha o que comer”

Rosimary criou os filhos sozinha, sem a presença do ex-companheiro, com quem não mantém contato. Resultado de uma ocorrência de agressão e medida protetiva, obtida por meio da Lei Maria da Penha. Hoje, mora em uma casa de madeira com três quartos compartilhados entre os filhos, com uma tábua de compensado na porta, e que alaga quando chove.

Rosimary conta que trabalhou em obras para conseguir sustentar a família. Entretanto, está impossibilitada de trabalhar por ter de



Na casa de Rosimary, que prefere não aparecer na imagem. Foto: João Pedro Nunes

cuidar da filha caçula, de 5 anos. Atualmente, o filho mais velho, Vitor, é quem ajuda com as contas da casa.

“Ele faz de tudo, ele é meu braço esquerdo. Ele trabalha em uma loja de departamento e me ajuda em tudo, quando falta o gás ou qualquer coisa”, disse.

Outro fator que impossibilita Rosimary de trabalhar é o estado de saúde do segundo filho, Brendo. Recentemente o rapaz descobriu um câncer em sua cabeça, e atualmente é dependente dos cuidados da mãe a todo instante.

“Eu saio daqui cinco horas da manhã de transporte público com ele todos os dias, para ir ao HRAN (Hospital Regional da Asa Norte). A gente fica o dia todo lá, onde ele faz o tratamento, a quimioterapia, e só voltamos para casa no final da tarde”, conta Rosimary.

E apesar de receber benefícios do governo como Bolsa Família, Vale Gás, DF Sem Miséria, Cartão Material e Prato Cheio, Rosimary e sua família ainda se encontram em uma situação de extrema vulnerabilidade, tanto financeira, como alimentar.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SÃO SEBASTIÃO

Vitor, o mais velho, também foi o responsável por descobrir que a Associação Comunitária de São Sebastião (Ascom) poderia ajudá-los. A instituição auxilia 200 famílias em situação de vulnerabilidade, em especial crianças, fornecendo uma alimentação balanceada e atividades educativas em períodos nos quais as crianças não estão na escola.

Três dos nove filhos de Rosimary participam do projeto da associação, uma vez que a instituição aceita crianças e jovens de 6 a 17 anos. Pietra, a mais nova, ainda não está apta para participar. Quando completar mais um ano, Rosimary garantiu que tentará mais uma vaga para a filha. Outros cinco, por já serem maiores de idade, também não podem ser inscritos.

No local, que se assemelha a uma creche, é possível observar as atividades realizadas pelas

crianças e jovens de até 17 anos. Dentre elas, quatro filhos de Rosimary: Letícia Santos, Iago Siqueira, Ágata Siqueira e Yuri Siqueira.

Ivoneide Soares de Sousa, assistente social da associação, conta que o projeto observa as carências e vulnerabilidades de cada família de maneira individual, para poder ajudar da melhor maneira possível, seja com doações, ou fornecendo ajuda na própria instituição. Ela conta que a família de Rosimary era uma das primeiras na lista de prioridades e que a situação era crítica antes de receber as crianças na instituição.

Para Rosimary, o projeto foi um alento para a família, e diz que se ele estivesse presente no dia a dia de sua família desde a mudança para São Sebastião, diversas dificuldades, sejam alimentares ou não, poderiam ter sido evitadas ou, pelo menos, minimizadas.

INSEGURANÇA ALIMENTAR

A região administrativa de São Sebastião possui aproximadamente 119 mil habitantes, de acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada em 2021. Deste total, 22.745 estão em situação de insegurança alimentar, com base na pesquisa “Segurança Alimentar no Distrito Federal: um panorama sociodemográfico”, realizada pelo Instituto de Pesquisa do DF (IPEDF).

O estudo empregou a Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA) para avaliar a percepção e a vivência de insegurança alimentar e fome em âmbito domiciliar. A EBIA avaliou a dificuldade de acesso da família aos alimentos e à experiência de vida relacionada à insegurança alimentar e à fome experimentada nos lares.

Com base nessa avaliação, a insegurança alimentar pode ser classificada em três subdivisões: insegurança leve, que representa uma incerteza quanto ao acesso aos alimentos; moderada, quando a qualidade inadequada dos alimentos é o resultado de uma estratégia para não comprometer a quantidade dos mesmos; e grave, quando ocorre a falta total de alimento durante o dia.

Apesar de já ter sofrido com insegurança alimentar grave, atualmente a família de Rosimary se encaixa no quadro leve. A melhora no quadro é resultado da ajuda da Ascom, que oferece uma alimentação regulada para boa parte das crianças, bem como do governo, por meio de programas como (buscar os benefícios), e também do auxílio financeiro do filho mais velho.

Entretanto, a situação de insegurança alimentar ainda está longe de ser resolvida. Rosimary torce para que outros programas que visam melhorar as condições alimentares de famílias em situação de vulnerabilidade sejam criados e aprimorados.

Atualmente, um dos principais programas de fornecimento de alimento para instituições que realizam este trabalho social, é o Mesa Brasil, desenvolvido pelo SESC-DF. A iniciativa é quem fornece recursos para instituições

incapazes de se sustentar sozinhas, como a ASCOM, onde os filhos de Rosimary passam boa parte do tempo e fazem suas refeições.

O Mesa Brasil é um programa nacional de segurança alimentar e nutricional de combate à fome e ao desperdício de alimentos. Os alimentos coletados são avaliados por uma equipe de nutricionistas, separados por tipo, validade e peso e, então, distribuídos para instituições idôneas, caso da Associação Comunitária de São Sebastião.

“O Mesa Brasil ultrapassa o âmbito da arrecadação e distribuição de donativos. Tem também como foco a ação educativa permanente, que presta orientação e informações nutricionais a quem recebe as contribuições, contribuindo, assim, para um melhor aproveitamento da comida”, afirma a entidade. Em agosto de 2023, o programa bateu o recorde de arrecadação de alimentos no Distrito Federal (DF), com mais de 235 toneladas doadas.

Outra alternativa apontada por Rosimary para auxiliar no combate à insegurança alimentar são os restaurantes comunitários. Os locais, espalhados por todas as regiões administrativas do DF, proporcionam uma alimentação balanceada do ponto de vista nu-

tricional, por um preço acessível para pessoas e famílias carentes, com a refeição custando apenas R\$ 1.

Rosimary já fez uso do restaurante de São Sebastião, mas não é frequentadora do local, pois quando faz uma refeição na unidade precisa levar marmitas para toda a família. “Fica puxado. Quando vou comer lá, tenho que trazer para todos os meninos. Aí, tenho que entrar mais de cinco vezes na fila. Então, para mim, não compensa. Fica muito cansativo”, declarou.

Em meio às dificuldades enfrentadas pelos moradores de São Sebastião e da Vila Green, como Rosimary e sua família, iniciativas como a Associação Comunitária de São Sebastião surgem como uma luz no fim do túnel. Projetos que oferecem não só melhor alimentação, mas também exercem um papel educativo fundamental.

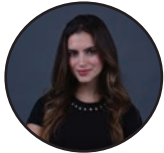
No entanto, a problemática persiste, e com ela, as necessidades da população mais carente. Portanto, é preciso que os esforços para reduzir a insegurança alimentar, tanto em São Sebastião, como em outras regiões, sejam mantidos, visando uma melhora cada vez mais significativa num quadro importante, muitas vezes ignorado.



Interior da casa de Rosimary. “Já faltou arroz e feijão para colocar na panela”. Foto: João Pedro Nunes

NA FILA DO RESTAURANTE COMUNITÁRIO DA ESTRUTURAL

Unidade serve 2 mil refeições diárias, incluindo almoço e café da manhã



Júlia B. Marques

São 10h30 da manhã e uma fila já começa a se formar em frente à grade do restaurante comunitário da Estrutural. O estabelecimento só abre às 11h. A cada minuto que passa, outras pessoas aumentam a fila. Pessoas chegam à fila de todas as idades. São idosos, adolescentes e crianças de colo. Em pé, os moradores da região olham ansiosamente para o portão, esperando que esse seja aberto.

Entro na fila, e tento puxar assunto. Alguns recuam quando me apresento como repórter e estudante de jornalismo. Pergunto às pessoas na fila se podem falar um pouco do que acham dos restaurantes, da comida e o porquê de elas frequentarem aquele lugar. A maioria só responde: “É bom, ajuda muito”. Quando peço uma entrevista, se recusam a falar, ou me dão uma resposta atravessada.

O assunto é delicado e expõe a realidade e vulnerabilidade daquelas e de muitas pessoas no Brasil. Um tema encoberto pelas autoridades, negado por grandes representantes publicamente e ainda velado pela classe média e alta.

Gerenciado pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES), o restaurante tem capacidade para atender mais de 500 pessoas por turno. Segundo a assessoria da SEDES, o Distrito Federal (DF) tem uma das maiores redes de segurança alimentar do Brasil, com um modelo referência de Restaurante Comunitário. O objetivo do GDF com o serviço é ampliar o acesso da população ao direito humano à alimentação, previsto na Constituição Federal, servindo refeições com qualidade, equilibradas nutricionalmente e em quantidade suficiente. Todos os restaurantes contam com nutricionistas.

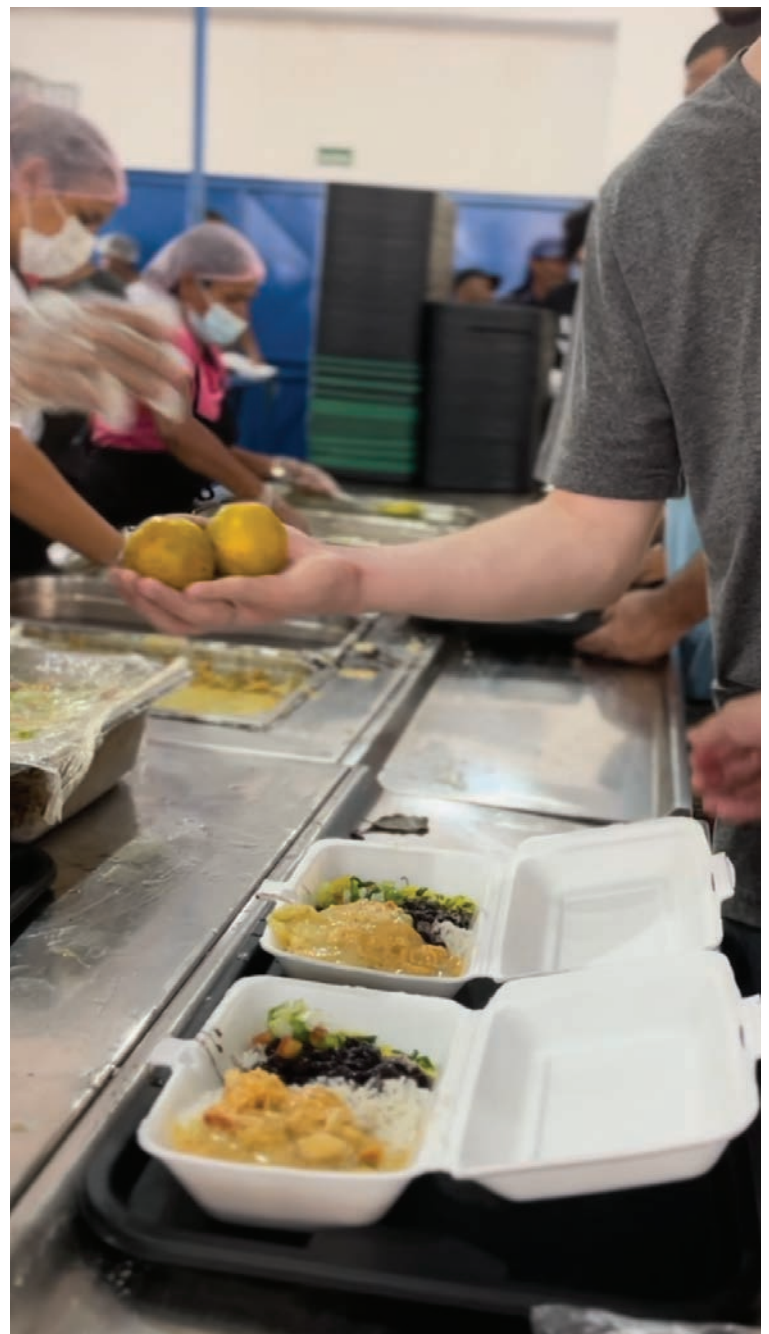
Os Restaurantes Comunitários também procuram respeitar as características culturais e hábitos alimentares da região. A prioridade é o atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social.

Hoje, o DF conta com 16 Restaurantes Comunitários: Brazlândia, Ceilândia, Estrutural, Gama, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho, Sol Nascente, Sol Nascente/Pôr do Sol e Arniqueira.

PRATO A R\$ 1

As merendeiras e nutricionistas responsáveis pela comida já estão se posicionando, uma ao lado da outra, aguardando as pessoas entrarem para servir e fiscalizar as refeições. O portão abre, a fila anda mais depressa, eles correm para comprar o almoço, que custa R\$ 1. A cada minuto que passa, a fila aumenta e o grande galpão é preenchido por vozes, passos e barulhos de pratos.

São permitidas duas refeições por pessoa. Para a maioria dos ouvidos pela reportagem, essa comida também será o lanche e o jantar, até o dia seguinte, quando o restaurante reabre no café da manhã, servido por R\$ 0,50.



Fila para pegar o almoço servido no Restaurante Comunitários da Estrutural.
Foto: Júlia Marques



Menino brincando durante ação solidária feita na Estrutural. Foto: Júlia Marques

Um homem para atrás de mim na fila, pede para não ser identificado, mas comenta:

“Esse restaurante ajuda muita gente, realmente. Sou professor e sei que isso aqui mata a fome”.

Algumas pessoas falaram que o melhor dia é sexta-feira, o da feijoada.

A linha de produção começa. O fiscal pega o cartão em que é contabilizada a quantidade de refeições compradas. Em seguida, libera a cataraca. Uma bandeja é entregue, geralmente com um prato e uma marmitta. Alguns levam aquela comida para casa, muitos ainda ficam esperando outras pessoas comerem para pegar o que sobrou do prato deles.

“DOBRADINHA OU OVO?”

50

O cardápio disponibilizado pelo Governo do Distrito Federal (GDF) no dia em que visitei o restaurante, era: prato proteico (dobradinha OU ovos mexidos), guarnição (farofa crocante), salada (pepino, repolho roxo e chicória), acompanhamento (arroz branco OU arroz branco), sobremesa (gelatina) e bebida (suco).

Questiono à nutricionista do restaurante, Karen Moreira, sobre a rotina de funcionamento e sobre o programa, criado pelo Governo do Distrito Federal, por meio da Lei n.º 4.208, de setembro de 2008, que garante o restaurante comunitário. “Os restaurantes comunitários, foram pensados para atender as pessoas em vulnerabilidade social a um custo baixo, as pessoas em situação de rua não pagam o almoço, fazem um cadastro e elas podem retirar a comida”, diz a nutricionista.

“Os cardápios são planejados em conjunto. Na Secretaria [de Desenvolvimento Social], temos vários nutricionistas que se reúnem juntamente com os profissionais das empresas que fornecem a comida. Analisamos as necessidades da população, considerando as necessidades nutricionais e culturais e por fim, montamos o cardápio.”

E assim, a fila vai seguindo. As pessoas pegam a comida e vão em direção às grandes mesas, com bancos, um ao lado do outro, são ao todo 26 mesas.

Alguns se sentam em grupos, com família, amigos e outras sozinhos. Também percebo que amizades são feitas naquele lugar. Um estranho se acomoda ao lado do outro, começam a comer e já estão conversando, rindo.

Vejo uma mulher em pé, com uma criança no colo e um menininho ao seu lado, a criança está com uma garrafa e um pote na mão. Eles estão na ponta da mesa, olhando as pessoas comerem, com uma sacola plástica, dentro dela há duas marmittas.

Quando terminam de almoçar, alguns já se levantam com sua bandeja, e deixam meio copo de suco, ou o que sobrou ao lado dessa mulher, e saem. Como se já fosse algo natural, recorrente, sem necessidade de perguntar se ela queria ou não aquele resto, a criança pega quase automaticamente o copo e entorna o que o líquido dentro da garrafa plástica e coloca ao lado daquela mulher, ela coloca dentro do pote.

Sento-me em frente a um grupo de idosos e pergunto se a comida está boa, um senhor olha para o prato vazio e me responde: “Já até

acabou de tão boa”. Os outros riem. Ele fala que veio com o patrão, que também tinha almoçado ali, mas que ele já havia ido embora.

Faço algumas perguntas sobre ele, respondeu que trabalhava em uma obra perto dali, mas que frequentava outros restaurantes, dependendo de onde iria trabalhar. Mas ele tem pressa. Chegou a hora de voltar ao trabalho.

A 22 km do restaurante, a Região Administrativa (RA) do Lago Sul, foi apontada como o bairro mais rico do país, segundo o Mapa da Riqueza, pesquisa realizada pela Federação Getúlio Vargas (FGV). A renda média da população é de R\$23140,40. Em contrapartida, a Cidade Estrutural é de R\$ 192,62.

FORA DO RESTAURANTE

No Distrito Federal, 79% dos domicílios demonstraram estar em segurança alimentar, enquanto 21% apresentaram algum grau de insegurança alimentar, o que equivale a 196.362 domicílios.

Líder comunitária da Estrutural, Jaqueline Silva é fundadora do projeto chamado “Alimentando Vidas”, que há 5 anos tem a intenção de arrecadar alimentos, roupas, calçados e remédios para auxiliar famílias em situação de vulnerabilidade social.

“Os restaurantes ajudam, sim, mas o problema na Estrutural é estrutural. Em alguns lugares mais vulneráveis daqui, as pessoas moram em barracos, sem água encanada, sem coleta de lixo. Às vezes, esses barracos pegam fogo, desabrigando famílias. É difícil principalmente para as mães solteiras, que precisam manter a sua casa. Não tem trabalho nem oportunidades. Não tiveram a chance de estudar e de ter experiência em alguma área”, explicou Jaqueline Silva.



Cachorro quente solidário, ação feita em conjunto com a líder comunitária, Jaqueline Silva em 2021. Foto: Júlia Marques

RESILIÊNCIA VERDE EM SÃO SEBASTIÃO

Horta em região de periferia alterou cenário de lixo e cultivava mais de 37 espécies de hortaliças e frutas



Andrés Ruiz



Moradora Anaiza Nunes colhe hortaliças para consumo familiar. Foto: Andrés Ruiz

Entre o lixo e o concreto, nasceu a Horta Girassol, um refúgio verde em Morro Azul, na periferia de São Sebastião (DF). Por lá, a agricultura urbana foi a resposta a um surto de hantavirose que matou 10 pessoas da região. Desde então, desafios como o da regularização fundiária, que veio apenas em 2023, colocaram em xeque a própria existência da comunidade. Mas ela resistiu. O antigo aterro sanitário da Quadra 12 é hoje um pequeno oásis sustentável que garante renda, educação ambiental e segurança alimentar aos moradores. Hortaliças e frutas fazem a diferença para a comunidade.

A iniciativa partiu das mãos da líder comunitária Hosana Alves do Nascimento, de 51 anos. Do hebraico Hoshi'ah nna, Hosana significa "salve-nos". Para os moradores da

Quadra 12, o significado teve o mesmo peso. Ela é a co-fundadora e coordenadora da horta desde a criação, em 2005, quando abandonou a profissão de doméstica para gerir a terra e mudar a realidade local.

Para entender o impacto da horta aos residentes, é necessário voltar 18 anos no tempo. No ano de 2004, o bairro do Morro Azul sofreu um surto de hantavirose proliferado por um lixão localizado na quadra 12. A doença é transmitida por roedores infectados com o vírus, a contaminação é realizada por vias aéreas e a taxa de letalidade da doença é de quase 50%. Após as 10 mortes, a revolta foi tamanha que os moradores fizeram do antigo lixão a maior horta orgânica do Distrito Federal, com 1 hectare (10 mil m²), o equivalente a um campo de futebol.

A coordenadora lamenta que foi só com as mortes para que uma mobilização ocorresse e o cenário fosse transformado. "Perdemos uma vizinha por causa da doença. Aí começamos um trabalho de limpeza junto com a administração da época e ver o que ia tratar", comenta. Ela reconhece que o progresso só foi possível após anos na luta por reconhecimento.

RESISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Para a coordenadora, foi uma grande vitória. "Sem documento, a gente não consegue recurso público, não consegue emenda parlamentar, não consegue trabalhar com nada", desabafa.

Mesmo assim, o apoio, segundo ela, nunca faltou por quem sempre acreditou no projeto,

e o espaço continuou destinado a atender a população.

“A gente não tem recursos frequentes. A gente vive de doação e de algumas emendas parlamentares”, frisa.

O projeto, além de tudo, garantiu a permanência dos moradores no bairro. “A horta é tão importante que foi ela quem segurou a gente aqui no bairro. Estávamos para ser retirados e, na época, em 2009, a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) viu que a comunidade estava cuidando do local, aí achou bom não mexer”, conta Hosana, ao lembrar que a comunidade quase deixou de existir.

Em 2009, o GDF fez a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT), que segue como vigente até os dias de hoje. O instrumento define a política territorial e regula a expansão urbana e rural de todo o DF. Segundo a coordenadora, a comunidade foi avisada que deixaria de existir antes mesmo do plano ter sido realizado.

“A gente já fazia o trabalho na horta e, em 2009, a gente conseguiu provar para o governo que estávamos cuidando da área. Então, o governo fez um acordo com a gente, na época, para a gente continuar no local. Quando eles vieram fazer a visita, eles viram o trabalho ambiental que a gente estava fazendo, e foi o que segurou a gente. Nossa maior conquista foi nossas próprias casas, a horta beneficiou a gente ficar”, orgulha-se.

O relato da moradora da região Anaiza Nunes, 48 anos, que trabalha como operadora de caixa, corrobora com o que foi dito pela co-fundadora. “Isso aqui era um lixão antes, era um espaço destinado para o lixo mesmo. As pessoas jogavam lixo aqui. Depois que foi transformado em pequenos canteiros foi que a gente conseguiu dar um basta no lixão”, detalha.

Anaiza também fala que se o trabalho de compostagem não fosse feito, não estariam mais lá. “Se tivesse continuado o lixão que era antes, não tinha essa Quadra 12. A gente ficou aqui por causa da horta, por causa da preservação que a gente faz”, acrescenta.

TEMPERO DE INFÂNCIA

Hosana é nascida em Crateús (CE). Ainda adolescente, em 1986, com 14 anos, veio junto ao pai e um irmão para tentar a vida em Brasília. Os dois irmãos mais novos ficaram aos cuidados da mãe, que poucos anos depois se juntou ao restante da família na capital do país.

O primeiro contato com a nova cidade foi de estranheza. Percebeu um lugar totalmente



Júnior prepara a terra para o plantio de hortaliças. Foto: Divulgação/Facebook

diferente da sua antiga realidade. “Lá no Nordeste, todo mundo tinha um quintal, todo mundo plantava. Por isso, esse projeto da horta me atraiu muito, porque foi uma maneira que eu achei de trazer a comunidade, de compartilhar as coisas, ensinar as pessoas a fazerem troca”, destaca.

De origem humilde, ela conta que herdou da infância o senso de coletividade. “Eu estranhei muito que aqui no DF o povo é muito individualista. Lá, as pessoas são mais humanas, são mais solidárias umas com as outras. Tudo que a gente fazia lá a gente fazia em mutirão, plantava em mutirão.”

Ela também lembra como a horta ajudou a resgatar parte de sua essência, que até então havia ficado em Crateús. “É como se eu tivesse fazendo um trabalho de mim, da minha infância. Porque minha mãe plantava e a gente colhia tudo no nosso quintal: tinha abóbora, feijão, milho, tinha galinha, o porco, tudo no nosso quintal”, complementa.

Mas antes de se engajar no projeto, trabalhou por mais de 10 anos como doméstica para complementar a renda da casa. A horta, portanto, abriu mais uma porta em sua vida. “Eu não tinha nem o fundamental completo. Aí voltei a estudar, fiz o ensino médio e hoje sou técnica em meio ambiente. Fiz vários cursos na área para entender e conhecer o solo. Hoje, só de olhar para a terra eu sei o que ela precisa”, revela.

Atualmente, ela gere o ambiente ao lado de um dos filhos, o Salvador Pires, conhecido como “Júnior”, e a nora. Outro filho cursa agronomia e sua filha estuda medicina veteri-

nária, ambos na UnB.

TRABALHO NA TERRINHA

A Horta Girassol, que em 2018 virou Instituto Girassol, trouxe um pouco da infância vivida por Hosana para os moradores da Quadra 12. O quintal produtivo conta com a produção diversificada de mais de 37 espécies, com foco na fruticultura e na horticultura. Alface, cebolinha, alho poró, pimentão, couve, cheiro-verde, taioba, banana, abóbora, plantas medicinais e criação de pequenos animais estão presentes. Também há a criação de peixes para garantir a proteína de quem recebe a doação.

O trabalho realizado pelos colaboradores tem foco em assegurar comida sempre orgânica. O instituto trabalha a distribuição desses alimentos de três maneiras: a primeira é com base no movimento CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura). Trata-se de um sistema de cotas pelo qual a horta estabelece um preço fixo mensal e generoso para que os moradores recolham cestas semanalmente, conforme a necessidade de cada família. O preço varia entre R\$ 100 e R\$ 300 por mês.

A outra maneira de distribuição é baseada na venda a preço de custo para o corpo social. Por um valor simbólico de até R\$ 2, o morador consegue uma hortaliça orgânica que, no mercado, seria vendida por três vezes o preço. A terceira forma é uma ação voluntária do instituto, que serve os excedentes (sobras) gratuitamente para creches de São Sebastião. “Quando tem bastante fartura, ela tá distribuindo para a comunidade. Às vezes, sobra muita alface e

é distribuída para as creches na cidade”, relata Anaiza.

Apesar de garantir segurança alimentar e renda, Hosana lembra que o espaço é limitado. “Um hectare não é o suficiente para atender toda a demanda de alimentação da população de São Sebastião, mas dentro da proposta que a gente tem, de trabalhar a capacitação da educação ambiental, é o suficiente para nós. A gente tem uma cozinha e a ideia é construir um galpão de agricultura familiar para ser o ponto de apoio da agricultura familiar”, revela.

TRANSIÇÃO ECOLÓGICA

O Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF) mapeou e caracterizou, em 2023, as áreas de agricultura urbana e periurbana do DF. A Horta Girassol foi classificada como um Quintal Produtivo, pois tem foco no consumo de comunidades. Ela é de base agroecológica em transição para um Sistema Agroflorestal (SAF). Isso quer dizer que, além do cultivo, o terreno passa a trabalhar com florestas na recuperação de áreas que já foram desmatadas.

Alaíse Silva é técnica da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF) e realiza visitas com o objetivo de trazer incremento às práticas agrícolas dos co-agricultores do Girassol. “Se você for olhar aqui ao seu redor agora, nós estamos no meio de uma cidade, cheio de casas, e ela conservou aqui. Temos verde. O ar aqui é diferente”, diz.

A técnica associa o cuidado com a área a um fator econômico para a família e para as pessoas da região. Não é o suficiente para movimentar um grande capital, mas garante subsistência. “É uma forma de renda, de conservação do solo e de uma mina d’água que nós

temos aqui. Ela preservou todo o ambiente. Se ela não estivesse aqui, hoje já seria uma cidade totalmente coberta por casas”, completa.

O quintal está inserido numa Área de Proteção Permanente (APP), que conta com três nascentes preservadas pelo instituto. A moradora Anaiza revela que “já tentaram tampar elas ali em cima, mas graças a ajuda da UnB e dos técnicos do Ibram (Instituto Brasília Ambiental), conseguimos preservar as nascentes em cima”. Essa água está em constante movimentação, pois não é represada, ou seja, sem fins comerciais, e garante a umidade e a infiltração do solo.

Em se tratando de solo, a Emater-DF teve um papel fundamental para a capacitação técnica dos produtores. Alaíse explica que as engenheiras agrônomas da empresa ensinam o manejo adequado, com destaque para o adubo e a compostagem correta. Semanalmente, uma técnica da Emater costuma comparecer na horta para auxiliar no que for preciso.

Todo conhecimento adquirido também é passado pelo instituto aos moradores. São oferecidos cursos em diversas etapas: impermeabilização da área, criação de módulos e substratos (composto orgânico nutritivo), adubação, plantio e colheita. A maioria deles são voltados para mulheres e para crianças, e muitos são interdisciplinares. Aulas de jiu-jitsu e capoeira, por exemplo, também são realizadas no espaço.

SEM AGROTÓXICOS

A prática da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) convida as pessoas a consumirem alimentos orgânicos e sem agrotóxicos, que são produtos químicos sintéticos usados no controle de pragas e insetos em lavouras e plantações. O Brasil se tornou, em 2017, o

país que mais consome agrotóxicos no planeta, com cerca de 550 mil toneladas de ingredientes ativos. Esse número, de acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), representa em torno de 20% de todo o agrotóxico consumido no mundo.

Para se ter ideia, o Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, publicado em 2018, revelou que, entre 2007 e 2015, o Ministério da Saúde contabilizou mais de 80 mil notificações de intoxicações no Brasil por exposição ao agrotóxico. Em 2019, na contramão do que foi apresentado, a Anvisa (Agência Brasileira de Vigilância Sanitária) alterou as classificações dos agrotóxicos, o que permitiu o registro recorde de 474 produtos químicos no país.

Na visão de Mário Ávila, especialista em agroecologia e coordenador do Centro de Gestão e Inovação da Agricultura Familiar (Cegafi-UnB), os números representam a dependência do agronegócio brasileiro em insumos externos. “Para pensar numa agricultura ecologicamente sustentável, precisamos pensar numa agricultura com baixo uso de insumos químicos”, destaca.

Para o professor, o exagerado consumo de agrotóxicos também é um reflexo do crescimento desenfreado do agro. “Isso é uma decisão política de um conjunto de forças que operam: dos mercados financeiros, das grandes corporações, dos parlamentares, de vários espaços legislativos e executivos, que historicamente vêm destinando parcelas significativas dos nossos tributos para fazer com que o agro seja o que ele é hoje”, acrescenta.

COMIDA SAUDÁVEL

Marcia Kosinski é moradora do Jardim



Cestas de distribuição de alimentos orgânicos com variedades de legumes e hortaliças. Foto: Divulgação/Facebook

MUDANÇAS DE COMPORTAMENTO

Botânico e consome os produtos da Horta Girassol há cerca de um ano. Ela conheceu o instituto por meio de um grupo, do qual participa, que faz compras coletivas em busca de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos. “Já tem muito tempo que sou adepta de uma alimentação mais saudável. Sempre busco alternativas para trazer para minha mesa, para beneficiar minha família com alimentos mais saudáveis”, comenta Marcia, que é arquiteta.

Para além da própria alimentação, ela reconhece o impacto socioambiental desse tipo de hábito. “Projetos que buscam uma vida mais saudável, uma economia social na região, valorizar esse espaço daqui, dar incentivos para pessoas locais e incentivar agricultores que sejam comprometidos com essa proposta é tão urgente para o nosso tempo”, diz ela. E completa: “a gente tá vivendo momentos muito instáveis de emergência climática, então eu acho que o incentivo e as iniciativas de projeto dessa natureza são de extrema importância.”

O professor Ávila alega que não se deve pensar na agricultura a partir da ótica do mercado. “Nós temos primeiro que olhar para a segurança alimentar e para o enfrentamento da fome”, observa. A partir disso, múltiplas conexões, como a ambiental e climática, passam a ganhar protagonismo. O componente primário é trazer para próximo da população marginalizada a oportunidade de produzir comida.

“A gente tem que enfrentar esse conhecimento que quer se impor, muitas vezes pelo dinheiro e pela força da mídia, como aquela propaganda que diz que o agro é tech, o agro é pop, o agro é tudo”, afirma.

A resolução desse atrito, para o diretor, deve ser feita a partir da máxima difusão de conhecimento sobre agricultura urbana e periurbana. “Quando a agricultura urbana chega ela passa a ter uma materialidade, uma concretude. Quem sabe a gente consiga com o agro, com a valorização dos povos quilombolas, indígenas e ribeirinhos, a gente possa resgatar um modo de vida mais saudável e viver para ter uma vida cada vez melhor”. Para ele, o mundo exige essa mudança de comportamento ambiental e seria preciso uma transformação para poder continuar num mundo “minimamente saudável.”

SISTEMA AGROECOLÓGICO

O crescimento desenfreado das cidades traz consigo a necessidade de aproximar a agricultura ao meio urbano, e a própria população é quem tende a ser mais beneficiada com essa aproximação. Um dos fortes ganhos com as práticas de AUP está na redução da distância de deslocamento da comida do campo até a cidade, o que também diminui a emissão de gases de efeito estufa por veículos automotores.

O Instituto Escolhas realizou um estudo pelo qual analisou os impactos positivos da AUP na Região Metropolitana de São Paulo. Nele, é apontado que o aumento na produção de água, devido a mais áreas de permeabilização do solo, e a provisão de alimentos foram os dois principais pontos positivos da adoção do modelo. Outros benefícios como a mitigação de inundações e de calor, além da maior regulação da erosão, também foram percebidos.

O Instituto Escolhas considera que áreas de 1 hectare, como é o caso da Horta Girassol, são capazes de produzir 400 mil pés de alface por ano. Sistemas agroflorestais consolidados poderiam reduzir as temperaturas em 0,2 graus Celsius em algumas cidades. Práticas adequadas de conservação do solo evitariam a perda de mais de 8 toneladas por hectare de solo ao ano, o que melhoraria abruptamente a qualidade da água para uso doméstico.

O professor Ávila afirma que todo esse potencial oriundo dos sistemas agroecológicos tem a premissa de reverter danos causa-

dos pelo acelerado processo de êxodo rural, que ainda deixa mazelas. “A ideia da agricultura urbana tem, obviamente, uma conexão muito grande com os grandes problemas sociais das metrópoles, das grandes cidades”, comenta.

O fator “cidade” é fundamental para esse processo. Para Mario, a presença humana nas cidades é marcada por muita injustiça e dificuldade de acesso a bens naturais, comuns e privados. “Você tem uma parcela significativa da população, que vive nessas grandes cidades, aleijadas de vários fatores de produção, e muitos deles vivendo sob condições subumanas e ultrajantes”, revela. Portanto, a agricultura urbana pode ajudar a população das cidades a caminharem rumo a um desenvolvimento mais sustentável e justo.

FUTURO VERDE

O primeiro passo para a mudança vem de berço, no entender de Vicente Almeida. “É fundamental que a população não se aliene do seu processo de vivência biológica, que as crianças não fiquem imaginando que o leite só vem da caixinha, que não imaginem que aquela fruta toda encerada, bonitinha e brilhosa é uma fruta natural. A ver como a planta surge, que semente ela dá, que aroma ela tem, que benefícios ela pode nos trazer”.

O pensamento de Hosana também é de preocupação com as futuras gerações. “Uma criança que chega aqui e vem fazer uma visita na horta acha que a cenoura nasce lá na gôndola do mercado. Para mim é uma coisa absurda. Como que uma criança não sabe que a cenoura nasce lá no chão?”, questiona. Na mesma linha, a cearense clama por mais educação ambiental nas escolas, a fim de integrar crianças e garantir um futuro mais verde para elas.

A cada dia que passa, a Horta Girassol provou que está no caminho para reivindicar esse futuro. Em 2019, a horta teve reconhecimento da ONU-Habitat, que a selecionou como um dos projetos da iniciativa Feed Your City (Alimente Sua Cidade, em tradução livre). A mostra destaca iniciativas inspiradoras de produções agrícolas comunitárias em centros urbanos. Ao todo, quatro das sete hortas urbanas selecionadas são brasileiras.

Vicente acredita que quando é possível adquirir uma conexão com a natureza, a partir de uma agricultura urbana, a vida ganha outro significado. “Ela pode nos dar uma percepção muito mais ampla do que nós somos de verdade. Nós somos seres humanos que fazem parte de todo o conjunto dessa vida que é hoje o planeta terra: na água, no mar, na terra... uma gaia”.

Gaia, na mitologia grega, é ninguém menos que a Deusa da Terra. É a geradora de tudo o que existiu, existe e existirá no planeta. Ela representa a vitalidade e a fertilidade. O que já foi lixo e concreto na Quadra 12 tem agora um propósito maior, achado na própria terra, que foi transformada em agricultura. E como diz Hosana, “a agricultura é vida.”

MOVIMENTO ATACA RACISMO AMBIENTAL NA CEILÂNDIA

Mulheres na periferia criam projeto de conscientização ambiental em áreas marginalizadas



Bianca Lucca

Em meio às inúmeras questões que afetam as comunidades periféricas, o movimento ecológico muitas vezes parece estar distante, quase como uma realidade paralela. Enquanto as discussões ambientais ganham espaço nas mídias e nas esferas políticas, jovens das periferias também têm muito a ganhar com a conscientização ecológica.

Micaela Regis Santana trabalha como psicóloga e é moradora de Ceilândia. Desde os tempos de universitária, aproximou-se da temática do racismo ambiental. Mas, foi ao sentir o impacto da falta de informação e de negligência política com as áreas periféricas, que sentiu a necessidade de algum amparo da região em que vive.

Segundo ela, o racismo ambiental está enraizado nas desigualdades sociais que afetam as periferias urbanas. Onde há mais desigualdades, a população enfrenta mais desafios ambientais e injustiças que merecem atenção.

Ela considera que uma das manifestações mais visíveis do racismo ambiental nas periferias é a desigualdade de acesso a recursos naturais. “Comunidades periféricas sofrem com a falta de áreas verdes, parques e espaços de lazer”, afirma.

Outro aspecto do racismo ambiental, segundo Micaela, é a exposição desproporcional das comunidades periféricas à poluição ambiental. Fábricas, instalações industriais e rodovias são frequentemente colocadas próximas a essas áreas, liberando poluentes tóxicos no ar e na água. Isso resulta em altos índices de doenças respiratórias, câncer e outras condições de saúde em comunidades já marginalizadas.

Micaela então descobriu a existência do projeto Filhas da Terra, que lida com ecologia humana nas periferias, realizado por pessoas que vivem nessa realidade. Ao ver as mulheres engajadas em levar tal informação às escolas e construindo hortas e jardins na comunidade, ela quis fazer parte do movimento.

A então estudante de psicologia decidiu contribuir com o projeto. Acompanhada de

outras mulheres da periferia, ela participou ativamente de alguns projetos de conscientização. Na celebração do dia das crianças, Micaela utilizou seus conhecimentos de psicologia para introduzir as crianças da comunidade a necessidade de limpeza do Rio Melchior, o mais poluído do Distrito Federal.

A psicóloga destaca o papel do instituto em trazer conscientização ambiental para comunidades que muitas vezes enfrentam desafios diários de sobrevivência, como falta de água, luz, áreas verdes e saneamento básico. “O projeto atua como um agente de mudança, buscando envolver a comunidade e plantar a semente do cuidado com o meio ambiente e a busca por melhores condições de vida”, conta.

Micaela Regis ressalta que, apesar de a comunidade nem sempre comparecer em grande número, a mensagem do instituto impactou positivamente aqueles que estiveram presentes. “Muitas vezes, na necessidade de sobreviver, pagar as contas e colocar comida em casa, fica muito difícil de pensar no meio ambiente de onde você mora. É legal ver pessoas que sejam da comunidade e que dialoguem com a comunidade, que falem a mesma língua e vivam a mesma realidade.”

O INSTITUTO FILHAS DA TERRA

O Filhas da Terra surgiu em 2018 como um movimento social que promove a ecologia humana por meio de projetos culturais. A ideia surgiu de um grupo de amigas que percebeu a necessidade de falar da questão ambiental com a juventude nas “quebradas” após identificar a carência do discurso ecológico dentro das periferias.

Incomodadas com a necessidade de trans-



Evento Ocupa Lagoinha realizado pelo instituto Filhas da Terra. Foto: Armando Lima

formação nos parques e praças da Ceilândia, começaram a fazer mutirões de intervenção. Também investiram em atividades de educação ambiental em parceria com a Casa da Natureza, no Sol Nascente, que trabalha educação ambiental com crianças

Organizadora do Filhas da Terra, Larissa Cordeiro reforça que a ecologia humana é necessária porque as pessoas ainda pensam que o meio ambiente existe a parte da existência humana, principalmente no contexto urbano.

ARTE E NATUREZA

Usando como principais bases as culturas afro, indígena e o hip hop, os educadores ambientais do instituto também são artistas. “O hip hop não é só um estilo musical, mas sim um estilo de vida, e por meio dele trabalhamos essa questão ambiental. Nós também somos artistas, temos DJs, Mcs e dançarinos dentro do coletivo”, diz Larissa Cordeiro.

A falta de amparo público no meio ecológi-

co e na promoção da sustentabilidade nas periferias é um desafio significativo que enfrentam as comunidades marginalizadas. “É muito importante o papel da educação ambiental nas comunidades periféricas, pois são espaços que estruturalmente já não recebem políticas públicas voltadas à sustentabilidade. É muito recente a coleta seletiva dentro da quebrada.”

Larissa Cordeiro reforça que ainda é preciso ensinar o que é e como funciona a coleta seletiva para os jovens que nunca foram ensinados a separar o lixo na escola. “A diferença de tratamento entre cidades periféricas e cidades privilegiadas é enorme. É necessário o trabalho de educação ambiental já que o estado não atua da forma que deveria.”

O maior desafio dos projetos do instituto, segundo a organizadora, é a questão financeira, já que não contam com ajuda governamental. Todos os trabalhos são voluntários, o que limita as ações possíveis, que só acontecem por conta da comunidade. Larissa afirma que a compra de equipamentos de proteção é prejudicada.

“Queríamos fazer uma limpeza dentro da Lagoinha, mas por questão de segurança, não conseguimos. Não temos os equipamentos de proteção. Fazemos captação de recursos de forma voluntária com outras organizações, mas isso diminui a abrangência da nossa atuação.”

“Por se tratar de atividades ambientais, muitas vezes a gente não tem adesão da forma que queríamos dentro da comunidade. Mas as pessoas que contribuem com o nosso trabalho sempre estão atuantes. São pessoas que já trabalham com a gente há muito tempo”, completa Larissa.

A ecologia humana está intrinsecamente ligada a diversas áreas, incluindo saúde, educação e qualidade de vida. Ao realizar projetos de reflorestamento, proporciona-se às comunidades espaços mais arborizados, verdes e com uma atmosfera mais saudável para respirar. Isso é particularmente importante no contexto das mudanças climáticas e do aquecimento global, pois tais ações desempenham um papel crucial na mitigação de seus impactos.

Trabalhando com os outros coletivos sociais de Brasília, como o Jovem de Expressão, o Filhas da Terra consegue ascender cada vez mais. Larissa explica que o projeto ocorre em parcerias com outros coletivos. “Quanto mais diversidade melhor, da mesma forma que é na natureza. Quanto mais biodiverso, mais rico é a fauna e a flora, igual é com a gente. Quando estamos realizando atividades em coletivo, é melhor alcançarmos o máximo de pessoas que conseguirmos.”

MUDANÇA DE CULTURA

Resultados positivos já foram conquistados desde a criação do projeto. A diminuição do lixo nos espaços frequentados foi um deles. Com a promoção da consciência ambiental, a própria população foi se atentando ao descarte correto de lixo, promovendo um espaço mais limpo. Larissa conta que é uma evolução lenta devido à nossa cultura de jogar lixo em qualquer lugar: “É um trabalho de formiguinha,

um passo de cada vez. Requer continuidade, mas já vemos resultado.”

A necessidade de áreas verdes nas periferias também é crucial. Elas ajudam a melhorar a qualidade do ar, reduzir o calor e oferecer espaços de lazer, contribuindo para a saúde e o bem-estar das comunidades locais.

“É muito legal ver pessoas usufruindo da sombra de árvores que já plantamos nos espaços que fazemos intervenção de forma frequente, porque é o nosso espaço, é onde vivemos. Plantamos cerca de 60 árvores na Lagoinha, algumas chegaram a ser cortadas. O trabalho não está completo, mas já é um avanço”, conta Larissa.

Agora o instituto está focado em conseguir o seu próprio espaço físico, onde planejam ter uma horta comunitária para distribuir alimentos saudáveis na quebrada e garantir uma segurança alimentar. A previsão de abertura da Casa das Filhas da Terra ainda é incerta por falta de recursos financeiros, mas Larissa já planejou o que vai realizar.

“Falávamos que nosso espaço físico era o território, mas vimos a necessidade de ter o nosso lugar para aumentar nossas ações”, afirma Larissa.

As pessoas interessadas em apoiar o projeto podem entrar em contato pelo Instagram @institutofilhasdaterra. Qualquer tipo de doação é bem-vinda, seja de equipamentos, mudas de plantas ou dinheiro para a execução dos projetos. Os trabalhos voluntários também são requisitados nas limpezas dos locais e atividades artísticas.

Larissa reforça a urgência de trabalharmos tais questões ambientais por sermos a última geração que pode fazer algo pelo planeta: “Para que as futuras gerações possam usufruir do que usufruímos hoje, precisamos fazer algo, e esse momento é agora”



Brechó Sustentável da Jéssica na Praça do Cidadão. / Foto: Armando Lima

MODA SUSTENTÁVEL

A empreendedora Jessica Nascimento, de 21 anos, moradora do Sol Nascente, tem um brechó sustentável. Ao ver o Instituto atuando em projetos ecológicos, viu a chance de unir seus ideais com a necessidade de aprofundar seu comprometimento com causas ambientais.

“Eu já conhecia a Larissa de eventos culturais na Ceilândia, onde eu era bastante presente, e admirava demais a sua iniciativa de fazer acontecer. Me aproximei das pessoas do projeto, que é alinhado aos meus valores, e fui convidada a participar”, conta.

O que mais chamou a atenção de Jessica foi a abordagem ativa e prática do movimento. Ela destacou que a maioria dos membros é composta por mulheres que desempenham um papel vital na organização de atividades que visam combater o racismo ambiental e envolver a comunidade local.

Segundo a empreendedora, o trabalho do instituto não consiste apenas em palavras, mas também ações concretas, o que inclui projetos ativos de conscientização, divulgação e impacto tangível na comunidade.

O compromisso de Jessica com o movimento veio da sua curiosidade natural sobre o destino do lixo e das coisas quebradas. A partir disso, ela começou a realizar ações simples, como a coleta de lixo e reciclagem.

Por ser proprietária de um brechó sustentável, uma de suas principais pautas é a crítica à indústria da moda, uma das principais culpadas pela crescente poluição ambiental. Ela conta que a constante produção de roupas de baixa qualidade, incentivada pelo modelo “fast fashion”, não apenas encoraja os consumidores a comprar em excesso, mas também gera um desperdício monumental.

“Essa mentalidade de “usar e descartar” na indústria da moda não apenas sobrecarrega os ecossistemas, mas também perpetua um ciclo insustentável que prejudica nosso planeta e exacerba a cultura do consumo desenfreado”

Ela conta três pontos cruciais que a motivaram a se envolver antes mesmo de se tornar membro. “O compromisso em preservar as áreas verdes locais, como a Lagoinha, um patrimônio natural da região que muitos residentes não conheciam; a fala constante sobre a necessidade de reduzir a poluição ambiental

e promover a educação sobre o lixo; e estarem na linha de frente, representando a periferia e lutando por seus direitos em espaços importantes”, pontua.

Com a preservação, vêm os espaços de lazer, preenchendo uma lacuna que a periferia muitas vezes enfrenta. Para Jessica, os poucos espaços de lazer disponíveis estão frequentemente secos ou poluídos, devido à falta de conscientização ambiental. Sua paixão por levar o lazer à comunidade está intrinsecamente ligada à sua luta pela conscientização e preservação ambiental.

HORTA

Um dos projetos de mais relevância para ela é o de construir uma horta para envolver a comunidade no cultivo de alimentos saudáveis, combatendo o racismo alimentício. Ela destaca que essas iniciativas não são apenas para melhorar a qualidade de vida, mas também para superar as barreiras estruturais e sociais que afetam a periferia.

“Traria o interesse da comunidade em cultivar o próprio alimento. O acesso à alimentação saudável também é algo que nos foi negado. Não sabemos de onde vem o que comemos. Ser produtor na quebrada também é criar as nossas oportunidades”, conta.

Para Jessica, um dos maiores obstáculos enfrentados é a falta de conhecimento e conexão com o ambiente natural que circunda a comunidade. “Muitos residentes não sabem o que está à sua porta, nem como isso afeta positivamente suas vidas. Como resultado, a conscientização e o interesse em cuidar do meio ambiente são escassos”, observa.

Uma das faces do racismo ambiental é o lixão a céu aberto, uma presença incômoda em muitas áreas próximas a residências e espaços verdes. Esse cenário gera riscos à saúde e à qualidade de vida, especialmente para crianças que encontram poucas opções de lazer na rua.

“Fomos todos jogados às margens da sociedade. Muitas casas aqui foram construídas em cima de nascentes, e, quando chove, o esgoto transborda. As casas ficam alagadas e o esgoto a céu aberto permanece por semanas, propiciando várias doenças. As crianças não têm o que fazer além de brincar no esgoto”, conta Jéssica.

A empreendedora acredita que uma das maneiras mais eficazes de inspirar e envolver a comunidade é por meio de atividades voltadas para as crianças.

As brincadeiras e oficinas abertas para a comunidade servem como convite pessoal, construindo conscientização e colaboração coletiva em prol da preservação e do cuidado com o meio ambiente.

ARTES COMO EMPODERAMENTO

Além da preocupação ambiental, o instituto entende que a arte pode ser um caminho para o empoderamento da região. A cantora, compositora e DJ Alhocca, formada em licen-

ciatura em dança pelo IFB, é nascida no Recanto das Emas e atua para a conscientização de crianças. Através da arte, ela encontrou uma maneira mais profunda e envolvente de aprender e se expressar.

“O que uma pessoa pode criar de música, de pintura, de uma escrita é magnífico. Acho que se existissem mais criadores, e menos preocupação com o mercado, o mundo seria um lugar muito melhor.”

Segundo a cantora, o consumo cultural atual muitas vezes leva à ignorância em vez de conscientização, e a arte pode desempenhar um papel fundamental na mudança desse cenário.

A cantora reconhece que as ações individuais muitas vezes são motivadas por urgências pessoais, mas destaca que é essencial considerar o sistema mais amplo que influencia nossas escolhas e comportamentos. Ela vê a arte como uma ferramenta que pode provocar uma mudança profunda na consciência das pessoas, preparando-as para a transformação.

O que frustrou Alhocca ao participar do movimento foi o fato de o trabalho ser feito de forma independente. “Costumamos romantizar muito o trabalho, o esforço e tudo, mas não deveria ser assim. Um evento onde pessoas estão se disponibilizando para preservar uma nascente que pode deixar de existir deveria ser de interesse público, e não só de um coletivo que está há vários dias acumulando tarefas sem ter recurso, tirando tudo do próprio bolso.”

Nos holofotes do palco, a cantora transcende suas emoções para conectar-se profundamente com a música, a arte e seu público. No entanto, antes de entrar em cena, ela carrega consigo uma missão poderosa: mostrar ao mundo, especialmente às meninas e meninos das periferias, que é possível realizar seus sonhos e ser ouvido.

Para Alhocca, a música por si só não é suficiente para fomentar a apreciação artística nas periferias. A cantora acredita que uma verdadeira revolução cultural requer ações sistemáticas e estruturas robustas, como centros culturais bem equipados, com instrumentos de última geração, segurança, conforto, alimentação e design de qualidade.

Além disso, a cantora argumenta que eventos pontuais não são suficientes para conscientizar as pessoas. Ela defende a importância de transformar os membros da comunidade em agentes críticos, capazes de entender, questionar e mudar sua própria realidade. Para isso, é fundamental levar a arte para todos os grupos etários.

“A consciência coletiva é mais poderosa do que a busca desenfreada pelo dinheiro. Se as pessoas compreenderem o poder de uma consciência emancipada e coletiva, a sociedade poderá se afastar dos problemas atuais e alcançar um estado de evolução e transformação muito mais significativo.”

POLÍTICAS PÚBLICAS

O deputado distrital Max Maciel, de Ceilândia, alega que, embora o governo possua órgãos e entidades encarregados de questões

ambientais, muitas vezes esses esforços não dialogam eficazmente com as comunidades periféricas.

“A maioria das cidades no Distrito Federal foram planejadas. A periferia foi deixada de lado, e segue assim. O legislativo pode contribuir fiscalizando e cobrando uma equidade dentro do seu processo. Que a gente também tenha jardins, parques vivenciais, e bosques. Isso ajudaria muito a qualidade de vida, reduzindo o calor intenso e criando espaços para escoar a água de forma eficiente”, diz o Deputado.

Maciel entende que o governo reconhece os desafios ambientais para as periferias, mas a resolução não parece ser prioridade. “O governo sempre vai falar que está discutindo as pautas. Temos a Secretaria do Meio Ambiente e a Novacap, mas nada disso de fato dialoga com a comunidade periférica. Na prática, não facilita a vida na quebrada”, diz Maciel.

Max Maciel destaca que a comunidade desempenha um papel fundamental na elaboração, execução e no controle social dessas políticas.

“A falta de recursos proporcionados demonstra justamente o grau de comprometimento do governo. A política age e a comunidade avalia. Mas também é papel da comunidade ajudar na elaboração e execução de pautas”. Ele reconhece o papel das entidades na promoção de um ambiente mais sustentável e inclusivo nas periferias.

PERIFERIAS EMPURRADAS

O presidente do Proam (Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental), Carlos Bocuhy, destaca que a expansão urbana nas grandes metrópoles empurra frequentemente as comunidades mais vulneráveis para as periferias, devido à especulação imobiliária.

“É crucial promover a conscientização ambiental nas comunidades periféricas, enfatizando a importância da preservação da vida, da proteção do meio ambiente e da promoção de condições dignas de moradia, livres de riscos ambientais”, diz o especialista.

“Os movimentos de conscientização ecológica não se limitam apenas às entidades não governamentais, mas também ao sistema formal de educação”, afirma. Ele enfatiza a necessidade de uma conscientização mais ampla sobre questões ambientais e a importância de envolver crianças como agentes multiplicadores dessas mensagens.

A educação ambiental, para ele, ajuda as pessoas a compreender a importância da água, a ecologia das árvores e o papel vital dos ecossistemas. Esse conhecimento, por sua vez, inspira um maior cuidado com o meio ambiente e promove um processo de conscientização contínuo.

O ativista destaca a importância de atividades práticas, como o plantio de mudas e a manutenção de praças, como formas eficazes de engajar as comunidades na preservação ambiental. “Sempre conscientizando sobre a importância da proteção ambiental.”

A LAGOINHA AMEAÇADA DO SOL NASCENTE

Comunidade tenta salvar região e Ibram diz que não há valor ecológico

Rebeca Kemily



Foto: Luis Guilherme Telesca

Escondida entre ruas sem asfalto pelo Sol Nascente (a região com a maior favela do Brasil) a Lagoinha, uma porção de água cercada de cerrado, é rodeada por casas construídas em território irregular. Uma dessas casas é a da dona de casa que aqui chamaremos de Selma*. Ela diz que ativistas da região têm lutado para preservar a região da sujeira. Eles tentam proteger a natureza em sua volta. Mas a luta não é uma unanimidade porque outros moradores, segundo ela, não têm preocupação ambiental.

“Ali ninguém gosta de mim, por causa daquela lagoa. Porque eu quero proteger. Eles não são a favor. A maioria é a favor de invadir. Fazer o que não presta”, explica a dona de casa.

Selma tem 64 anos e não trabalha mais por conta da idade e de complicações da saúde. Diabetes, pressão alta, problemas na tireoide e fibromialgia são algumas das enfermidades que afligem a vida da mulher. Mesmo assim, ela teve a aposentadoria rejeitada três vezes. Atualmente, Selma vive de outros auxílios do governo e da ajuda dos filhos.

Ela se mudou para a ocupação em dezembro de 2004 e se tornou uma das primeiras moradoras daquela região. “Isso aí só tinha mato. Quando eu cheguei, o mato era alto. Tinha só meu barracão, os outros chegaram depois”, explica.

Também havia muita água. “Tudo água da Lagoinha”.

A LAGOINHA

A água da Lagoinha é classificada, no enquadramento da Bacia dos Recursos Hídricos, como nível II, o menor dentro das classificações. Isso quer dizer que a água, poderia, em tese, ser usada para consumo, tomar banho, pesca e lazer. A Lagoinha deságua no Rio Melchior, que é classificado como nível IV, o pior na graduação de alarme.

O Tietê do DF, como o Melchior é apelidado, recebe 40% dos esgotos do Distrito Federal e abastece 1,3 milhão de pessoas. O alto nível de poluição e contaminação do rio são proble-

mas ambientais e de saúde pública. As águas não podem ser consumidas e até um curto contato pode trazer péssimas consequências para o corpo humano, segundo o professor de Ecologia, José Francisco. A Lagoinha, limpa, ao alimentar o Melchior, ajuda a melhorar a qualidade do rio.

Segundo a especialista em educação no meio ambiente, Ivanete Silva dos Santos, que é pedagoga socioambiental, a área em que a Lagoinha se encontra já esteve no mapa de preservação ambiental e proteção de nascentes.

Mas nos anos 1990, quando a ocupação de terras ganhou força no Sol Nascente, isso diminuiu. A região que era composta por chácaras e nascentes de água não foi bem preservada ao sofrer um grande inchaço populacional.

Por isso, ativistas como Ivanete Silva lutam pela regularização da Lagoinha como parque. Sem a categorização formal, não há fiscalização o suficiente do aumento das ocupações. Sem a regularização do parque, a Lagoinha é ameaçada

“É a nossa riqueza hidrográfica sendo desprotegida”, explica a especialista em educação do meio ambiente.

LIBERDADE NÃO FISCALIZADA

Selma revelou que já flagrou um grupo vindo pegar a água da Lagoinha utilizando um caminhão-pipa. A mulher afirma que todo o procedimento é financiado por uma empresa, e é tudo feito sem qualquer tipo de autorização ou regulamento.

“Eles ‘catam’ a água todinha. Acontece o dia todo. Pegam a água e vendem para lava-jatos, empresas, comércio”



Ivanete posa para foto em evento da Casa da Natureza, espaço socioambiental localizado no Sol Nascente
Foto: Rebeca Kemilly

Ao fazer isso, quem compra a água consegue um preço mais em conta do que a água encanada.

A dona de casa, que está sempre observando o que fazem com o pedaço de natureza da sua rua, também relata encontrar corpos de animais mortos jogados na terra e na água da Lagoinha. “Uma vez subiu um cheiro terrível. Tinham jogado um cavalo lá dentro, com as patas amarradas e tudo. Ficou um cheiro ruim na região inteira”, contou.

“Além de jogarem animais mortos, as pessoas também jogam lixo, como pneus. E, nessas circunstâncias, é fácil dar dengue” (tem casos de dengue na região), teme outra moradora da região, Conceição Meirelles.

Conceição trabalha como cuidadora e mora perto da Lagoinha há oito anos. “Lá era muito cheio de lixo, faziam do lugar um entulho. Fedia demais. Por isso comecei a limpar por conta própria”, explica a mulher.

Ela começou a fazer a limpeza do lugar sozinha: a cuidadora recolhe o lixo, faz algumas plantações e coloca placas para sinalizar que o descarte impróprio no local é proibido. A moradora tenta compensar a falta da ação do estado no local.

“Mas estou na fé que os nossos governantes passarão a valorizar mais esse espaço aqui”, diz Conceição.

VONTADE POLÍTICA

Para Ivanete Silva, a problemática da La-

goinha depende da “vontade política”. Para ela, é necessária uma fiscalização mais rígida do Instituto Brasília Ambiental (Ibram). “Se a população não estivesse protegendo, o governo já teria aterrado. Tanto que eles (o Ibram) falam que isso aqui (o espaço da Lagoinha) não tem relevância ecológica.”

Ao ser questionada, a assessoria de imprensa do Ibram informou que o órgão não considera a Lagoinha com atributos ambientais relevantes para ser considerada uma Unidade de Conservação.

O Parque da Lagoinha já foi considerado Parque Ecológico e foi entregue ao Ibram como unidade de preservação. Isso aconteceu quando o instituto foi criado e virou o responsável pela gestão desses espaços, em 2007.

Porém, na época, boa parte do Parque da Lagoinha já tinha sido ocupada.

NOVA CLASSIFICAÇÃO

Para o professor de ecologia José Francisco Gonçalves, recategorizar a Lagoinha como parque seria uma medida adequada de resolução desta problemática ambiental. Ao deixar de ser Parque Ecológico, a fiscalização da Lagoinha diminuiu, o que aumentou a degradação. A área é poluída e não recebe os devidos cuidados ambientais necessários para manter a água do local limpa.

Toda nascente, quando degradada, prejudica o fluxo do rio principal, que nesse

caso seria o Melchior. “E isso de fato pode vir a ser um problema”, afirma o professor.

“O governo tem que vir ajudar. Só a gente não dá conta, não. Mas quando chamamos, ninguém vem. Fazem de conta que não existimos”, lamenta Selma.

Essa é a grande preocupação dos moradores e ativistas que lutam pela preservação da Lagoinha. “A gente tem a obrigação e o dever de proteger a Lagoinha, que é um espaço hídrico importantíssimo”, explica Ivanete.

Mas a pedagoga também sabe que interesses maiores vêm antes das necessidades ambientais e sociais de uma população. “Preservar é caro. O meio ambiente não dá dinheiro, ele tira. Ele proíbe a exploração dos recursos. Ele odeia o capitalismo selvagem”, enfatiza.

UM FUTURO MELHOR

Mesmo sem sinais de que o Estado irá voltar os olhos para a Lagoinha, os moradores do Sol Nascente já sonham com um Parque da Lagoinha idealizado. Conceição planeja aumentar a plantação e se vê estendendo redes nas árvores do local. “Vou deitar ali, na sombrinha”.

“Se tudo der certo, a gente vai ter paz. Vai ser bom, vai ficar limpinho. Ali é maravilhoso, vai ser muito valorizado”, conclui Selma.



Foto: Luis Guilherme Telesca

LAGO OESTE: A PLANTAÇÃO COMO RESISTÊNCIA

Mudanças climáticas ameaçam a integridade do ecossistema natural em periferia da capital



Juliana Weizel

No coração do país, a capital federal, Brasília é conhecida pelo planejamento urbano inovador. Por trás das fachadas de concreto e aço, a cidade enfrenta um desafio invisível, mas igualmente crucial: sua dependência de periferias rurais, como o Lago Oeste, para garantir a oferta de água potável e alimentos sustentáveis para seus habitantes.

O produtor rural Arildo Rodrigues luta em prol da região e da boa alimentação. Ao mostrar suas terras, ele explica como dividiu as plantações e quais são os projetos. Andando como quem conhece cada centímetro daquela terra, Arildo se desculpa pela falta de fôlego, mas explica que o trabalho de ontem foi exaustivo.

“Para não gastar mais água do que necessário, uma das técnicas da agrofloresta é cobrir as plantações com folhas para diminuir o impacto do sol na terra”, mostrava ele, enquanto os trabalhadores prosseguiram com o manejo das produções.

Enquanto o mundo se move cada vez mais em direção à urbanização, as áreas rurais permanecem como os pilares silenciosos que sustentam nossas mesas. No entanto, este legado está sob ameaça, devido às mudanças climáticas e ao avanço predatório do capital e do assaltamento urbano.

O CORAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

O Lago Oeste, localizado na Região Administrativa de Sobradinho II, é uma das áreas rurais mais importantes para a capital. Além de contribuir para o abastecimento de água dos mananciais, a região possui uma predileção pela produção agrícola sustentável.

Produtores locais cultivam uma variedade de produtos, incluindo hortaliças, frutas e grãos, usando técnicas que respeitam o meio ambiente e promovem a conservação do solo.

Marilza Speroto, vice-presidente da Associação de Produtores do Núcleo Rural Lago Oeste (Asproeste), afirma que a região é “a caixa d’água de Brasília”, já que possui posi-

ção estratégica para os aquíferos. E por isso, a agricultura não só fornece alimentos para a cidade, mas também desempenha um papel na manutenção da paisagem rural e na preservação do equilíbrio ecológico.

A própria Lei nº 548, que sancionou a criação do Núcleo Rural Lago Oeste em 1993, já previa o intuito da região. No artigo 2º, a Câmara Legislativa decretou que “terá por objetivo a produção de alimentos de alto valor nutritivo, destinados à complementação alimentar da população do Distrito Federal”.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as áreas que se enquadram na categoria rural compreendem 98,3% do território nacional e são responsáveis por grande parte da produção de alimentos que abastecem as cidades do país e além de suas fronteiras. No Distrito Federal, a concentração rural passa dos 75%. E essa singularidade brasileira reflete há anos na política externa sobre o meio ambiente e no combate à fome.

ESCASSEZ DE ÁGUA

A escassez de água é um dos impactos mais evidentes das mudanças climáticas nas zonas rurais. A redução da precipitação e a seca prolongada afetam diretamente a irrigação e a produção de culturas, levando os agricultores a buscar soluções inovadoras para preservar os recursos hídricos.

Marilza fala que, no ano passado, perderam a plantação de milho em razão da falta de chuva e na chácara ainda não tinha sistema de irrigação. “Não dá para plantar só na expectativa de que a chuva vai vir. Se você irriga com a água que vem da bomba, você precisa de energia”, explica a vice-presidente. Isso encarece ainda mais os produtos até chegar na mesa do consumidor.

Projetada na década de 1950, Brasília foi construída em uma região de savana tropical e planejada em torno da preservação dos recursos naturais. Grande parte do abastecimento de água potável da cidade provém de mananciais localizados nos arredores da cidade, in-

cluindo o Lago Paranoá e o Lago Oeste.

A produção agrícola sustentável é crucial para “a proteção dos mananciais e a garantia de que Brasília continue a receber água de alta qualidade”, como aponta a cientista ambiental e produtora Marina Speroto.

Marina ainda complementa que os mananciais desempenham um papel fundamental na vida cotidiana dos brasilienses. Eles fornecem água para consumo doméstico, irrigação de plantações e sustentam a vitalidade do Cerrado. No entanto, essas fontes de água estão sob constante pressão antrópica (do ser humano sobre a natureza).

Por isso, além da plantação na sua chácara, ela acha importante dar um sentido maior ao espaço. Para a produtora, transmitir conhecimento e deixar que crianças tenham acesso a esses espaços é fundamental. Permitir que o contato com a natureza seja feito para orientar a importância desse espaço é a construção de uma base próspera para a manutenção do Lago Oeste.

SUSTENTABILIDADE

As terras do Lago Oeste vêm sentindo a pressão da monocultura e da ocupação desordenada do espaço. O crescimento populacional de Brasília e a expansão urbana levantam preocupações sobre a preservação do ecossistema e a degradação do solo. O desenvolvimento imobiliário e a expansão da infraestrutura ameaçam a integridade da região e da produção alimentar, segundo os produtores entrevistados pela reportagem.

Além disso, as mudanças e os eventos climáticos extremos apresentam desafios adicionais. “Variações bruscas podem afetar a produção agrícola, tornando a necessidade de práticas sustentáveis ainda mais urgentes”, relata a climatologista Francis Lacerda.

Brasília enfrenta a complexa tarefa de equilibrar o crescimento urbano com a conservação de mananciais e a promoção da agricultura sustentável no Lago Oeste. A Asproeste e agricultores estão trabalhando juntos para

desenvolver estratégias que garantam o uso responsável da terra e da água na região. Além disso, a conscientização sobre a importância da conservação e da agricultura sustentável cresce entre a população local, com habitantes optando, por exemplo, pelo manejo de agroflorestas. Como o Arildo e a Marina estão fazendo nas suas chácaras.

URGENTE

A tensão para expandir áreas de cultivo muitas vezes resulta em desmatamento e degradação do solo, o que contribui para a perda de biodiversidade. Conforme a Francis Lacerda, o desaparecimento de habitats naturais e a destruição do Cerrado podem ter efeitos de longo prazo sobre a saúde de Brasília e da região do entorno. “É essencial reconhecer a importância das zonas rurais e tomar medidas eficazes para garantir que elas continuem a ser os guardiões da nossa segurança alimentar no futuro”, diz a vice-presidente Marilza Sperotto.

Ela entende que a luta silenciosa do Lago Oeste deve se tornar uma causa compartilhada por todos, pois a preservação dessa área é essencial não apenas para os habitantes do campo, mas para a sobrevivência dos brasilienses. O desafio de equilibrar o crescimento urbano com a conservação do meio ambiente e a promoção da agricultura sustentável é uma tarefa complexa, mas essencial.

“A gente está numa campanha de manter o Lago Oeste rural, para a gente não perder esse recurso tão rico. Quem faz produção orgânica, com a falta de chuva e o excesso, tem uma despesa muito alta. O clima está muito instável.”

Os produtores do Lago Oeste enfrentam uma jornada de conservação e sustentabilidade, à medida que buscam preservar seus recursos naturais e garantir um futuro próspero.

A vice-presidente da Asproeste pede ajuda dos brasilienses e declara: “Tem uma frente ampla trabalhando e fazendo a interlocução com os órgãos do governo, porque aqui não tem condições de ser urbano, aqui é como se fosse um corredor ecológico. O risco é grande e todos os moradores precisam entender esse risco. A gente vai lutar para manter rural!”



Proteção da agrofloresta para a seca. Foto: Juliana Weizel

CONFLITO AMBIENTAL PÕE EM RISCO O CERRADO NO DF

Aquíferos situados na Zona Rural do Lago Oeste sofrem com expansão urbana e colocam em xeque o abastecimento de água do Distrito Federal



Otávio Mota

O produtor rural Arildo (Ari) Rodrigues vive no Lago Oeste há 13 anos. De maneira bem humorada, ele explicou que chegou à região em 2013 com a ideia de “vender pizza para o Lobo Guará”. Isso porque as pessoas próximas não acreditavam que abrir um restaurante com massas na “roça” era um investimento que garantiria um retorno financeiro suficiente para se viver.

Acontece que, no primeiro dia de funcionamento do Espaço Nave, às margens da DF 001, ele vendeu logo 10 pizzas. A expectativa era que fosse a metade.

Ari não pensa tão somente no lucro. Produzir a massa italiana nessa zona rural significa atentar-se aos processos agroecológicos que envolvem a plantação de hortaliças e vegetais, que fazem parte dos sabores de pizza que vende. Ele entende a sensibilidade da área em que vive. E procura, a cada dia, maneiras de preservar a biodiversidade local. Por isso, o empreendedor e agricultor está construindo uma agrofloresta e um parque agroecológico.

“Eu sempre fui de permacultura. Trabalhar com animais, ser humano e plantas”, esclareceu Ari.

Segundo o Instituto de Permacultura (Ipoema), a agrofloresta é uma forma de uso da terra na qual se resgata a maneira ancestral de cultivo, combinando espécies arbóreas, lenhosas como frutíferas ou madeiras com cultivos agrícolas e/ou animais.

Em 2023, Ari teme que a irregularidade climática e a expansão urbana para a zona norte de Brasília afetem diretamente a disponibilidade de água da região em que mora. Antes, o poço artesiano de 120 metros de profundidade era o suficiente para irrigação de sua plantação.

Hoje, o fracionamento irregular das chácaras e a falta de fiscalização dos órgãos responsáveis pela adequação dos lotes situados no Lago Oeste, promovem uma verdadeira “festa” de exploração dos recursos hídricos locais.

“O parque agroecológico foi o que mais sofreu com a falta de recursos hídricos e a seca exacerbada. A gente teve que abortar alguns

processos, eu tirei algumas mandalas e alguns canteiros de plantação”. Ele explica que a base do espaço agroecológico foi dividida em 10 módulos, que incluem o desenvolvimento das hortaliças e para cultivo de árvores nativas do cerrado.

Somente este ano, por fatores de seca e falta d’água, o produtor teve um prejuízo de cerca de R\$ 5 mil em hortaliças, verduras e frutas.

“QUENTURA INSUPORTÁVEL”

O produtor rural José Francisco de Sousa, conhecido como Zé de Bié, trabalha na cooperativa Palmas, na rua 19 do Lago Oeste. Ele veio de Correntina (BA) a Brasília em meados da década de 1990.

Os extremos climáticos estão cada vez mais evidentes. Para o plantio e comercialização dos produtos orgânicos, José é taxativo: “Este (2023) foi o pior ano. Eu planto aqui já tem mais de 20 anos. Agora está faltando chuva e a quentura está insuportável”. São 3 mil metros de horta, e a produção inclui milho e mandioca, que se adaptam ao clima seco. “O que acontece é que você molha de manhã, e ao meio-dia parece que não molhou. E aí começa a praga né? Colho um mantimento muito”.

A irregularidade entre os períodos de seca e chuva tornaram-se ainda mais imprevisíveis. O desenvolvimento e expansão da cidade, sem planejamento e em cumprimento com as leis de preservação do bioma do cerrado, apenas agravam a situação.

“Eu não estudei para plantar, eu nasci plantando. Então, a diferença é muito grande do que vinha fazendo, para esse ano. Só de levantar de manhã, pelo cantar dos pássaros, você já sabe que vai chover mais tarde. E agora não, até os passarinhos enganam a gente”, finaliza José.

Zé de Bié, apenas em 2023, teve um prejuízo estimado em R\$ 9 mil.

Para pequenos agricultores familiares como ele, a quantia é um fator crucial para o aumento das dívidas e, por isso, precisam recorrer ao empréstimo bancário.

EXPANSÃO URBANA

A 22 km do centro de Brasília, o Núcleo Rural passa por obstáculos na preservação do meio ambiente e da produção local. O Lago Oeste, que fica sob a administração de Sobradinho II, enfrenta o avanço da cidade e, consequentemente, de interesses econômicos e imobiliários. A necessidade de reforçar a luta se dá com a publicidade do Termo de Conciliação em 25 de março de 2023.

Em 2022, a Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal promoveu a assinatura do termo nº 03/2022/CCAF/CGU/AGU-CSM. Nele consta o repasse de terras da União para a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap).

Apesar do trâmite se encontrar em uma fase de solenidade, a preocupação é latente, já que as duas das maiores das fazendas, Buraco e Brocotó, que compõem o Núcleo, se encontram em áreas de elevada sensibilidade ambiental.

RAIZ DO PROBLEMA

O Lago Oeste, informalmente, nasceu em 1987, quando foi criada a Associação dos Produtores Rurais (Asproeste). A entidade tem o objetivo de manter a região como área rural, a preservação ambiental e lutar pela regularização fundiária.

A associação representa politicamente a região assumindo ou participando diretamente das ações administrativas e sociais de responsabilidade do Governo do Distrito Federal (GDF).

A Asproeste reúne, ao menos, 300 associados. São mais de 1.200 chácaras entre as ruas 00 e 24 do Lago Oeste e uma população acima de 7 mil pessoas, segundo o presidente da Associação, Antônio Farias Veras.

Prestes a completar 37 anos de criação, o local, que passa de 3 mil hectares de zona habitada pelos chacareiros, sofre com a possibilidade de se tornar uma área urbana.

A mudança, segundo acreditam os pro-

dutores, deve acarretar impactos para além da periferia, tendo consequências para todo o ecossistema do cerrado. Até o fechamento desta reportagem, nenhum órgão oficial comentou a situação da região. Isso influencia diretamente no fornecimento de água para o Distrito Federal (DF), incluindo a elite do Plano Piloto.

Operando por meio da empresa pública criada por lei em 1972, o GDF delega à Terracap o objetivo de “execução, mediante remuneração, das atividades imobiliárias de interesse do Distrito Federal, compreendendo a utilização, aquisição, administração, disposição, incorporação, oneração ou alienação de bens”, aponta a página do órgão.

FUTURO HÍDRICO

O Lago Oeste é um verdadeiro corredor ecológico, situado entre unidades de proteção ambiental. Esse fator transforma a região em uma parte substancial do abastecimento hídrico da cidade, pois é no Parque Nacional de Brasília que se encontra a barragem de Santa Maria - responsável pelo fornecimento de 11% de água no DF em 2022, segundo a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb).

O sistema de captação de água Santa Maria/Torto/Bananal é responsável pelo suprimento de 29% do DF, segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio).

Para que esse abastecimento não seja prejudicado, a manutenção do Lago Oeste como zona rural é fundamental. A impermeabilização da terra com edificações de características urbanas impedem que a água penetre o solo e recarregue o lençol freático. O posicionamento estratégico da região, com um terreno inclinado, serve como escoador de água para irrigação do Parque Nacional.

SINAIS DA CRISE

Os indicativos dessa crise datam de outros anos. Já em 2003, um estudo realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), alertava que havia a necessidade de ampliar a rede de monitoramento hidrológico do Distrito Federal.

No documento intitulado ‘Caracterização Preliminar dos Recursos Hídricos Superficiais da APA de Cafuringa, DF’, com análises sobre as chuvas, a vazão e a qualidade da água, a Embrapa finaliza com uma consideração que alerta para expansão desenfreada da capital.

Segundo o estudo, a exploração mineral e a ocupação humana são as potenciais fontes de poluição das águas da APA de Cafuringa: “Com o tempo, a tendência natural das águas próximas a grandes centros urbanos é de ampliação da influência humana e, se a falta de monitoramento persistir, os possíveis impactos ambientais só serão notados no momento em que a situação for crítica e, muitas vezes, irreversíveis”.



Saída do Lago Oeste. Foto: Otávio Mota



Produção rural no Espaço Nave. Foto: Otávio Mota



Mirante na DF 001 expõe vista da represa Santa Maria. Foto: Otávio Mota

CHUTES MAIS FORTES

Em Sobradinho, projeto social se transforma em equipe vencedora



Filipe Fonseca

A distância de 1.380 quilômetros que separam a cidade de São João do Piauí (PI) de Sobradinho (DF) não foi problema para Geovana Rodrigues, de 23 anos de idade, chegar ao Villa Esporte e Cultura (VEC) em janeiro de 2023. A atleta sempre jogou somente com os meninos. “Lá na quadra (da cidade que morava) sempre tinha treinamento dos homens. Eu sabia qual era o horário, ia e ficava lá quietinha só vendo os homens jogarem, doida para jogar também, mas não tinha mulher. A única mulher que gostava de futebol na minha cidade era eu”, lembra.

Uma amiga da atleta mostrou um vídeo de Geovana para Gustavo Simão, presidente do VEC, que interessou o mandatário do time. “O presidente me ligou e perguntou se eu tinha interesse, mas o que eu fiquei grata foi porque ele só trabalha com futebol feminino. Não tem futebol masculino. Eu tive mais interesse ainda. Abriu essa porta e estou

aqui”, afirma Geovana, ala no futsal e ponta no campo do VEC.

Geovana começou a jogar bola aos 5 anos de idade. Quando ganhava bonecas da mãe, as cabeças dos brinquedos viravam bola. Mesmo jogando só com meninos, a piauiense se tornou espelho para as meninas da cidade em que nasceu. “As meninas começaram a jogar lá agora porque viram eu evoluindo, saindo para jogar, praticamente sou um exemplo na minha cidade”, orgulha-se a jovem piauiense.

MÃE E FILHA JOGAM JUNTAS

Também no VEC, Tais Almeida, 31 anos de idade, começou a jogar bola entre 13 e 14 anos de idade, mas teve interrupções devido à gravidez e até pela falta de incentivo, muitas vezes familiar, mas não pensou duas vezes diante da oportunidade do VEC. “Fechamos uma parceria, e automaticamente minha filha

veio junto. Ela treina com a gente, tem vontade de ser jogadora e espero que tenha mais sorte do que eu. Hoje em dia, o futebol feminino tem muito mais oportunidades”.

Antes de chegar ao VEC, Tais passou por outros times e lembra de perrengues que viveu para se sustentar. “Antigamente, a falta de apoio e de um salário digno para quem joga futebol faz muita falta. A gente tinha que escolher ou se trabalhava ou se jogava”, desabafa.

Mãe da Júlia Eduarda, a atleta mora em Sobradinho com a filha e tem uma empresa de brindes personalizados desde 2016 e faz renda com o negócio e com a ajuda de custo que o time dá. “Aqui no VEC já é uma situação totalmente contrária disso. A gente tem uma ajuda, tem horário de treino, tem todos os suportes. Então facilita para quem é atleta e para quem quer virar atleta”, explica Tais.

A filha Júlia Eduarda começou a jogar com a mãe, e consequentemente no VEC recentemente. Com 10 anos de idade, a garota já sonha grande e conta de forma tímida: “É bom ver ela (A mãe, Tais) jogando, porque em casa eu fico tentando fazer as mesmas coisas que ela faz. Eu só quero jogar por um time profissional, meu sonho é ser jogadora”, disse Júlia.

VULNERABILIDADE

O Villa Esporte e Cultura foi fundado pela Villa Samaritana, um projeto desenvolvido em Planaltina para atender pessoas em situação de vulnerabilidade. A história dessa ONG de transformação iniciou em 2016, quando Gustavo Simão tomou a decisão de criar uma Comunidade Terapêutica. Buscando expandir sua missão, ele se dedicou a ajudar aqueles que enfrentaram a difícil jornada de recuperação.

Para entender melhor essa história, eu cheguei com 30 minutos de antecedência ao treino. Na quadra, duas meninas já tentavam acertar o travessão. Em pouco tempo, chegou uma terceira que também passou a tentar o travessão. Desde que cheguei, estava somente assistindo aos chutes das Meninas da Villa, como são conhecidas.



Tais e Júlia comemoram após gol marcado pela garota mais nova. Foto: Filipe Fonseca

Durante o treino de fundamentos e velocidade, o treinador Dinarte Duarte disse que tem bastante expectativa com as equipes de base. “Eu brinco com o Gustavo e com o pessoal que o nosso time sub-13 e sub-15 vai ter mais qualidade do que o principal. A Isadora, por exemplo, já é um achado. Toda hora tem convite pelos times de Brasília”, afirmou.

A BASE VEM FORTE

Uma das garotas que mais se destacam na base é Isadora Guimarães. A atleta, que sempre morou em Sobradinho, tem 11 anos de idade e, em julho, foi até Cochabamba, na Bolívia, juntamente com o time da ADEF/DF (Associação Desportiva de Futsal do Distrito Federal), representar a seleção brasileira na Liga Evolución de Futsal Feminina, evento organizado pela Conmebol.

O time da ADEF disputou o torneio no país vizinho, mas para conseguir completar todo o elenco e conseguir viajar, a equipe buscou atletas que estavam em outros times, como foi o caso de Isadora “Começamos a treinar com uma equipe que não treinava junto, foi pegando menina aqui e ali, foi entrosando e depois um mês mais ou menos treinando, fomos para a Bolívia disputar a Liga”, explica.

A garota conta que começou a gostar de futebol com 5 anos de idade. “Quando eu era pequena, menor do que já sou (risos), meu pai me colocou numa escolinha, mas não ‘você vai ter que jogar’ não, ele foi vendo que eu gostava de atividade física, então era mais para me divertir”.

Isadora fala que conheceu o time da cidade, o VEC, ainda no começo. “Eu comecei a jogar no núcleo do Minas Brasília (equipe que mantém também projeto social em áreas periféricas) e a Ana Elisa (filha do Gustavo) jogava lá também, no último jogo enfrentamos o VEC. No fim do jogo, apresentaram o projeto”.

Treinando de 3 a 4 vezes por semana, Isadora tem muitos planos para o futebol. “Eu tenho um grande sonho de me tornar jogadora de futebol profissional, é o meu maior sonho de verdade”. A garota gosta muito de futsal e de futebol também, mas quando perguntada qual prefere, diz que gosta muito dos dois. “Se eu for querer jogar profissionalmente, eu acho que eu prefiro futebol, até agora”, afirma.

ESPELHO

Tânia Maranhão e Jajá são nomes conhecidos no futebol feminino brasileiro, e agora elas encontram uma nova casa no VEC. Essas jogadoras experientes são muito mais do que um reforço para o time; são modelos e fontes de inspiração para as atletas mais jovens.

A experiência é um sinônimo de Janáina Santos (Jajá). Aos 32 anos de idade, a meio-campista abraçou o desafio oferecido pelo VEC, após uma carreira que a levou a jogar por times como São Paulo e Fortaleza. Com currículo no futebol do Distrito Federal, incluindo passagens pelo Cresspom, Ceilândia e Minas, ela agora almeja passar para as meninas mais novas tudo que já vivenciou.

Jajá chegou no VEC de forma curiosa. De férias do Fortaleza, clube que atuava, em dezembro de 2022, a atleta veio para Sobradinho para jogar um campeonato. Gustavo, que estava presente no local, viu que a atleta tomou uma pancada e não revidou, isso o deixou encantado. Após sondagens, negociações e ofertas, a veterana chegou ao time de Sobradinho.

“Deixar de viver o profissional para trabalhar com projeto tem que ter coragem. É deixar de sonhar para apostar nos sonhos de outras pessoas”

A meio-campista pretende ser espelho para a garotada que está começando a carreira. “Antigamente a gente não tinha base. Hoje temos meninas de 10 e 11 anos de idade jogando”

“Estar aqui é um prazer muito grande. Somos as maiores referências hoje aqui, e mostrar tudo que a gente vivenciou é maravilhoso. Eu sinto alegria estando aqui, venho pra cá sabendo que o que eu construí vai ser exemplo para alguém”, afirmou.

Jajá é de Sobradinho. Mesmo com a alta rodagem em outros clubes fora do DF, o fato da veterana ser da cidade e ter família morando aqui pesou em sua decisão de encarar o desafio. “Eu tenho um sobrinho, de 5 anos, acompanhei muito pouco dele, afinal vivi minha vida toda fora. Aí com a boa proposta do VEC, é perto de casa, acho que vou encarar. E deu muito certo”, relembra.

TÍTULO DA LIGA CANDANGA DE FUTSAL COM EMOÇÃO

O técnico PC de Oliveira, campeão da Copa do mundo de futsal de 2008 pela Seleção Brasileira, é quase 20 anos mais velho que o técnico Dinarte Duarte, do Villa Esporte e Cultura, mas foi em disputas de pênaltis de finais de campeonatos que ambos se sagraram campeões, após a mesma decisão. Em 2008, o técnico da seleção brasileira, depois do empate na prorrogação contra a Espanha na final da copa do mundo de futsal, decidiu tirar o goleiro Tiago para colocar o goleiro Franklin. Nas penalidades, o goleiro reserva pegou duas cobranças e o Brasil se sagrou campeão mundial.

Quinze anos depois, foi a vez de Dinarte fazer o mesmo. Após o VEC empatar em 2 a 2 contra o Cesea-DF, o treinador tirou a goleira Jenny e colocou Malu, a garota de 18 anos cresceu e pegou três pênaltis do time adversário. Garantindo o título do campeonato local para as Meninas da Villa.



Jajá, no auge de sua experiência, participa e lidera o treino do Villa. / Foto: Filipe Fonseca

“O treinador perguntou se eu estava bem. Eu estava treinando bastante pênaltis, e aí ele jogou essa ‘bomba’ pra mim e para Jenny, nessa eu falei que “vou pegar esses pênaltis”, eu estava bem confiante, fui lá e deu certo. Graças a Deus. A vitória foi muito importante não só pra mim, mas para o time todo”, orgulha-se Malu.

BRASILEIRO A BORDO

Após uma notável vitória no campeonato do Distrito Federal, o time conquistou a chance de disputar o Campeonato Brasileiro de Fut7. O prêmio maior? A possibilidade de participar da Taça Libertadores. Para essas atletas determinadas, isso não é apenas um torneio, é uma oportunidade de reivindicar seu espaço no cenário nacional e internacional do futebol feminino.

“Eu acho que a gente tem grandes chances de chegar, ganhar a vaga para a Libertadores. A gente está montando um time bom para isso, time focado, treinando duas vezes por semana, estamos na pegada”, diz Jajá, confiante com o título do brasileiro de Fut7 que será disputado em São Paulo.

Juntamente com a Tânia, a Jajá é uma das mais experientes do grupo e acaba passando recados para as meninas mais jovens sempre estarem criando uma casca mais grossa. “Elas estão em formação. No momento, a formação delas é mais importante que o resultado. Como estamos formando grandes atletas, trabalhando com meninas que sonham em serem grandes jogadoras”.

SETS DE INCLUSÃO

Projeto social Tô no Jogo mostra que esporte também pode fazer parte da periferia



Gabriel Romeiro

Raquete em mãos e olhos atentos na bolinha. O movimento feito para devolver o borrão amarelo ao lado adversário da quadra poderá ser decisivo para decretar aprendizado. Uma rotina dos alunos do Projeto Tô no Jogo, para desenvolver mentalmente e fisicamente os participantes de forma que conseguissem aos poucos deixar para trás as dificuldades impostas por suas deficiências. Muitos dos alunos só tinham visto uma partida de tênis e conhecido o esporte pelo que assistiam na televisão.

É mais uma manhã de sol na Associação Pestalozzi, localizada no Setor de Clubes Sul, instituição responsável por ceder espaço para a realização das aulas do projeto Tô no Jogo. Trinta e seis alunos saem de localidades periféricas como São Sebastião, Ceilândia, Vicente Pires e Riacho Fundo para aprender tênis.

O objetivo do projeto é trazer saúde, diversão e esporte que contribuem também para que os alunos tenham a oportunidade de aprender no dia a dia através de uma raquete e bolinha.

As aulas começam com orientação dos educadores físicos Isabel Nabuco, de 52 anos, e Carlos Mavignier, de 37. “No caso dos alunos que estivessem mais agitados, eu sempre fazia um trabalho de relaxamento seguido de alongamentos para que eles pudessem se disponibilizar para as práticas. E com os que estavam com o ritmo devagar também era feito um trabalho de movimento e percepção do corpo”, explica a professora Isabel Nabuco.

Aluno do projeto há um ano, Walison Rodrigues, de 28 anos, é paratleta e sentiu-se acolhido pelos profissionais que ali dedicam seu tempo para ajudá-lo de todas as formas.

O estudante sai do Mangueiral, em São Sebastião, todos os dias para aproveitar ao máximo as atividades. A sua paixão de fato é o tênis.

Ele conta que as aulas de tênis na Pestalozzi foram as suas primeiras práticas esportivas, tendo em vista que, nos seus tempos de escola, não havia projetos como esse. Até então o esporte só existia para Walison na televisão e foi assistindo às partidas que começou a desenvolver sua paixão.

“Eu sempre via partidas de tênis de jogadores como o Rafael Nadal pela televisão e comecei a gostar e quando iniciei no projeto peguei gosto pelo esporte ainda mais”, lembrou-se.

Para Wallison, foi uma oportunidade de ouro poder fazer parte do universo do tênis. Ao falar sobre o projeto “Tô no Jogo”, ressaltou a importância da chance.

“É uma sensação muito boa poder praticar. Eu só vejo pessoas com renda mais alta praticando e nós não temos esse acesso”

INSPIRAÇÃO

Nada disso seria possível sem o sonho, a luta e o esforço da fundadora do Tô no Jogo, Cláudia Chabalgoity, 52 anos de pura história e inspiração. Foi tenista profissional e teve contato com o esporte desde os três anos de idade. Entre os anos de 1989 e 1999, participou de torneios internacionais e conquistou oito títulos. Um dos mais significativos, porém, é o projeto que criou.

Depois que se aposentou, o foco da ex-tenista foi dedicar-se ao tênis adaptado para cadeirantes. “Depois que eu deixei de ser



Na foto os educadores Isabel e Carlos Mavignier junto a Wallison e outros alunos. Foto: Associação Pestalozzi.

jogadora profissional, o que eu mais me dediquei foi o tênis adaptado para pessoas com deficiência”

A profissional foi responsável por desenvolver o tênis para cadeirantes no Brasil. “O interessante foi que toda a minha experiência no profissional foi depositada ali nas relações pessoais, o que fez uma grande diferença para mim. O social é minha alma: poder trabalhar oferecendo o esporte que eu amo”.

A educadora física e professora do projeto Tô no Jogo, Isabel Nabuco, 52 anos, já conhecia o trabalho especial de Claudia envolvendo cadeirantes no esporte e decidiu se juntar a ela nas aulas. “Conversávamos muito sobre essas práticas integrativas como a psicologia e terapias holísticas e ela quando criou o projeto Tô no Jogo me chamou para trabalharmos juntas usando essa abordagem, juntando o esporte com o meu trabalho de terapias alternativas que já faço há 16 anos”, lembrou Isabel.

O parceiro de trabalho de Isabel, Carlos Mavignier, 37 anos, conta que a humanidade e a socialização sempre foram pilares de seu trabalho no projeto, o que impulsionou as relações não só entre os estudantes, mas também entre os professores.

“Penso que meu trabalho dentro do Tô no Jogo agregou muito nas relações que foram criadas e nas interações entre os alunos, tudo isso foi sendo desenvolvido nas nossas aulas. E os alunos começaram a retribuir com uma grande vontade de aprender, de querer fazer parte daquele esporte”, explicou o educador.

O projeto é estruturado para não haver a necessidade dos alunos pagarem pelas aulas de tênis e o patrocínio é o que possibilita isso, pois muitos dos participantes da iniciativa são de famílias humildes que não possuem condições de arcar com o custo das aulas.

“Nós trabalhamos através de patrocínios, pois a nossa proposta é mais social, de modo que os alunos não tenham a necessidade de pagarem pelas aulas do projeto. Então o ideal é que nós busquemos patrocínio e é uma busca incansável por investidores para que consigamos manter o projeto”, argumentou Claudia Chabalgoity. A falta de patrocínio paralisou o projeto.

A aluna Maria Helena Otaviana, 62 anos, moradora da Vila Planalto, possui deficiência intelectual moderada. Ela afirma sentir muita falta das práticas e pergunta aos professores quando o tênis voltará a fazer parte da sua rotina. “A experiência para mim foi maravilhosa, gostei tanto que pergunto para os professores todos os dias quando as aulas de tênis irão voltar e acredito que quando voltarem, estaremos um pouco enferrujados e com certeza vamos precisar retomar muitas coisas”, explicou a aluna.

A diretora da Associação Pestalozzi, Luciana Pinho, também anseia pelo retorno das atividades e explica que a quantidade de aulas na semana contribui ainda mais para a felicidade e prazer de todos.



O tênis está sempre no coração dos alunos. Foto: Associação Pestalozzi.

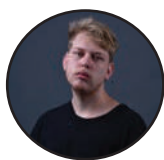
“Percebi uma grande melhora dos alunos durante as aulas, pois não envolvem apenas a parte motora, mas a parte cerebral, também as dinâmicas de alongamento”,

As aulas de tênis foram essenciais para a melhora constante dos alunos no esporte. A professora Isabel conta que aos poucos eles começaram a desenvolver técnicas de ganhar partidas e o que era antes uma simples troca de bola, acabou se tornando um compromisso sério.

A fundadora do Tô no Jogo, Cláudia, levou a ideia do projeto para outro estado, o Rio Grande do Sul, onde atua atualmente monitorando e ajudando nos trabalhos feitos na APAE (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais).

NO RINGUE DA CEILÂNDIA

Projeto social estimula prática de muay thai e adolescentes descobrem vitórias em outras lutas



Marcello Hendriks

“Se você não der a volta por cima, você vai continuar no fundo do poço”

A frase surge de uma adolescente de apenas 14 anos de idade, que vive na Ceilândia.

A estudante Bruna Rodrigues tornou-se atleta de muay thai e coleciona vitórias no ringue, mas principalmente fora dele. Dois anos atrás, a garota perdeu o pai assassinado. Ele era o farol da vida dela. Aos poucos, viu a luz do dia ser trocada pelas sombras da cabeça. A perda fez com que ela desenvolvesse ansiedade e depressão. Foram as pancadas, as luvas e a caneleira que foram, aos poucos, alterando o resultado do combate.

Ela chegou ao ringue como uma das atletas

do Aldeia CT, um projeto social na região administrativa onde mora. Foi por uma amiga, que estava tentando ajudá-la a sair dessa situação, que foi apresentada ao muay thai. Ela só queria ficar lá, pois assim conseguia pensar diferente. Aos poucos, se interessou mais pela luta, e virou hábito. As histórias de vulnerabilidade dela e da família aos poucos ficam no passado.

OITO ARMAS

O muay thai é uma arte marcial tailandesa conhecida como “a arte das oito armas” devido ao uso dos cotovelos, punhos, joelhos e da combinação das canelas e dos pés. E é esse esporte que une os lutadores do Aldeia CT, um projeto gratuito que hoje em dia conta com apenas seis alunos, mas já passaram mais de 50.

O motivo do menor número atual, segundo o líder do projeto Edmar Barrozo, de 43 anos, ou mais conhecido como Mazinho, é para que haja a retenção, visto que, para ele,

no formato antigo, a rotatividade era alta e os alunos voltavam para a rua e seus problemas.

Sem o apoio de alguns amigos e familiares, que não queriam que ela lutasse, Bruna continuou nos treinos até que, após quatro meses, participou da sua primeira competição. Na primeira luta, ela perdeu, ficou triste. Mas desistir não faz parte da sua vida. Na segunda luta, ela venceu, e isso deu esperança de dias melhores. Hoje ela busca seguir no mundo competitivo. “Meu sonho”.

MAIOR TRANSFORMAÇÃO

A vida dela é feita de uma história de resiliência e dificuldades, segundo aponta Mazinho. “A Bruna é mais uma prova de que, de fato, eu encontrei a minha missão na Terra. Ela talvez seja uma das maiores transformações que a gente viu aqui no Aldeia”.

Mas a relação entre o esporte e saúde mental da atleta não é apenas coincidência, ambos estão relacionados. O professor de educação física Filipe Dinato, pesquisador do projeto de extensão em saúde mental do Ceub (Prisme), explica que a prática esportiva pode diminuir impactos do estresse e de outros problemas psicológicos.

ENFRENTAMENTO

Dinato contextualiza que, por meio da prática da atividade física, há uma regulação dos neurotransmissores. “Tem uma melhora de forma geral de um estado de saúde mental pensando, por exemplo, na produção de dopamina pensando na regulação de serotonina e tem alguns aspectos hormonais como a epinefrina e a norepinefrina, redução do cortisol”.

Dinato aponta que, no aspecto social, há, por meio da atividade física, uma melhor relação social, favorecimento, por exemplo, de interações mais saudáveis. “E no aspecto psicológico é um processo de enfrentamento do sofrimento”. Assim ocorreu na vida da Bruna. Através do esporte, ela criou relações mais saudáveis, tanto que começou a enxergar o seu mestre, Mazinho, como um pai.



Bruna Rodrigues e Daniel Máximo em tradicional encarada do mundo das lutas. Foto: Pedro Santana



Daniel Máximo, lutador de 16 anos do projeto Aldeia CT. / Foto: Pedro Santana

REFÚGIO

Daniel Máximo, de 16 anos, é outro atleta que encontrou na luta um refúgio. Nascido na cidade de Taguatinga, no Estado de Tocantins, desde novo, ajudava o avô com trabalhos na plantação. Até que um dia, a mãe, buscando melhores condições de estudos para seus filhos, decidiu vir para o DF, mais especificamente, para Ceilândia. Com a mudança de cidade, também houve a mudança na rotina, e aquelas horas com seu avô foram trocadas por tempo de estudo.

Ele via o irmão mais velho chegar em casa falando sobre os treinos de muay thai que fazia, algo que despertou sua curiosidade. Então, pediu para levá-lo a uma aula experimental. Aos poucos, ele começava a conhecer o esporte, até que em 2020 voltou para Tocantins e para a rotina na plantação com seu avô, mas não havia abandonado a luta, pelo menos não da cabeça.

Em 2021, eles voltaram para o Distrito Federal e Daniel voltou com o foco nos treinos, além de lutar porque gosta. Para ele, o esporte também o guiou para o caminho certo e diz que sente um amor muito grande pelo que faz. E ele não faz só por si, o maior sonho dele é de dar melhores condições para a sua família e poder proporcionar para os irmãos mais novos aquilo que ele e o mais velho não tiveram

“O maior sonho da vida? É melhorar a vida

da minha família. Eu e meu irmão mais velho não tivemos festas de aniversários. Então eu tenho sonho de fazer os aniversário deles”.

Entre as idas e vindas ao DF, não conseguia prosseguir na escola. Hoje em dia, ele tem 16 anos e está no sétimo ano. A diferença de idade para seus colegas de sala, que têm na maioria 12 anos, faz com que o ambiente escolar não seja seu lugar favorito.

O atleta já tem suas metas estabelecidas. Ele diz que quer ser reconhecido como um dos melhores lutadores. Com treinos quase todos os dias e várias competições disputadas, ele, aos poucos, progride no sonho. Já ouviu falar que, quando viesse para o DF iria passar fome, virar mendigo e que não conseguiria nada. Porém, conseguiu, em competições, 10 vitórias em 12 lutas disputadas e o reconhecimento já começou a aparecer.

LUTA E CHOCOLATE

“Hoje é um dos melhores do Brasil, ele tem tudo pra estar muito em breve no topo de um grande evento internacional”, diz o treinador Mazinho.

Daniel tem um dia a dia puxado. Ele acorda cedo, leva a irmã no colégio e depois vai ao Aldeia CT (os treinos começam às 8h). Em seguida, vai para a escola. Após as suas aulas, que acabam às 18h, ele, o técnico e alguns companheiros do projeto vão vender cones trufados no Plano Piloto. Já com o olho baixo

de sono, ele volta para Ceilândia e chega em casa perto de meia-noite.

FASES NÃO SÃO FINS

Quando tinha 10 anos de idade, a atleta Ana Clara Pessoa, hoje com 17, conheceu o Muay Thai, gostava muito do esporte e, em 2020, tinha planos de ir para a Tailândia (país de origem da arte marcial). Porém, a pandemia veio e a viagem foi cancelada.

Enquanto não treinava, ela começou a se envolver com atividades ilegais e, assim, se perdeu. “Eu via no rosto dos meus pais a tristeza, a decepção, mas eu estava com a cabeça virada naquele momento”.

No fundo do poço, passou a usar drogas e bebidas. Passou a enfrentar crises psicológicas graves. Viu os pais chorando devido à situação e decidiu que tinha que mudar. E para se recuperar recorreu a um velho conhecido, o muay thai.

O líder do Aldeia CT abriu uma vaga para Ana Clara. Segundo ela, o professor acredita nela e por isso não teve dificuldades para voltar ao projeto. “Ele (Mazinho) sempre acreditou em mim. Ele sabe do meu potencial, da minha força de vontade e me aceitou de braços abertos”. Hoje em dia, quando ela luta, sente um alívio. É um lugar onde a situação se altera. Quando olha para trás, revê a própria história, diz que a mudança está em andamento graças às lutas na vida e nos ringues.

DIFERENÇA EM QUADRA

Projeto social na Estrutural chegou ao título do Candangão



Antônio Pimenta

O professor de educação física Patrício Almeida, de 45 anos, conhecido como Algodão, resolveu começar um projeto social na Cidade Estrutural, a Associação Sportiva Estrutural, com a intenção de transformar e mudar a vida de jovens e crianças, mostrando outra realidade a eles. O projeto une esporte à educação em busca de melhorias para a sociedade, conseguindo obter resultados dentro e fora de quadra.

Patrício é conhecido como Algodão desde sua infância devido ao seu tom de pele e cabelos encaracolados brancos como um algodão. Ele é morador da Cidade Estrutural há 31 anos, desde que foi despejado de sua antiga residência na Ceilândia Sul. Sem dinheiro para conseguir pagar o aluguel, sua família resolveu ir para a antiga Invasão da Estrutural.

“Lembro da primeira vez que fui ao lixão. Foi um choque mesmo para mim vindo de uma origem pobre”. Patrício disse que, com a mente vazia, praticou assaltos e acabou sendo agredido por policiais. “Resolvi voltar a estudar”. Com seus 15 anos de idade começou a trabalhar no lixão.

Algodão fez o seu primeiro grau no Guará e o segundo, no Cruzeiro, onde ele trabalhava e estudava. Foi lá onde ele conheceu a mãe de seus dois filhos, com a chegada do mais velho.

Ele teve que dar um tempo dos estudos para ajudar a sustentar a família, então voltou a trabalhar no Lixão. Ele sempre teve o sonho de se formar em educação física, porém não tinha condições de pagar o curso até que conseguiu uma bolsa atleta de 25% e pagava o resto com o dinheiro que recebia como catador,

depois através de sua dedicação ele conseguiu pelo ProUni uma bolsa de 100%.

CIDADE ESTRUTURAL

A Cidade Estrutural tem a sua origem de uma ocupação de catadores de lixo e ficou conhecida por abrigar o maior lixão a céu aberto da América Latina com mais de 174 hectares de lixo acumulado, a cidade compõe o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, o SCIA.

Segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2018, 34,7% dos jovens entre 4 e 24 anos na Estrutural não frequentam a escola. O Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPDF) divulgou em seu Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU-



Elenco do Estrutural Futsal antes da final. Foto: João Kássio

-DF) que a cidade teve uma variação positiva de 43%.

“Eu vejo e percebo que o esporte Estrutural foi uma das regiões que mais apresentou melhorias no índice avaliado, esporte e a educação são ferramentas transformadoras para crianças, adolescentes e adultos nas regiões satélites e nas periferias do Distrito Federal”, disse Algodão.

HISTÓRIA DO PROJETO

O projeto iniciou em 2014 em um campo de barro, e posteriormente o projeto se mudou para o campo sintético do Centro Olímpico e agora em 2023 está ocorrendo na quadra dois do setor oeste da Cidade Estrutural, contando com 106 alunos desde a categoria sub 05 até a categoria Adulto.

Para manter o projeto, o professor financia a maioria dos gastos com recursos do seu próprio bolso e com a ajuda de patrocinadores e parceiros locais. Para o funcionamento do projeto, ele conta com a ajuda e contribuição de mais cinco pessoas que o auxiliam, entre eles o Ramon Swantos que é vice-presidente e treinador do sub 20, Flávio Lima que é monitor das escolinhas, Thiago Soares que é estudante de educação física e estagia no projeto. Rico que é diretor e treinador do sub 20 com o Ramon e Fernando Castro que é o treinador de goleiros, eles ajudam tanto dentro quanto fora da quadra e estão todos atuando de forma voluntária.

As principais metas do projeto são formar pessoas de caráter, bons filhos e bons pais, além de combater a criminalidade, o uso de drogas e o tráfico na cidade. Os atletas tentam conciliar o futsal com seus empregos para ajudar suas famílias, dentro do projeto tem desde catadores, garis, vigilantes, gerentes, estudantes, motoristas e até garoto de programa.

Eles agora estão em busca de patrocinadores e parceiros para alcançar o grande sonho e objetivo que é conseguir federar a equipe na Federação Brasileira de Futsal.

CAMPEÕES

O tão sonhado título do Candangão de futsal foi conquistado de forma inédita este ano, após conseguir passar sobre o Atlético Guará e pela equipe do Brasília Futsal, que é uma grande referência no esporte aqui no Distrito Federal, o adversário na final foi a forte equipe do Fidas.

O jogo foi para a prorrogação. Ele se sagrou campeão com gol do atleta Diego faltando 20 segundos para o fim da prorrogação, honrando seu grito de guerra.

“É tempo ruim, o tempo todo! É tempo ruim, o tempo todo!”

Esse grito de guerra reflete as dificuldades enfrentadas dentro e fora de quadra e tudo o que passaram para chegar aonde chegaram. Outra frase que ilustra bem os desafios enfrentados por serem excluídos pela sociedade e ser de um lugar à margem da sociedade foi dita pelo professor Ramon no vestiário antes do jogo. “O time de marginal chegou à final.”

Agora, como campeões Candangos eles estão classificados para a disputa do Campeonato Brasileiro de Futsal no Amapá representando o Distrito Federal, após isso o próximo objetivo esportivo do projeto é conseguir federar a equipe e conquistar até o ano de 2026 a tão sonhada vaga para a Copa do Brasil de Futsal, nas categorias Sub-16, Sub-18 e Adulto.



Edgleisson chora ao conquistar título do Candangão. / Foto: João Kássio



Elenco do Estrutural Futsal comemorando o título. Foto: João Kássio

FAMÍLIA UNIDA PELA BOLA

Varjão Futebol Clube ajuda a trilhar caminhos para salvar jovens da comunidade



Lucas Bohrer

Acordar. Comer. Ir a pé para a aula na escola pública ao lado. Estudar. Comer. Pegar ônibus para o Varjão. Treinar. Treinar. Treinar. Voltar de ônibus para casa. Sonhar. Dormir... Essa é a rotina de Eduardo Fane, 17, o Fane, jovem que quer ser jogador de futebol. Por outro lado, Guilherme Araújo, 18, o Gui, que não aspira mais da mesma ambição, vive de forma similar: acordar. Comer. Ir a pé para o trabalho em um comércio local próximo. Trabalhar. Comer. Ir a pé para o treino. Treinar. Treinar. Ir a pé para a escola pública ao lado. Estudar. Voltar a pé para casa. Dormir. Assim como outros alunos do Varjão Futebol Clube.

Nesse projeto de inclusão social e de cidadania através do esporte, Fane e Gui são apenas dois dos 183 que estão inscritos na iniciativa construída em 2010, todos entre 6 e 19 anos. Para Fane, o objetivo é ser jogador de futebol profissional. Gui, um ano mais velho, já desistiu do que antes era sua meta.

A vida dentro do futebol é dura. Os meni-

nos sabem e, de forma surpreendente, se mostram muito maduros em relação a isso. Essa visão, sem dúvidas, tem muito a ver com os ensinamentos de Nilton Santana, 48, o coordenador técnico do projeto.

Ele, que já tentou ser jogador profissional e treinou times de base na Bahia, é uma referência para os meninos - Fane inclusive o vê como figura paterna - e afirma que sempre busca ser sincero com seus alunos para que, mesmo que eles quebrem a cara no futuro, eles possam ao menos contribuir com coisas positivas para sociedade.

“O meu conhecimento do mundo do futebol serve para ser repassado para eles. Não vai ser todo mundo que vai ter essa oportunidade de ser jogador profissional. A gente dá o máximo possível para prepará-los, mas sabemos o que vão ter que enfrentar lá na frente”.

Muitas são as dificuldades de quem vive em área de periferia, principalmente financeiras ou as ofertas de drogas. Gui sofreu com

essa adversidade. Seu irmão, Raí, foi assassinado em abril de 2023. Isso abalou muito o jovem, que se espelhava no parente que também era seu melhor amigo. As palavras tiveram dificuldades em sair de sua boca quando nos contou o que aconteceu após seu irmão fazer 20 anos e sair do Varjão FC:

“Ele foi dispensado do Exército e ficou três meses preso injustamente quando teve um assalto a um ônibus para Sobradinho. Depois que saiu, ele entrou em um galpão para trabalhar, mas não ficou muito”. O irmão teria, então, se envolvido com “coisas erradas por causa de uns amigos”. A realidade só apareceu quando a mãe chegou em casa desesperada. “Ainda fiquei quase dois meses sem abraçá-la, pensando que quem estava sofrendo mais era eu, por ter sido mais próximo dele. Só então eu abri mais a mente para ver o sofrimento da minha mãe”.

Como o próprio Gui disse, Raí era muito querido. A comunidade gostava muito dele. “Meu irmão sempre foi o mais desenrolado, conversava e conhecia todo mundo. Ele era mais solto, com uma grande facilidade de fazer amizades. Da quadra 1 até a quadra 11 do Varjão, todos o conheciam”.

Gui seguiu em frente, com muita dificuldade, mas a mesma pandemia de covid-19 que atrapalhou os planos do seu irmão ao tirá-lo do caminho do projeto, mostrou para ele que o futebol poderia não ser o caminho definitivo.

Com as palavras de Nilton incutidas no pensamento, o jovem vê o esporte hoje como diversão, mas principalmente como formas de inspirar colegas mais novos a tentar se suceder onde ele mesmo não conseguiu. Fane é um desses.

“Nesse meio da pandemia, eu tive depressão. Fiquei em casa direto por nove meses, sem sair do quarto para fazer nada, me afundando na cama, sem nem querer acordar mais. Minha mãe ficava chorando e orando por ajuda. Eu olhei aquilo e comecei a me indagar até que percebi a necessidade de conhecer esse sentimento”.



Jovens do sub 20 treinam no campo do Varjão FC, de frente para a RA. Foto: Lucas Bohrer.



Professor Nilton conversa com a equipe sub 20 após treino. Foto: Lucas Bohrer.

A depressão ficou no passado. E fortaleceu Fane, que se aproximou de Deus e fortaleceu seu sonho de se tornar jogador de futebol profissional. Uma meta alta e difícil de ser alcançada, todavia o jovem se mostrou contundente e resoluto ao abordar o assunto. É necessário se preparar para a segunda opção e Nilton explica como eles tentam ajudar nessa questão.

“Essa ilusão não só pode acabar com os sonhos da vida do menino como levar à depressão. Então a gente tenta trabalhar isso desde cedo. É preciso ter os pés no chão. Nesse tempo todo que nós estamos na frente do projeto, 14 anos, eu vi dois garotos saírem para serem profissionais”, como o Nilton afirmou.

Apenas dois, dos quase cinco mil alunos que passaram pelo projeto até outubro de 2023, tiveram oportunidades no futebol profissional, o goleiro Ângelo Bedendo, que passou rápido pelo Varjão FC, foi revelado pelo Botafogo-SP, com passagens por Eslovênia, Itália, times menores do Brasil e atualmente no Jataiense-GO. E o meia-atacante Juan Azevedo, que ficou no projeto dos 11 para os 13 anos, foi para o Real Brasília, emprestado para outros clubes e, na final do Candangão 2023, de volta ao seu time de origem, marcou dois gols no título do Real.

UM ESFORÇO HERCÚLEO

Por meio de Nilton, e de professores voluntários como Bruno, Maicon, Carlos Eduardo, Ariston e Alcimar, o projeto de Martinelli Fonseca segue vivo, apesar dos muitos contratempos. A Associação Varjão Esporte e Cultura (Asvec) foi criada para dar vida ao Varjão FC através da utilização do campo localizado à margem direita da Estrada Parque Paranoá (EPPR), na entrada do Varjão.

A Asvec também oferece futsal, capoeira e jiu-jitsu, sendo as duas últimas sob a responsabilidade de Juliana Alves, formada em educação física, ex-membro do Conselho Tutelar do Varjão e vice-presidente da Associação. Sem nenhuma ajuda do Governo do Distrito Federal (GDF) nem da Administração ou da Prefeitura da RA é difícil o trabalho para manter a iniciativa de pé. Carlos Eduardo Santos, Dudu, 18, professor das categorias sub 13 e sub 11, expôs sua opinião sobre a falta de apoio: “se dependesse da administração, o Varjão FC não existiria”.

Para sustentar materiais e condições de

treinos para os jovens, o projeto conta com doações, bazares e rifas, além de uma mensalidade de R\$ 20 apenas para os alunos que tenham condições financeiras de arcar. Pode parecer pouco, porém para vários dos inscritos é um dinheiro que faz diferença. Fane relata sua visão sobre o assunto: “é osso (difícil) manter um projeto assim com apenas R\$ 20 de mensalidade. Ainda mais que a gente participa de campeonatos como a Taça das Favelas, que tem uma visibilidade enorme, entre outros. Então, nós damos realmente o sangue pelo esforço deles, porque sabemos como é difícil encontrar pessoas que nos incentivam nos nossos sonhos”.

Esse contexto ajuda a entender o contraste entre o campo e o resto da estrutura, com uma quadra necessitando de reforma, assim como o vestiário, onde o material de treino fica guardado após o dia em um carrinho supermercado.

Sem poder dar os treinos de salão por conta das condições do piso e das grades, o projeto se restringe à modalidade de campo, funcionando nas segundas, quartas e sextas de 7h30 às 10h e de 14h30 às 19h30, além dos jogos de campeonatos e amistosos disputados nos finais de semana. O principal público segue sendo o masculino, são 165 meninos, mas o projeto também atende as meninas, são 18 atualmente dentro do Varjão FC. Nilton explica, contudo, que é raro elas ficarem muito “normalmente, as que se destacam saem rápido daqui para jogarem campeonatos de alto nível, uma vez que a categoria é forte na cidade”.

Além disso, todos os voluntários precisam obter formas de renda - como Nilton na enfermagem, Maicon no marketing digital e Carlos Eduardo na arbitragem amadora - e não conseguem se dedicar exclusivamente ao Varjão FC, que, apesar de atender principalmente a comunidade da RA que dá seu nome, também conta com alunos das mais variadas localidades de Brasília - e Entorno - como Paranoá, Paranoá Parque, Itapoã, Sobradinho, Lago Norte, Asa Norte, Núcleo Bandeirante, Luziânia, Santa Maria, Samambaia, Ceilândia e Recanto das Emas.

LIÇÕES

Os professores voluntários do projeto comprovam como ele realmente ajuda pes-

soas e salva-vidas. Maicon Muniz, Maikim, 22, e Dudu são ex-alunos do Varjão FC que hoje dedicam seu tempo para ajudar as novas gerações. Tanto suas histórias dentro do mundo da bola como tudo assimilado pelos seus treinadores, como o coordenador Nilton, são essenciais para que eles possam seguir trilhando um caminho de auxílio a quem precisa. Independente de apoio financeiros, são essas as pessoas que fazem a engrenagem do Varjão FC continuar girando e trazendo benefícios aos alunos.

Maikim, que é o treinador da categoria sub 15, chegou no projeto com quase 12 anos por convite de um amigo mais velho, em 2012: “cresci aqui, disputei vários campeonatos, fui campeão e tive portas abertas para testes, infelizmente não aconteceu, chegou a idade e decidi ser treinador. Não tive baque algum, eu realmente sabia que isso poderia acontecer. Quem é maduro sabe que quando chega a idade, ou dá certo e você continua, ou não, e aí tem que saber a hora de parar”. A fala do ex-aluno do Varjão FC mostra como os ensinamentos de Nilton realmente podem fazer a diferença na vida de um jovem.

“O projeto é de extrema importância, não só na formação do futebol, como na do bom cidadão para a vida”

Ressalta Maikim sobre sua visão. Ele ainda afirma que, desde que entrou na iniciativa, sempre viu os professores ensinando o correto, tentando acompanhar ao máximo e repreendendo o atleta que faz algo errado.

“O ponto principal do projeto social é tirar os jovens da rua, principalmente do mundo de drogas do Varjão. E o futebol sempre vai atrair a galera, que é muito importante desde cedo para já conseguir mostrar que não existe apenas o caminho dos entorpecentes”. Porém, ele frisa que é apenas uma ajuda, apesar deles tentarem ao máximo, eles sabem que não vão salvar todo mundo.

CROCHÊS E RECOMEÇOS NO RECANTO DAS EMAS

Mulheres costuram caminhos de autoconfiança, e amizade, e vão até Paris

Gabriela Bernardes



Foram três anos para cobrir toda a fachada da sede do Instituto em crochê. / Foto: Governo Federal (domínio público)

Um prédio colorido e estampado entre casas de tijolos aparentes do Recanto das Emas. O bloco de cinco pavimentos, sede do Instituto Proeza, está todo vestido com crochê feito por mulheres da comunidade que, com linhas coloridas e agulhas, ganharam o mundo. Desenhos de flores e pássaros feitos de lã e algodão abraçam o edifício que, para muitos da região, representa um recomeço na vida.

A ideia surgiu no auge da pandemia do novo coronavírus, em 2020. A proposta era ensinar bordado e crochê para mulheres que haviam perdido o emprego e estavam em situação de vulnerabilidade tanto no Recanto das Emas, quanto no Riacho Fundo II, regiões administrativas localizadas a mais de 30 km de Brasília.

É o caso de Márcia Silva, de 50 anos, e Lorrane Silva, de 24 anos, mãe e filha, que passaram a frequentar o Instituto ainda em 2020. Na casa delas, a arte do crochê foi ensinada de geração a geração, mas foi o Proeza que as tornou empreendedoras com o crochê — o que,

alguns anos antes, elas nem cogitariam.

“[A pandemia] foi uma coisa que a gente nunca esperou. Acho que ninguém imaginava passar por isso. Por um momento, fiquei desesperada sem saber como seria o futuro”, me contou Márcia, enquanto enrolava mais um laço de fio roxo em uma agulha. Dalí, nasceria uma flor para decorar uma vitrine.

PROBLEMAS NO RECANTO

Dados da Secretaria de Saúde revelaram que o Recanto das Emas teve uma das maiores taxas de letalidade por covid-19, superior ao índice de todo o Distrito Federal. Nos primeiros meses da pandemia, a região encabeçava a lista no Distrito Federal, com mais de 10 mortes pela doença em apenas três meses. Mas, para além das perdas, a população sentiu a diminuição da qualidade de vida.

De acordo com o Observatório de Políticas Públicas do DF (ObservaDF), vinculado ao Instituto de Ciência Política da Universidade

de Brasília, o segundo trimestre de 2020 foi o momento mais difícil da crise sanitária na capital federal. No caso das mulheres, que já eram a maioria entre as pessoas desempregadas no Distrito Federal, houve aumento ainda mais desproporcional dos índices negativos.

O mesmo levantamento também indica que os jovens, com idade de 16 a 24 anos, tiveram as maiores taxas de desemprego. Os piores momentos ocorreram entre abril e junho de 2020, justamente no início da pandemia. Naquele momento, conforme divulgou à época o governo do DF, o Recanto das Emas contabilizava um das piores taxas de desemprego. Assim como Fercal, Itapoã, Paranoá, SCIA/Estrutural e Varjão, a região administrativa onde está a sede do Proeza tinha 32% de desempregados.

LINHA EM LINHA

Desde então, em busca de atenuar esse cenário, o projeto social “Tecendo o Amanhã”, no Instituto, acolhe mulheres em situação de vulnerabilidade, que encontraram no crochê a oportunidade de capacitação e geração de renda. De pouco a pouco, o grupo foi avançando. De linha em linha, surgiram capas de botijão, capas de fogão, tapetes e muitos outros.

Mas, depois, pequenas peças de crochê parecem muito pouco. Foi daí que surgiu a ideia de elencar a textura à sua máxima potência ao encapar a fachada do prédio e os espaços internos com peças temáticas feitas a partir da técnica artesanal. Só precisam ser retiradas em períodos de chuvas, quando desbotam. A própria equipe refaz o painel.

Foram três anos de trabalho para cobrir o local. Ao todo, a iniciativa teve a participação de mulheres, entre alunas do projeto e voluntárias. Além da fachada do edifício, as crocheteiras decoraram outros cinco pavimentos internos. Quem visita o prédio dificilmente sai de lá sem se encantar.

O escritório administrativo teve como referência o fundo do mar. Já o quarto ao lado é enfeitado de “beijos”. Na sala de aula, monstri-

nhos encapam as cadeiras ao espaço de acolhimento terapêutico inspirado no céu. As cores, texturas e desenhos protagonizam os ambientes.

Hoje, as crocheteiras conseguem, em média, uma renda de R\$ 2,8 mil (para cada costureira) graças aos trabalhos de crochê e bordado. Algumas fecham o mês com até R\$ 4,8 mil. No entanto, Lorraine explica que, fora do Proeza, esse valor é quase impossível.

“Com certeza, o que me ajuda mais é o Proeza. Porque lá fora está muito difícil vender. Ninguém dá valor. Aqui o crochê é valorizado”, explica. Tem cliente minha que não valoriza meu trabalho. Mas, quando eu falo que eu trabalho lá no Instituto Proeza, eu faço coisas para a Farm (grife de roupas femininas). Aí o pessoal parece que muda”, completou Lorraine.

Em 2020, pensando em tentar ajudar ainda mais as mulheres a conseguirem renda (o dinheiro), as linhas coloridas se transformam em diversos tênis. Uma parceria entre a instituição e a marca de sapatos Jorge Bischoff resultou em uma coleção de tênis personalizados. O dinheiro obtido com as vendas foi revertido para as artesãs. Este seria apenas o primeiro de outros projetos do Proeza com grandes marcas.

DO RECANTO PARA O MUNDO

O crochê como conhecemos hoje tem sua origem no século 16 e uma das teorias mais aceitas sobre o seu início mostra que começou na Arábia, no Oriente Médio, alcançando o mundo todo em razão das rotas comerciais do Mediterrâneo, tornando-se extremamente popular em tribos na América do Sul. A arte milenar mostrou uma nova perspectiva para as matriarcas do Recanto, e, hoje, são elas que viajam pelo mundo.

— Oi querida, estou em Paris! — me respondeu Katia Ferreira, da primeira vez que



O projeto ajuda mulheres em situação de vulnerabilidade através do crochê. / Foto: Instituto Proeza

tentei contactá-la para uma entrevista.

E há um ano, essa já é parte da rotina da fundadora do Proeza. A inauguração da sede do instituto chamou atenção mundo afora e outras propostas para a realização de projetos com crochê foram surgindo. A primeira, no ano passado, foi em Milão (Itália), para a loja de roupas brasileira Farm.

Durante três meses, todas as mulheres do Instituto se empenharam para fazer os crochês. Após isso, duas costureiras viajaram à Itália para realizar a montagem. As vitrines da Rinascente Milano Duomo, uma das galerias mais tradicionais de Milão, também foram revestidas com estampas exclusivas da marca, em forma de esculturas gigantes de crochê, em homenagem à natureza colorida do Brasil.

Márcia foi uma das escolhidas que viajou para o país europeu. Com os olhos marejados, lembrou que foi graças ao projeto social que um sonho antes impossível se tornou uma costura possível. “Foi demais. Viajar para fora era uma coisa que eu mesma não esperava nunca. Pensei que eu iria quem sabe aqui para perto, mas nunca imaginaria. Nós trabalhamos bastante, mas também nós andamos, conhecemos, turistamos, fomos em vários lugares e passeamos”, disse.

Em Roma, um painel de crochê, feito à mão por mulheres do Instituto Proeza, estampou a Marca Brasil — uma iniciativa da Embratur que leva cultura e diversidade brasileira à Europa — na fachada da embaixada e dá as boas-vindas aos visitantes.

Tantas viagens nem passariam pela cabeça de Katia há 20 anos. O Instituto Proeza nasceu em 2003 a partir do sonho da fundadora de “promover o protagonismo das mulheres e garantir que crianças e jovens tenham acesso a uma educação de qualidade e uma vida com mais oportunidades”. E, de fato, sonhos, esperança e autoconfiança tem de sobra no grupo de mulheres que se reúne todos os dias para crocheter.

“Aqui a gente faz coisas que não imaginávamos. Às vezes, a gente vê os projetos no papel e acha que é impossível”, me contou Eliziane Oliveira, de 52 anos, — mas que prefere ser chamada de Nega — também costureira da organização, com um sorriso no rosto.

“Não dá para explicar. Você vê seu trabalho na televisão, você vê uma foto do seu trabalho lá fora, é uma coisa muito boa. Gente, aquele é um pedacinho seu. É como se fosse um filho. O crochê representa quem eu sou também. É gratificante”, descreveu Nega.



O bolo do crochê representa a comemoração dos 20 anos do Instituto. / Foto: Gabriela Bernardes

Cores, texturas e desenhos protagonizam os ambientes do Instituto. / Foto: Gabriela Bernardes

REDE DE APOIO

Para a educadora social do projeto Ana Clara Bueno, o Proeza oferece para as alunas, além de melhoria financeira, a oportunidade de ter uma família. “É muito interessante ver que essas mulheres que antes não tinham emprego, viveram uma pandemia péssima não só na questão financeira, mas na emocional também”. Ela acredita que as participantes veem o projeto como um espaço não só para trabalho, mas também um lugar de terapia.

“Elas criam uma rede de apoio também, onde elas conhecem outras mulheres que vivem as mesmas coisas no dia a dia. Uma apoia a outra. Isso é muito bonito também”, disse.

Concordando com a educadora, Nega afirma:

— O que uma não sabe a outra ensina. O que falta para uma, a outra dá. Todo mundo acaba se ajudando.

Ana é prova da mudança que o Proeza traz para a comunidade da região. A mãe, Mariana Bueno veio do Peru com 14 anos de idade tentar a vida no Brasil. Casou-se e teve Ana Clara. Quando a menina tinha seis anos de idade, o pai faleceu e Mariana se viu, então, como mãe solo, sem uma rede de apoio concreta.

Bordadeira autodidata, Mariana conheceu Katia e se envolveu no projeto há mais de 16 anos. Hoje, dá aulas de bordado no instituto, ajudando mulheres que um dia estiveram na mesma situação que ela. Já a Ana cresceu nos corredores do Proeza, passou a estudar design de moda, se tornou estagiária do instituto, foi efetivada e hoje coordena os projetos de crochê e bordado.

“Os nossos projetos de crochê e bordado são voltados para criação de renda. Nosso intuito não é dar o curso e esperar algum retorno financeiro para nós, mas sim que elas recebam esse retorno financeiro na casa delas”, explica Ana.

A coordenadora de convivência do projeto,

Elizabeth Saraiva, faz parte do instituto desde 2018. De lá pra cá, já viu a vida de muitos mudar. Mas, ela garante que a mudança maior foi na vida dela.

“Nada como tê-las aqui. Nada como ver ela mudando de vida. Isso é importantíssimo para elas, para o crescimento. A gente já viu tantas mulheres aqui, que chegaram aqui de uma forma e hoje estão transformadas. São mulheres mais donas de si, têm autonomia, largaram relacionamentos abusivos. Às vezes, eu falo que penso que trabalho a gente tem um monte, é cansativo, é exaustivo, mas a mulher que eu me tornei podendo fazer algo por elas, é surreal. É muito gratificante conseguir dedicar um pouquinho do meu tempo para elas. Aqui a gente dá muito mais do que só crochê, a gente dá alguém para escutar, a gente dá começo”, disse.

MUITO MAIS DO QUE SÓ CROCHÊ

Para muito além das agulhas e linhas, o instituto oferece, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) do Distrito Federal, atendimento para cerca de 500 crianças e jovens de seis a 17 anos que realizam atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas. No espaço, os pequenos também recebem café da manhã, almoço e jantar.

Segundo o Instituto, o Serviço de Convivência e Fortalecimento De Vínculos (SCFV) é um serviço da Proteção Social Básica do Sistema Universal de Assistência Social (SUAS) que realiza atendimentos em grupos com atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas. É uma forma de intervenção social que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares, no intuito de fortalecer vínculos.

“Existe uma vida antes do Proeza e depois do Proeza. Eu sou pedagogo, a gente estuda

sempre pensando no mundo da escola, mas quando você entra para o serviço de convivência, cai por terra tudo, a gente percebe que a realidade é outra e é bem difícil. Aqui a gente trabalha com tudo muito individual, são 500 crianças, mas eu preciso entender a realidade de uma por uma, tentar ajudá-las”, explica o pedagogo da organização, Leandro Rocon.

Atualmente, o Instituto Proeza oferta diversas oficinas. Na “Escola como projeto de vida”, por exemplo, o foco é atuar no combate à evasão escolar no intuito de reduzir os índices de abandono.

Já no jornal comunitário (também feito por crianças), o intuito é resgatar histórias familiares, histórias do território para produção e divulgação de conteúdos nas mídias sociais, buscando estimular leituras e práticas de escrever textos, além de exposições e apresentações.

Além disso, as crianças também aprendem sobre culinária afetiva, para ampliar o contato sensorial com os alimentos, revisitando heranças culturais e familiares na alimentação das famílias.

UM FELIZ ANIVERSÁRIO

Em 2003, o Instituto Proeza completa 20 anos. São duas décadas de atividades e milhares de vidas impactadas. E a ideia, segundo Ana Clara, é atingir ainda mais pessoas. “O quanto a gente puder crescer, a gente quer. Estamos sempre buscando parceria, sempre buscando ampliar nossos trabalhos. O objetivo é que não tenha uma única mulher sem assistência perto da gente”, finaliza Ana Clara.

No segundo andar do Instituto, um bolo de três andares fará parte da celebração não só do aniversário do projeto, mas realiza o sonho das várias crianças acolhidas pelo Proeza que nunca nem sequer aprenderam a cantar parabéns. E a cobertura, como tudo que o Instituto representa, tem um sabor especial: crochê.

NOSTALGIA NO GAMA

O antigo Cine Itapuã traz ressonâncias de lembranças e mistura de sentimentos



Giovanna dos Santos

Ao recordar do Cine Itapuã, o líder comunitário Israel Carvalho, de 48 anos, morador do Gama, tem na memória um lugar marcante em vários sentidos: “Dei o meu primeiro beijo lá. Quando eu tinha 15 anos, estava passando um filme de lambada. Estava na moda. Aí levei uma namoradinha, a gente nunca tinha se beijado, daí aconteceu no cinema”.

O também líder comunitário Carlos Cesar Chaves, morador da quadra 4, recorda que o local era muito confortável. “Era um ponto de encontro porque tinha uma praça na frente, que na época da minha infância era chamada de Amarelinho. A gente se reunia lá sempre”.

O ator, diretor de teatro de bonecos Domingos “Dom” Rodrigo, de 44 anos, recorda que o primeiro filme que assistiu foi no Itapuã, “Xuxa e os Trapalhões”. “E meu irmão era quem fazia os cartazes enormes para anunciar os filmes e colava na parte de trás do prédio”, explica.

Já para o ator e roteirista Tistá Filintro, de 66 anos, as lembranças ainda estão vivas em detalhes. “Era maravilhoso porque, além de ser um ambiente antigo e com história, era bem grande, com uns 500 lugares. Tirando o Cine Brasília, não havia mais nenhum outro espaço como aquele”, destaca.

Ir ao Cine Itapuã era toda uma alegria. Os depoimentos saudosos dos gamenses que tiveram a oportunidade de vivenciar o espaço em seu auge mostram isso. Inaugurado em 28 de março de 1961, era o principal centro cultural do Gama e vanguarda do cinema candango. Mas para quem nunca foi, resta ouvir das gerações anteriores como era esse tal coração da cultura da cidade.

Como é o caso de Deborah Lohanny, 22 anos, que soube pela mãe que o Cine já foi uma opção de lazer interessante e que era um lugar de troca entre ela e os amigos. Não é de se espantar que Deborah nunca tenha ido ao Cine Itapuã, até porque ele foi interditado pouco depois de ela nascer.

Verdadeiro marco na memória afetiva da comunidade, o cinema passou até a ser utilizado também como espaço para o teatro e

a música, com palco e tudo. Tanto é que foi acrescentada a descrição “Centro Cultural” ao seu nome, abrangendo mais manifestações da arte. Em 2005, fechou as portas indefinidamente e nunca mais as abriu.

ROTEIRO DRAMÁTICO

Longe de terem sido repentinos, a deterioração e o abandono do Centro Cultural Cine Itapuã foram um processo complicado e desgastante, dado a uma série de questões. Dom Rodrigo, como membro ativo da cena cultural do Gama, relembra que a questão jurídica gerou abandono. Ele explica que o cine foi inaugurado a partir de uma iniciativa privada, e da ideia de um grupo de lojistas que comprou o terreno, construiu o prédio e, ao lado, foram criadas lojas, bares e restaurantes. “A parte central da construção toda é onde foi levantado o cinema”. Mas um problema financeiro dos comerciantes começou a transformar essa história em um filme dramático.

O terreno central foi doado ao GDF ainda na década de 1990, mas isso não impediu que os problemas de manutenção do espaço surgissem porque a carga patrimonial foi oficializada somente em 2012, sete anos depois que o Cine pôde dar seu último suspiro.

Funcionar como um espaço público, mas ser registrado como propriedade privada juntamente com os outros estabelecimentos ao redor, era o que atrasava a doação do lote e, posteriormente, a oficialização do patrimônio.

No início dos anos 2000, a transferência da gestão do espaço foi para a pasta de gerência de cultura da Administração do Gama. É aí que começa a segunda fase de abandono, pois a instituição não tinha verba suficiente para as reformas e a manutenção que um ambiente como o Cine Itapuã demandava.

Quando uma chuva forte abriu um buraco em cima do palco de madeira, a situação tornou-se irremediável. Janelas quebradas, parede descascando, fiação solta, mofo e pixação na área externa foram, aos poucos, aparecendo para compor o triste visual do que antes foi

o segundo maior cinema de rua de Brasília.

O Centro Cultural Cine Itapuã está fechado e precisando de revitalização há 18 anos. Ainda há pessoas lutando para reviver o lugar que parece ter sido fadado ao esquecimento. E um dos principais nomes por trás dessa luta é a advogada Josânia Castro Barbosa.

Ela é presidente da Comissão de Cultura da OAB do Gama e Santa Maria. Há quatro anos, montou um grupo de trabalho com membros da Comissão, do Conselho Regional de Cultura do Gama e algumas pessoas da comunidade da cidade, para entender como a situação do Cine podia sair do lugar, depois de anos de reformas pequenas paralisadas devido

77



Placa do Centro Cultural Cine Itapuã, no Gama.
Foto: Giovanna dos Santos



Cineasta gamense Tistá Filintro na oficina de cinema dentro do Centro Cultural Cine Itapuã. Foto: Arquivo Pessoal Tistá Filintro

a projetos inadequados.

O problema é que somente o lote central do Cine Itapuã foi doado ao GDF, enquanto os demais lotes ao redor seguiam registrados, mas pertenciam a comerciantes que, ao longo dos anos, foram passando suas posses adiante. Sendo assim, o desmembramento total do terreno era a prioridade.

“Não dá para investir dinheiro público em algo que é particular. Então essa proposta de desmembramento foi apresentada para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF (SEDUH), e está caminhando aos poucos. É um longo processo”, informa a advogada.

Outro obstáculo que o grupo de trabalho de Josânia buscava superar dizia respeito à falta de verba para investir nas reformas. Para tal, era necessário tirar o Itapuã da pasta da Administração e passá-la a uma instituição que tivesse condições de arcar com os custos.

E foi com esse objetivo que, após mais audiências com deputados e com Bartholomeu Rodrigues, secretário de cultura do DF na época, finalmente foram bem sucedidos em passar o caso do Cine para a pasta da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do DF (Secec), em 2021.

“O próximo passo era apresentar um novo projeto de revitalização para a Secec, porque o que já existia era antigo e não mais serviria no contexto cultural do Gama hoje”, contou Josânia.

Na tentativa de direcionar mais verba para as reformas do Cine Itapuã, atualmente a presidente da Comissão de Cultura da OAB

Gama busca inseri-lo nas competências da Lei Paulo Gustavo (2022).

Por mais que a LPG confere ações emergenciais destinadas a atividades e produtos culturais que foram afetados pela pandemia da Covid-19, Josânia crê que uma linha no edital de execução dessa lei seria possível para o cinema de rua do Gama, já que ela abrange a questão de patrimônios materiais e imateriais do Brasil. A Secretaria de Cultura não respondeu às perguntas da reportagem.

No meio de toda essa jornada burocrática, Josânia clama pela mobilização dos gamenses. E teme, assim como vários outros ativistas da cena cultural da cidade, que as novas gerações não tomem nenhum partido na luta em prol do Centro Cultural Cine Itapuã, justamente por não carregarem consigo a memória afetiva que o lugar representa.

“A reforma vai acontecer se houver mobilização por parte de nós, moradores. Essas coisas só andam quando a sociedade civil se organiza e pressiona. Não adianta todo esse esforço jurídico se o cidadão não cobra.”

SEM OPÇÃO

Aliás, quem mora no Gama, a 30 km de Brasília, lamenta a falta de opções culturais. “Gosto muito de frequentar feiras e shopping centers. Como sou muito ligada à moda, procuro estar sempre de olho nas tendências. Então o shopping é uma área de lazer para mim”, afirma Deborah Lohanny, 22 anos, mediadora cultural. “Geralmente vou ao Park Shopping ou ao Shopping Sul, que fica em Valparaíso. Mas o cinema mais perto de onde eu moro é o que fica no shopping de Santa Maria, meio antigo.”

Deborah mora no Gama. E lá não há nenhuma sala de cinema sequer. No local, há indícios de que a sétima arte já passou por lá. Mas só as gerações mais antigas da cidade conseguem puxar do fundo da memória que houve um momento em que se pôde desfrutar dela perto de casa. Não é o caso de Deborah.

FALTA DE ESPAÇO

Os moradores da região lamentam a situação. No único shopping do Gama, não há espaço cultural, conforme constata o líder comunitário Carlos Cesar Chaves, 54 anos. Já o presidente do Conselho Regional de Cultura do Gama (CRCG), Jairo Mendonça, 50 anos, conta que o lugar nem devia ser considerado um shopping.

“Não tem isolamento acústico nenhum. A sala que já comportou um cinema há alguns anos atrás, hoje é o Na Hora. Para a gente ter cinema lá novamente teria que ter outra estrutura.”

CINEMA SEM RUA

Ir ao cinema é um evento especial e que se torna responsável por memórias. “Quando se está em uma sala de cinema, assistimos ao filme em um espaço que é propício para uma exibição. Na TV, celular ou computador você não necessariamente vai receber aquele conteúdo da forma que ele foi feito para ser recebido”, explica a diretora de arte Maíra Carvalho, que também é pesquisadora na área.

Ela explica que o cinema de rua viabiliza esse espaço com maior liberdade. Um local mais democrático e acessível. Maíra Carvalho contextualiza que esse local público enriquece a cena cultural de uma cidade e contribui para a formação da identidade da comunidade. “Além do propósito comercial, também tem um propósito marcante de formação”, explica a cineasta.

Maíra Carvalho frisa que o cinema é uma experiência coletiva: “Você está cercado de pessoas conhecidas e desconhecidas recebendo aquela obra ao mesmo tempo e lugar que você. Não tem como a reação delas não influenciar a sua”.

Inclusive, a pesquisadora rememora que a sua vivência na profissão começou em salas de cinema de rua, assim como comumente acontece com muitos cineastas. Oficinas e cursos são ministrados, talentos são explorados, empregos são gerados. Festivais cinematográficos e mostras de filmes tradicionais ganham palco, a economia criativa passa a circular; abre-se a gama de possibilidades para a sétima arte.

CINEMAS FANTASMAS

Não é de hoje que os cinemas de rua entraram em decadência nas grandes cidades. Na década de 1950, a urbanização e mudanças de padrões de consumo já começavam a abalar a realidade dessa instituição. Como resultado, muitos se extinguíram, foram transformados em igrejas (como o Cine Atlântida do CONIC), ou, como última tentativa de permanecer de portas abertas, tornaram-se cinema pornô (como o Cine Paranoá de Taguatinga). O Cine Brasília é uma exceção e está na Asa Sul.

O que muita gente não sabe é que o Cine Itapuã foi, por 44 anos, o segundo maior cinema de rua inaugurado na capital, pouco após o Cine Brasília. Hoje, seu esqueleto sem vida permanece de pé como uma recordação distante.

A CULTURA SE REINVENTA

Dom Rodrigo morou toda a vida no Gama. Ele conta que a cultura da cidade já teve várias fases desde o seu surgimento, em 1960. Devido ao local ainda simples e recente, nas décadas de 1970 e 80 predominaram os eventos comunitários de música e dança, que os gamenses organizavam por conta própria. Caixas de som eram posicionadas no centro das praças e a comunidade se juntava para se divertir.

Um momento de grande efervescência

cultural na região se deu com a popularização das quadrilhas de festa junina. O Gama era referência das festas de São João. E ocasionalmente, os gêneros rock e pop rock foram popularizando-se também. Tanto que o Gama é, até hoje, chamado por alguns brasilienses de “capital do rock”.

Dom Rodrigo recorda de um show que compareceu do Capital Inicial em um ginásio no Gama, após a longa pausa na carreira da banda. Ele conta que o grupo se emocionou ao retornar à cidade que marcou sua trajetória musical no DF, e o vocalista surpreendeu a plateia ao mostrar a contracapa de um disco antigo deles, que continha uma imagem do Capital Inicial se apresentando no Coreto, antiga praça do Cine Itapuã. O espaço também já foi palco para o Legião Urbana e a Orquestra Sinfônica de Brasília.

Grandes cineastas deixaram suas respectivas contribuições no Gama, principalmente no fim dos anos 1980, 1990 e início dos anos 2000. Afonso Brazza é o primeiro nome que os moradores mencionam quando falam do assunto. O ator e diretor piauiense, que teve uma infância bastante difícil nessa zona periférica, dada à migração para o DF com os pais, iniciou a carreira cinematográfica em São Paulo. Entretanto, a desenvolveu plenamente em Brasília. Todos os filmes de Brazza tiveram seus cartazes estampados no Cine Itapuã, dentre eles, Fuga Sem Destino, Tortura Selvagem e Inferno no Gama.

Outro artista que foi intensamente influenciado por Brazza e realizou muitas oficinas de cinema no Itapuã é Tistá Filintro. “Conheci Afonso em São Paulo e ele me convidou para participar de alguns projetos dele no Gama”, conta o cineasta. Para Tistá, além do aspecto de lazer, é interessante que o cinema faça uso do poder que possui de ser um portal de informação, para transmitir mensagens construtivas ao público.

Desde então, esse campo das artes cênicas passou por maus bocados na região e hoje deixa saudades. Mas a cultura resiste às adversidades, se adapta e se reinventa a todo o instante. Agora os holofotes da cidade miram majoritariamente na arte do teatro.

Há tempos que o Gama carrega a tradição do teatro escola, cuja missão é levar peças teatrais para estudantes, se a estrutura da instituição de ensino for capaz de comportar os artistas, ou levar os próprios estudantes até os locais dos espetáculos. O próprio Cine Itapuã já foi muito utilizado para receber excursões escolares.

Companhias particulares de teatro foram se erguendo pela cidade desde o início do século XXI. A Cia Lábios da Lua, Cia Semente, Cia Voar Teatro de Bonecos e a Cia Cidade dos Bonecos são algumas das principais delas. Dom Rodrigo é fundador desta última, que oferece oficinas de produção de bonecos e de atuação com os fantoches, além das peças seguindo essa linguagem do teatro. O objetivo primeiro da Cia é divulgar a linguagem teatral de bonecos e utilizá-la como elemento de formação de alunos e professores.

“Descobrimos que o interesse pelo teatro de bonecos é independente da classe social. Temos o viés de atender escolas públicas pobres com alunos que nunca assistiram teatro, mas ao mesmo tempo os moradores de Santa Maria, que é uma região de PIB maior que do Gama costumam, querer vir sempre assistir”, informa o artista.

“Sem falar que o próprio perfil de renda do morador do Gama também mudou muito nos últimos 20 anos, por causa do boom imobiliário que aconteceu aqui, e isso afetou positivamente o mercado cultural. O Gama deixou de ser uma cidade dormitório. As pessoas estão tendo mais oportunidades aqui e não necessariamente buscam mais trabalhar no Plano Piloto”.



Dom Rodrigo na oficina de fabricação de bonecos na Cia Cidade de Bonecos, no Gama. Foto: Giovanna dos Santos

GRAFITE COLORE AS PERIFERIAS DA CAPITAL

Spray, inspiração e sonhos são os ingredientes de artistas que nasceram fora do Plano Piloto



Alexya Lemos

A fachada branca de uma casa. De repente, surge um rascunho. Linhas aleatórias que, com o talento da artista, se transformam num desenho que ocupa todo o mural. Então, vêm as cores e sobe o cheiro de tinta spray. Enquanto ela grafita, o filho de quatro anos segura na parte de trás de sua blusa, quieto e observador.

Azul, rosa, amarelo, roxo, verde e muitas outras cores preenchem a parede. A artista se afasta um pouco, olha novamente de outro ângulo. O pequeno se ocupou com uns biscoitos, que fez questão de dividir com a mãe, e depois foi chutar uma bola na ruela próxima.

Ela pega a lata de azul escuro e faz o contorno final por toda a obra. Depois de duas horas trabalhando, com pequenas pausas para brincar e conversar com o filho, ela recolhe as latas e contempla pela primeira vez, junto com o público da rua que parou para observar a arte ao vivo, mais uma obra sua completa.

Raissa Miah, 34, é grafiteira e mãe solo de dois meninos, um de 16 e outro de 4 anos. Ela iniciou sua carreira no break dance, um dos quatro pilares da cultura hip hop, e, aos 16 anos, se aprofundou nesse meio e conheceu o grafite. Hoje, formada em jornalismo e baseada no Mercado Sul, em Taguatinga, ela produz e assessora eventos de grafite e outras artes culturais marginalizadas, além de grafitar.

Miah foi uma das nove mulheres finalistas de um projeto de valorização do grafite promovido pelo Governo do Distrito Federal para pintar as 28 paradas da W3 Norte. Com a atriz Dulcina de Moraes como inspiração, ela pintou uma das paradas e recebeu um apoio de R\$ 1500,00 da Secretaria de Cultura e Economia Criativa (Seccec).

“A gente depende muito das políticas públicas para conseguir se manter profissionalmente, pra gente conseguir dar base e continuar oferecendo a nossa arte publicamente, porque exige muita dedicação e investimento”, afirma Miah.

RECURSOS

O maior patrocinador da cultura popular

no DF é o Fundo de Apoio à Cultura (FAC) que, por meio de editais, destina recursos para a arte urbana, como grafite, batalhas de rimas, slams e oficinas de capacitação. Entre 2020 e 2021, os editais FAC Brasília Multicultural I reservaram R\$ 1,5 milhão para essa linha de linguagem artística. A quantia foi dividida entre diversos artistas da capital, totalizando uma média de R\$ 1,5 mil para cada. A maioria dos recursos do Fundo vem de 0,3% da receita corrente líquida do Governo Distrito Federal.

Duas vezes por ano, são abertos os editais “Brasília Multicultural”. Em 2023, o primeiro edital ofertou R\$ 30 milhões para serem divididos entre pelo menos 265 projetos de 24 linguagens artísticas. Os projetos contemplados e os valores disponibilizados pelo governo variam de acordo com as especificidades de cada trabalho e do valor pedido pelo artista. Para se candidatar, é necessário ter registro válido no Cadastro de Entes e Agentes Culturais do Distrito Federal (CEAC).



Miah e seu filho. Foto: Alexya Lemos

Em entrevista ao **Esquina**, com o filho no colo, Miah afirma que os editais servem como impulso para os artistas. “Então funciona como um impulsionamento. Financeiramente pra gente investir na nossa carreira e funciona como uma visibilidade melhor para o nosso trabalho.”

“A gente como artista urbano tem a garantia que vamos ter editais para que, se nosso portfólio estiver adequado, a gente vai passar nesses editais e a gente vai ter aquela renda.”

Atualmente, Miah se inspira no lúdico da infância para fazer seus grafites. Baseada na própria infância e acompanhando o dia a dia de seu filho mais novo, ela busca trazer uma mensagem de esperança para mães, trabalhadores e jovens não desistirem de seus sonhos. “A infância é a maior riqueza em questão de criatividade. O mundo é muito duro e a arte e a infância deixam as coisas mais leves.”

Hoje, seu maior objetivo é tornar seu grafite um trabalho rentável para poder se dedicar de forma exclusiva à arte.

EXPRESSÃO ESPONTÂNEA

Segundo a professora de arte Julia Maas, o grafite é uma maneira de ocupar os espaços e romper com a cidade. “Quando o grafite vem com as cores, com expressões individuais únicas, mostra que tem gente ali, não é só uma cidade de pedra inabitada.”

Por ser uma forma de expressão espontânea da comunidade local, o grafite materializa a vivência das pessoas na cidade. Mas a professora explica que, na área acadêmica, existe sim diferença entre pichação e grafite.

“O picho ainda não é considerado uma expressão artística, tem uma espécie de ruptura na aceitação dessas duas linguagens. A pichação é crime e de um tempo para cá, conseguiu-se mudar a ideia de que o grafite era criminoso. O picho está muito reservado ao universo periférico e subversivo, o grafite já conseguiu a aceitação cultural.”

IMPACTO

A maioria dos artistas não conta com o apoio do governo, e sim com trabalhos encomendados pelo setor privado ou até mesmo apenas pela bondade e autorização de pessoas sobre muros e paredes de suas próprias casas e comércios.

Este é o caso do artista conhecido como Caburé (Rodolfo). Tem 30 anos e é originário de Taguatinga, região administrativa do DF. Ele pediu autorização para um casal dono de um bar na localidade para pintar em uma parede disponível. Com algumas latas de tinta, uma escadinha cambaleante e uma ideia na cabeça, Caburé passou duas horas grafitando a pequena e acabada parede, em completo silêncio.

Curiosos, tanto os donos como as pessoas que passavam pela rua paravam para ver a arte sendo realizada, e o sorriso que abriam era visível. “A mensagem que eu busco passar é tentar melhorar o dia a dia das pessoas. Minha arte é bem colorida, eu procuro usar várias cores assim pra dar um destaque, ser bem chamativo e pra alegrar também as pessoas”, afirma Caburé.

Vendedor, freelancer e até soldado do exército. O artista trabalhou em empregos variados até descobrir o grafite, algo que realmente o completava. “Quando eu descobri o grafite, foi um momento que parecia que eu estava em um processo de meditação. Quando eu estou pintando, o tempo para. Não sinto cansaço, não sinto fome. Vi que era isso que eu queria pra minha vida”.

“O grafite me mostrou muitas coisas. Me fez aprender muito porque é uma arte de rua. Todos os dias você está ali na rua, sempre passa alguém que solta um comentário e te ensina uma coisa. É um aprendizado diário. Todo dia o grafite muda um pouco a minha vida.”

Caburé recorda que, quando criança, já gostava muito de desenhar e inclusive participou de aulas mais aprofundadas de arte na escola. “Quando estava na quarta série, eu participei de uma aula no colégio público na parte da tarde pra quem sabia desenhar. Então lá eu aprendi muito do que eu sei hoje sobre técnica de arte.”



Caburé grafitando. Foto: Alexya Lemos

Caburé já grafitou em Samambaia, Sobradinho, Brazlândia, Ceilândia, Águas Claras e, mais recentemente, na Asa Sul. Apesar de trabalhar sozinho nos projetos desde que começou a grafitar profissionalmente, seis anos atrás, ele faz parcerias com outros artistas brasileiros, de quem tira inspiração. “Minha maior inspiração hoje em dia são meus amigos da arte, artistas também, que sempre estão comigo e me inspiram demais, porque sempre que a gente está junto, dá aquele gás a mais para grafitar”.

Para o **Esquina**, ele contou que amigos como o Neew Art (Caio) e o Omik (Mikael), também grafiteiros e reconhecidos na capital, são suas principais inspirações.

AS INSPIRAÇÕES

Neew, que é do Guará, começou a desenhar quando criança, inspirado por desenhos animados americanos e animes, mas sempre sonhou em ser jogador de futebol. Com 18

anos, cursou até o sexto semestre de direito com bolsa para jogar futebol. Treinou muito, morou em outros estados, fez testes, mas a carreira com a bola não aconteceu. Com os desenhos sempre como hobby e brincando de grafitar aos finais de semana, ele trabalhou em diversos empregos, de vendedor em shopping até professor de escolinha de futebol para crianças.

Neew já sabia que queria seguir com a arte, mas tinha medo do que poderia acontecer. “Quando eu comecei lá atrás, era horrível porque assim, você pegava o spray, era tipo assim um pixador, era algo ruim. As pessoas não viam isso como algo bom né? E meus pais não queriam isso de jeito nenhum.”

O que o fez superar seus medos, da reação da família e se aquilo realmente renderia frutos, foi uma oficina na Estrutural e na Samambaia. Duas semanas de imersão completa respirando grafite dia e noite trouxeram a certeza de que ele precisava. “Aí, eu joguei tudo pra cima e na sexta-feira mesmo eu saí de tudo



Omik no ateliê. Foto: Alexya Lemos

e na segunda já estava trabalhando como artista”.

“[Quando eu saí] não tinha nada, não tinha cliente, não tinha nada. Eu fui montando aos poucos o ateliê que ficava no meu quarto mesmo e aí eu acho que começou a aparecer gente. Os amigos também indicavam muito.”

ARTE COMO CARREIRA

Omik desde os seis anos gostava de desenhos e começou reproduzindo os personagens da Turma da Mônica. Mais velho, ele começou o curso de arquitetura, mas também não finalizou. Trabalhava em uma construtora quando decidiu que queria viver de arte, de uma maneira inesperada.

“A partir do momento que eu conheci o grafite, sempre de observar nas ruas, morar na Ceilândia e tinha muito contato com o trabalho da Ceilândia... aí eu via bastante isso nas ruas, né? E eu tinha muita vontade de fazer, porém eu nunca pude ter isso. Até que uma vez eu vi um cara pintando, eu estava passando de ônibus, puxei a cordinha e desci só pra ficar olhando ele pintar de longe. Sem falar nada. Durante o trajeto para casa eu fiquei pensando nisso: caramba, eu quero muito fazer isso. E foi onde eu decidi, foi o intervalo de ir pra casa que aconteceram as coisas na minha cabeça”, relembra Omik.

Os pais de Omik nunca puderam presenciar a versão artista do filho, mas ele tem certeza de que apoiariam e estariam orgulhosos. “Quando meus pais eram vivos, eles sempre me apoiaram em tudo porque também era como se eu fosse um filho que eles nunca tiveram algum problema. Eles nunca me delimi-

taram a nenhuma profissão. Mas eles sabiam que, o que eu escolher, eu teria esse apoio”

Ele considera o universo artístico muito difícil. “É uma coisa muito oscilante. É pior que a bolsa de valores. Então uma hora você tá lá em cima, outra hora você tá embaixo. Então você não tem uma segurança, é uma montanha russa constante.”

VERSATILIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO

Hoje em dia, tanto Neew quanto Omik trabalham não apenas com grafite, mas com dimensões mais amplas da arte. Seus desenhos foram para murais dentro de escritórios corporativos, mochilas, garrafas, skates, tênis, arte digital, quadros com tinta a óleo e para muito além das fronteiras nacionais. Eles se adaptaram a diversas superfícies e hoje fazem arte sob encomenda para pessoas físicas e até grandes empresas.

Ambos começaram a pintar onde moravam, mas, com o tempo, oportunidades de grafitar cada vez mais longe foram aparecendo. “Eu sempre morei no Guará. No começo, eu pintava muito lá, até porque eu nem tinha muito acesso a pintar em outros lugares, porque tinha que pegar um ônibus pra mais longe, mas aí acabou que também foi surgindo natural”, conta Neew. Junto de amigos também grafiteiros, ele também pintou na Argentina em diversas localidades da capital.

Já Omik viajou o mundo com Onika, sua personagem principal. Com trabalhos espalhados por todo DF, como Ceilândia, Águas Claras, Guará e Lago Sul, o artista já visitou países

como França, Portugal, Espanha, Reino Unido, Alemanha e quase toda a América Latina.

“O trabalho me deu essa oportunidade porque era algo que eu não imaginava: que era possível viver disso”. E, no final, deixar a sua marca e inspirar as pessoas são os incentivos desses artistas que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas na carreira, como falta de reconhecimento, oscilação de oportunidades e salários, além dos perigos de se trabalhar na rua, se completam ao deixar mensagens positivas para a população.

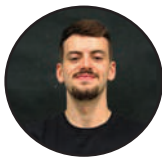
“Acho que [a mensagem] é tentar mostrar sempre que é possível, acreditar nos seus sonhos e lutar por isso. Porque eu vejo muitas pessoas hoje desistindo, não vão em busca do que quer por medo ou pelo que as pessoas vão falar. E isso acontece no nosso trabalho o tempo inteiro”, afirma Neew.

Omik contou ao **Esquina** como sua arte, a partir do momento que estava na rua, não era mais sua, e sim das pessoas, que a interpretam de acordo com suas próprias vivências. “Eu pintei uma personagem na W3 sul e uma mãe me mandou um email contando a história sobre como ela passava em frente da obra com o filho dela pra deixar na escola”.

Ele explica que a criança puxava a roupa dela e apontava para algo. A mãe achava que ele estava falando sobre o céu. Depois de fazer isso a semana toda, conforme a mensagem, na sexta-feira, o menino puxou a roupa da mãe de novo. O garoto abriu a mochilinha, pegou o caderno e tentou reproduzir o desenho que estava vendo. “Ela me disse que ele se identificou com o fato da personagem não ter boca. O garoto era mudo.”

O GRAFITE DO ASTRO

O ceilandense, que foi condenado a mais de 10 anos de cadeia, vive hoje da arte



Lucas de Castro



Carlos Astro no muro na Ceilândia homenagem Foto: Arquivo pessoal

Referências do grafite nacional, o artista visual Carlos Astro já foi preso por tráfico de drogas, superou dificuldades e teve uma reviravolta na vida. Nascido na Ceilândia, a maior cidade do Distrito Federal, diz que as dificuldades forjaram o artista que ele é. “Nas ruas, eu me tornei quem eu sou”, afirma.

Ele lamenta que o envolvimento com o mundo da criminalidade, de gangues e das drogas prejudicou o talento que ele guardava. Cocaínas, skank, pó, maconha, tudo aquilo passou pela vida do grafiteiro. Em família, ele diz que chegou a ser rejeitado pelo pai por quatro anos.

Astro é o terceiro dos quatro filhos. Na infância, ele recorda que tinha apenas um par de tênis para ir à escola. A rua ensinou para ele valores como integridade e inteligência, que o moldaram como homem.

A MÃE

A mãe dele, Marilene dos Santos, precisou enfrentar sozinha a vida. As dificuldades da época, especialmente no contexto de ser mãe solo em uma sociedade machista, fizeram com que os filhos mais velhos assumissem as responsabilidades da criação dos mais novos.

O filho explica que ela lutou diariamente por sua sobrevivência, trabalhando duro como garçom em bares até o sol nascer, em plena madrugada. A história da mãe constituiu-se inspiração para o rapaz.

Astro nasceu prematuro em um hospital público. Na verdade, Carlos Washington Chagas Corrêa. Envolto em orações e na esperança de sair logo da UTI, o bebê seria reconhecido pelo pai apenas quatro anos depois. “Guardo com carinho as memórias das brincadeiras infantis”.

“O respeito pelo meu pai sempre existiu e sempre vai existir”, contou Carlos. As memórias de um pai festeiro, com bebidas, sempre estiveram presentes, entre brincadeiras no meio das músicas altas que aconteciam durante essas festas e os copos de chopp quebrados nas constantes brigas entre pais e filhos.

“Foi numa aula de geografia, enquanto estávamos estudando sistema solar, que eu escolhi o nome que me acompanharia pro resto da minha vida e me colocaria nos centro das atenções: Astro”.

Uma estrela surgia em meio à quebrada da M Norte no ano de 1986. Um nome que marcaria muros da Ceilândia. Com uma boina feita nas ruas da quebrada e com o dinheiro dado pelos pais, no lugar de comprar roupas e brinquedos, Carlos comprou uma lata de tinta spray que ganharia espaço na sua vida.

Foi morando na expansão do setor O, ainda na Ceilândia, que Astro percebeu a mudança de falar, pensar e se vestir. “A expansão é uma verdadeira escola para a vida, onde quem reprova tem somente flores e lágrimas de despedidas”, relembra.

Era também nesse local que as primeiras experiências com drogas, revólver e delegacias vinham acontecendo. O jovem periférico escutava dos mais velhos que era necessário sempre ir atrás dos seus sonhos.

INÍCIO DA ARTE

Com um grupo formado por amigos da escola, Astro deu início a essa fase de vandalismo nas ruas da Ceilândia. Inicialmente tudo se passava como uma verdadeira brincadeira, mas que mudaria a história desses jovens para sempre.

Espalhando a marca KMS-CW por aí, o grupo começou a pichar na escola e até dentro da sala de aula. De grupo em grupo, como G.S.N (Grafiteiros Sanguinários Noturnos) e os Sem Leis, Astro foi se consolidando no mundo dos pichadores da Ceilândia, que saíam a pé para deixar marcas em outras da capital do Brasil.

É claro que nem tudo seria a favor dos grupos de pichação. Os garotos rebeldes, em suas saídas, enfrentavam pessoas que eram contra a pichação e tentavam manter a limpeza das ruas, apelidados de “heróis” das ruas. Neste dia de angústia, um homem armado começou a correr atrás destes jovens pichadores nas ruas de Taguatinga. Em uma busca incessante por justiça, a perseguição de

dentro da caminhonete acontecia. “Ele parecia um louco, determinado a nos capturar”, disse Astro.

Eles só pensavam em fugir. E conseguiram. “A polícia entrevistava, mas não como hoje em dia”. As sirenes que ecoavam na busca para inibir esses jovens. “É difícil ser sobrevivente onde a violência reina com toda tranquilidade do mundo”, afirma Astro.

SISTEMA CARCERÁRIO

Até que no dia 16 de setembro de 2006, uma sexta-feira, pronto para curtir mais um final de semana com os amigos — do jeito que ele mais gostava — tudo desandou. O olhar vago de lembranças daquele dia perpetua em sua memória até hoje, quando foi preso. Astro não consegue se esquecer, também, do dia de sua condenação por tráfico de drogas, com uma pena de 10 anos e sete meses de reclusão.

“Se você sair de lá (presídio) e não tiver um amparo psicológico bem forte, você não cresce”. Os incansáveis dias atrás das grades fizeram Carlos Astro refletir sobre tudo aquilo o que estava acontecendo em sua vida, em especial, aqueles que iriam vê-lo naquela situação, aguardando ansiosamente a sua saída.

REAÇÃO DOS PARENTES

“Receber aquela notícia de que ele tinha sido preso foi um choque muito grande para nós, ficamos perplexos e devastados, porque sabíamos que isso não era algo muito bom na vida dele”, disse Paula Fabiana, irmã de Carlos Astro.

A reação de proteção logo foi imediata. Toda a família se mobilizou para dar apoio enquanto ele estivesse preso. Não abandoná-lo nas visitas, dar suporte financeiro como o pagamento de um advogado, foram algumas das muitas formas que encontraram de mostrar que estavam junto a ele, independente da situação.

Com a irmã caçula à frente da situação, a relação entre os dois se tornou algo muito forte. Carne e unha. Algo que perpetua até hoje. A emoção na fala, que a deixa trêmula, a lembrança das terríveis visitas a papuda perduram até hoje.

“O ambiente é extremamente pesado e a polícia não é nada amigável, o tempo todo te revista”, diz Paula Fabiana, que guarda ainda nas lembranças a primeira visita feita, e a ansiedade em rever o Astro, agora preso. A pessoa em que tanto ama e enfim, poder abraçar, dizer que ama, conversar e saber como está, confortava cada dia mais o coração dela e dele.

A mudança dentro da família foi grande com os acontecimentos. As retaliações de quem vê tudo isso de fora foram poucas, ainda mais morando em um local em que a criminalidade e a violência se fazem presentes no cotidiano.

APRENDIZADO

O cumprimento da pena foi mais que aprendizado na vida de Carlos Astro. Os quatro anos de regime fechado e um ano no provisório na Penitenciária da Papuda fizeram com que ele perdesse momentos importantes com a família. Além disso, passou mais de dois anos em regime semi-aberto.

Onze anos se passaram até enfim a pena do crime de tráfico de drogas se encerrar. Os dias de angústia dentro do presídio lotado, com outras pessoas que cometeram crimes dividindo a mesma cela de média de 9 metros quadrados, passaram.

Desde então, Carlos Washington decidiu mudar de vida completamente, o então conhecido Astro idealizou o projeto “1 Vida 2 Mundos (1V2M)”. “Com o grafite comercial, eu saí do mundo do crime, das drogas e da morte”.

O agora grafiteiro Carlos Astro tomava a decisão de seguir a arte de rua, em especial na Ceilândia, que guarda no coração com tanto carinho. “Ceilândia é uma galeria a céu aberto. É você dar uma volta na sua cidade e conseguir ver cor em todos os lados. É bom ver um pouco de beleza. Acho que o grafite traz isso”, disse.

O projeto, que visa atender a comunidade e tirar jovens do mundo do crime através da arte, conta com outros grafiteiros. Juntos, os artistas realizam pinturas por toda a Ceilândia, em especial nas regiões da Caixa D'Água, Feira Central, no tradicional dominó do centro, comércios, bares e a emblemática Casa do Cantador. Cartões postais levam a marca do grupo e a história de quem venceu, através da lata de tinta, a vida.

Kelton Besty, parceiro de Astro há mais de 30 anos, guarda na memória como foi o início do projeto, e as dificuldades para segurar a barra de quando seu amigo foi preso. “Pro grupo não morrer, eu coloquei outros amigos no grupo, e continuamos mesmo com ele atrás das grades”, relembra.

“Hoje somos ouvidos, estamos na área da cultura. Fomos sempre unidos, resgatando alguém na rua, que teve a porta fechada, abrindo uma outra para arte e para vida (...) A entrada do grafite nas nossas vidas foi uma bênção, o movimento hip hop é algo importante no nosso processo de formação para quem somos hoje”.

Kelton Besty explica que o grupo consegue hoje viver da arte “e principalmente ser feliz. Se não fosse o Grafite, nem estaríamos aqui hoje”, disse Kelton Besty.

Atualmente, o grupo conta com 5 artistas. “Temos um lema que é ‘Maisqintanaparedemuitomais’. Além da parte visual da arte, desenvolvemos a parte de Exposição, Workshop, TalkShow, Graffiti/Pinturas em telas, Aerografia e tattoo”, explicou. Além disso, o grupo realiza palestras com o título: Quem está no risco, corre o risco.

A ASCENSÃO DO TRAVIS

Artista plástico periférico do DF carrega influências da comunidade em obras que rodam o mundo



Gabriel Rosa



Jorge realizando uma pintura de forma manual. Foto: Arquivo pessoal

A infância de Jorge, hoje conhecido como Travis Bombart, foi “difícil”. Apesar de não lembrar ter passado fome, também não teve acesso a privilégios na primeira fase da vida. Natural de Brasília, ele já morou em Santa Maria, Ceilândia, Samambaia e Taguatinga. Teve uma infância tranquila onde brincou nas ruas e nas escolas públicas em que estudou.

Desde pequeno, Jorge se sentia diferente dos outros. Nunca sentiu identificação com as profissões mais comuns. Aos poucos, ele cresceu e se descobriu, até que um dia percebeu que o objetivo era trabalhar com a arte.

Primeiramente, com 17 anos, viu na música um meio de mudar de vida, tocava bateria e chegou até a participar de bandas, mas a “falta de coordenação motora” acabou atrapalhando o então adolescente a prosperar por meio da arte musical.

Jorge buscou acumular novas experiências. Ele grafitou em alguns pontos de Brasília, venceu algumas batalhas de MC ‘s, e deu seus primeiros passos nas artes plásticas, pintando alguns quadros primeiramente como forma de distração.

Primeiro, veio a música. Depois, o grafite. As artes plásticas tomaram forma. A inspiração de @travisbombart (nome artístico de Jorge) surgiu do que via na periferia, a trajetória na escola, entre amigos e nas ruas. Ele ressaltava que o apoio dos pais e a liberdade de escolha foram cruciais para batalhar ainda mais por seus sonhos.

CRIADOR DE BATALHA

Jorge estava presente na cena da arte desde a infância, e conseguiu perceber que Brasília, apesar de ser a capital do Brasil, carecia e ainda carece de ambientes favoráveis ao fortalecimento da cultura da arte e do hip-hop. Por já ter tido contato com o freestyle, identificou uma falta de locais propícios à manifestação cultural, criou e consolidou uma das maiores batalhas de MC ‘s da capital, chamada Calango Pensante.

Essa batalha ocorria entre uma ou até duas

vezes por semana, e movimentavam entre 500 até 1,5 mil pessoas por batalha, e ficou bem conhecida na cena do rap e da música local. Neste projeto passaram revelações da cena de Brasília, artistas conhecidos, tais como Froid, Sid, e Jean Tassy, Menestrel e Marinho.

Marinho, aliás, é um rapper, produtor cultural e artista que já ganhou três títulos nacionais, da maior batalha do Brasil falou sobre a importância do Calango Pensante para o Distrito Federal, e ressaltou que já participou do projeto cultural.

Para ele, a batalha de rimas traz benefícios para os jovens das periferias. Através delas, o rapper conseguiu ter um objetivo, vontade de ser cada vez melhor. Por consequência, acabou estudando profundamente, fazendo leituras e pesquisas para aprimorar seu repertório.

Segundo o pesquisador da cultura hip-hop, Gildean Silva, o acréscimo cultural é imensurável e fortalece a comunidade. Para ele, que é gestor cultural na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), os jovens buscam o hip hop para serem ouvidos e levarem uma mensagem positiva. “Afastam-se da violência, fator muito comum em periferias. As batalhas podem ser disciplinadoras e lúdicas concomitantemente”.

O especialista explica que a inserção do jovem nas batalhas contribui para a formação da identidade, ajuda na socialização, constrói laços afetivos, fortalece a cultura local e dá voz e protagonismo para aqueles que devido a desigualdade social, tem seu local de fala silenciado. “A cultura hip hop sempre foi forte e impactante para os jovens e seu crescimento é uma tendência mundial”, reforça o pesquisador.

ARTE PLÁSTICA

No caso de Travis, as suas obras flutuam por referências desde ícones conhecidos pela cultura pop, até anjos, arcanjos e deuses. Além disso, o artista consegue atender pedidos únicos que são feitos por clientes e amigos. Muitas vezes são artes que misturam elementos.

Atualmente, Jorge tem 33 anos, trabalha como tatuador e artista plástico, ele explora a cultura da periferia e sua maior inspiração é o rap. Para ele, a cultura cultura hip hop traz visibilidade a uma forma de luta social.

Graças ao rap, grafite e hip hop, o artista conta com mais de 95 mil seguidores em suas redes sociais, e consegue sustentar sua família por meio da arte. O ateliê é em casa, o que traz

flexibilidade à rotina. Jorge mistura duas paixões: o vandalismo e críticas sociais em obras renascentistas.

EMBLEMÁTICO

Em uma das obras, por exemplo, ele faz uma representação de uma obra moderna que apresenta várias críticas. O anjo que está sendo representado é o Lúcifer, depois de ser expulso do céu. As armas, grafite e whisky representam novo olhar.

Segundo o próprio artista:
*“Lúcifer escondeu o rosto
 e sussurrou lágrimas,
 ele não quer mostrar aos
 outros anjos seu ódio, raiva
 e ressentimento”. Essa arte
 está tomando a cena com
 toques de manipulação
 gráfica, e partes feitas à
 mão livre.*

TEMPESTADE

As coisas começaram a dar certo e Travis Bombart passou a ter reconhecimento das suas obras por meio das redes sociais, durante a pandemia. A cantora brasileira Anitta curtiu um de seus posts, o que gerou uma relevância ainda maior ao autor que até então estava em ascensão. Mas como nem tudo são flores, o quadro de grande repercussão foi o que retratava um dos personagens do Rick and Morty (série de grande audiência na televisão) misturando um pouco do urbano e abstracionismo característicos de Travis.

O quadro teve uma grande demanda na época, e chegou até a própria Warner Bros, detentora dos direitos autorais do programa, que em uma conversa amistosa com o autor por meio de um de seus representantes, pediu

para que ele parasse de vender as obras com seus personagens.

Vale ressaltar que a lei 9.610 de 1998, protege as relações do criador do conteúdo, garantindo direito exclusivo de utilizar suas obras da maneira que bem entender, e isso inclui permitir ou não que terceiros a utilizem. Foi um baque, um momento que parecia ser mágico e de virada de chave na vida do artista se tornou em um grande pesadelo, ele parou de vender estes quadros, até que surgiu uma salvação, um anjo em sua vida.

O humorista Thiago Ventura, que conta com quase 9 milhões de seguidores em seu instagram atualmente, se identificou de uma forma absurda com seu quadro e tudo aquilo que ele representa. Após diálogo com Jorge, o comediante que já foi personagem da mesma série (Rick and Morty), conseguiu o que parecia distante.

Ele intermediou uma trégua da Warner com o pintor, que liberou a utilização dos seus quadros com os próprios personagens, um final feliz tanto para Travis que teve a liberação da empresa, quanto para Ventura que conseguiu comprar o quadro que estava “apaixonado”.

FUTURO

Ele é considerado um sucesso de Brasília. Sua trajetória é inspiradora e acumula exposições no Rio, São Paulo e por todo o Brasil. Além disso, no último ano começou a ter patrocínio de uma marca de energéticos. Assim ele consegue proporcionar a valorização da sua arte e também atuar no lado social, vendendo algumas obras com preços abaixo do mercado para que todos tenham acesso.

Vale ressaltar que o acesso à cultura, exposições de arte, teatros, ainda são vistos como hobbies da elite e que o Brasil caminha a pequenos passos, incongruentes com o seu tamanho na democratização da arte.

O pintor ainda questiona os sistemas e a forma do mercado agir. Segundo ele, uma galeria convencional fica com 50% da venda do quadro usualmente, apenas pela exposição do mesmo, o que acaba prejudicando os artistas locais e em início de carreira.

Ele transforma sonhos em quadros e seu próximo plano é lançar uma galeria para receber artistas do Brasil inteiro que vão poder mostrar seu trabalho de forma virtual e proporcionar uma integração, além de oportunidades para mudar as vidas dos próximos artistas.



Quadro que mistura o abstracionismo e o vandalismo característicos do pintor. Foto: Arquivo pessoal

NAS ENTRELINHAS DA BIBLIOTECA COMUNITÁRIA

Em São Sebastião, local estimula algo além de leitura.



Maria Luiza Castro

Apesar de ter sido criado em frente a uma escola, José* nunca estudou formalmente. E isso é um perigo para quem vive em área de periferia. Conheceu as drogas antes dos 18 anos de idade. Um dia, a mãe chegou na casa de uma vizinha, Dilma, pedindo ajuda, pois o filho havia sido esfaqueado.

“Esse menino tinha que estar estudando. Tinha que estar trabalhando para distrair um pouco a cabeça.”, disse a dona de casa Dilma Mendes.

“Sabem como é. Naquela época, eu saía de casa cedo e o pai também não ajudava e foi ficando. Ele nunca estudou então é complicado”, disse Dona Ana, mãe de José.

Esse diálogo foi um dos motivadores para que a dona de casa Dilma Mendes criasse com o marido a Biblioteca Comunitária do Bosque. A falta de incentivo e lazer para a comunidade do Bosque de São Sebastião era um problema para o local, conforme atestaram. Em meio a várias histórias, de ficção, não ficção, dicionários, livros didáticos de matemática à língua portuguesa, e até mesmo livros de direito, Dilma mantém a expansão e incentivo à literatura em São Sebastião. A Biblioteca Comunitária do Bosque existe há 19 anos, tem um acervo de 10 mil títulos e, desde o início, tem o objetivo de tornar a leitura um hábito acessível para a comunidade.

Três crianças saem cada uma com um livro na mão. A idealizadora do projeto conta que eles moram com a família em um assentamento distante da biblioteca, mas, mesmo no calor, não deixaram de ir buscar os livros. Entretanto, eles são uma exceção, como diz a dona da biblioteca. “Devido a essa tecnologia aí esse avanço as pessoas hoje lêem pouco. Mas mesmo assim a gente nunca fechou, a gente manteve aberto”, diz.

Não há dificuldade para a comunidade alugar os livros. Ao entrar na biblioteca, é necessário apenas pegar o livro escolhido, e assim, Dilma anota o nome e o número de quem pegou o livro.

“Até porque o pessoal não quer ler, se a gente botar muita regras, eles não vão alugar



Estante da Biblioteca do Bosque. Foto: Maria Luiza Castro



Interior da biblioteca com arte. Foto: Maria Luiza Castro

os livros. A gente não determina tempo para entrega, eles vem pegar os livros aqui nessa gavetinha que já tem uma agenda”, explica Dilma.

**“Eu acho que se um vier
pegar um livro e ler já valeu
a pena, né?”, diz a criadora
do projeto.**

NOS TIRA DO CHÃO

A professora Ana Neila Torquato, que é psicopedagoga, contadora de histórias e coordenadora pedagógica da Biblioteca da EQS 108/308 Sul, defende que a literatura pode abrir caminhos para que as pessoas conheçam mais sobre o mundo e sobre elas mesmas.

“A literatura, tida com a arte da palavra, pode abraçar outras linguagens e nos tirar do chão, nos brindar com a possibilidade de sonhar, imaginar, idealizar”, explica.

Dilma Mendes concorda com isso. Ela recorda que chegou sozinha a Brasília em 1980, e trabalhou em uma casa de família no Lago Norte. Naquela época não havia acesso à internet nem à televisão. Por isso, os livros foram uma companhia, e uma distração para ela.

Assim, Dilma relata como era difícil adquirir livros naquela época “Eu pegava dois ônibus, ia na demonstrativa e conseguia pegar dois livros e eu tinha seis dias para devolver senão eu pagava uma multinha”, relembra.

De acordo com Dilma, a ideia do projeto

surgiu da carência da comunidade na época, das pessoas terem algum hobby ou lazer, já que não havia internet tão fácil. A iniciativa surgiu a partir do marido de Dilma, também proprietário do local, Sebastião Borges.

Ele trabalhava como vigilante no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), onde conheceu o T- Bone, um açougueiro que criou bibliotecas nas paradas de ônibus. Assim, Sebastião arrecadou alguns livros, e junto com Dilma alugou uma sala para doação dos livros, e depois expandiram para a garagem da casa deles, onde permanecem até hoje.

O Parque Ecológico divide a Região Administrativa e o bosque, por isso, de acordo com Dilma, os recursos, como os livros, quase não chegam até a comunidade. “Então hoje esse ponto aqui essa sala é importante para comunidade, eles fazem tudo aqui reunião de escola, reunião da Saúde grupos culturais, então é acho que é importante para mim e para eles também, enfim que a gente acaba ajudando”, conta.

Dentre os projetos sociais, Dilma e Sebastião entregam cestas básicas para a comunidade quase todo mês, com a ajuda de doações, além de eventos solidários de dia das mães, e rodas de leitura. A biblioteca tem uma feira do livro anual também que conta com a ajuda da Secretaria de Cultura para a estrutura e Dilma faz a organização.

Ela diz que para eventos como esse, ela começa a arrecadar os livros com pelo menos dois meses de antecedência, assim ela consegue divulgar o projeto e fazer a campanha que doa não somente livros mas também alimento para as famílias. A organizadora diz que outras pessoas, principalmente do Plano Piloto, ajudam muito no projeto. Entretanto, não recebem outros apoios efetivos por não terem o

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

A idealizadora do projeto diz que passa parte do dia nos fundos da biblioteca, que é a garagem da casa dela. Isso, de acordo com ela, se deve ao perigo da região. “Eu fico muito lá dentro porque agora tem um Albergue aqui do lado tem muita gente”, divide. Assim, com pesar, Dilma relembra.

Próximo à biblioteca, Amanda Alves da Silva limpava a calçada distraidamente. Um pouco assustada, com a abordagem, ela conta que trabalhava na casa em frente. Além disso, ela diz que não frequenta muito a biblioteca, já que nunca gostou muito de estudar. “Não frequento muito, mas eu conheço o pessoal, assim, gente muito boa, dá o maior incentivo com as pessoas na leitura”. Ela diz também que não conhece pessoas que frequentam a biblioteca.

Já Mônica Gualterio diz que frequenta a biblioteca há seis anos, mais pela companhia de Dilma e pela conversa. De acordo com ela, quem gosta mesmo de ler são os filhos dela, que alugam muitas histórias em quadrinhos e mangás para ler. “Quando veio a pandemia, que ficaram sem ir para escola ficou ruim porque tava começando, mas aí com um livrinho dá uma ajudada”, relembra Mônica.

Dilma conta que grande parte dos moradores do bosque dizem não ler com a justificativa de ser chato, ou dar muito sono. “Eles dizem ‘a senhora acha que eu vou ler um livro dessa grossura?’. Mas não precisa ler o livro de uma vez, é três páginas, amanhã você lê mais três, vai devagarinho aí interessa pela história e é assim”, conta.

*Nome alterado para preservar a identidade do indivíduo



Frete da biblioteca. Foto: Maria Luiza Castro

COMUNIDADES INVESTEM NA MODA PERIFÉRICAS

Projetos sociais estimulam participação para elevar autoestima



Lucas Henrique

Nascida no interior da Bahia, casada e mãe de três filhos, a depiladora Mônica Dias, de 37 anos, mudou-se para Brasília em 2017 em busca de melhores condições de vida. Moradora do Areal (DF), ela foi aluna da 2ª edição do Projeto Valfenda, que tem como objetivo alcançar mulheres em situação de vulnerabilidade social e emocional e ajudá-las usando a moda como uma ferramenta de transformação social e valorização do indivíduo.

Criada na casa dos tios, Mônica vem de uma família humilde e trabalha desde os 13 anos de idade. Mãe aos 15, casada desde os 16, sempre se virou como pode para ajudar no sustento da família. Já foi doméstica, sorveteira, feirante, vendedora e hoje trabalha na área da beleza. Ela se inscreveu no Valfenda depois que viu o anúncio do curso gratuito em sua região.

O projeto oferece cursos gratuitos e oficinas de corte e costura, modelagem, empreendedorismo, upcycle (reaproveitamento de roupas), maquiagem profissional, montagem de coleção, fotografia e moda, processo criativo e economia doméstica. Já caminha para a quarta edição e tem, como critério de escolha das sedes, cidades periféricas que abrigam mulheres carentes.

Mônica afirma que, no Valfenda, viveu coisas que jamais imaginou: criar a própria roupa, desfilar, fazer uma sessão de fotos. “Aquele momento para mim foi uma realização. Receber e vivenciar tudo isso de forma gratuita realmente foi um presente”, relata a depiladora.

REAPROVEITAMENTO

Ela descreve que aprendeu bastante com o upcycle, técnica que consiste no reaproveitamento de tecidos que seriam descartados para criar novas peças e, assim, tem reutilizado suas roupas da melhor maneira possível.

O Valfenda também ressignificou todo o conceito e entendimento de moda da baiana. “Aprendi a como melhor me vestir e escolher roupas dentro da minha realidade. Me sinto outra pessoa, aprendi a me maquiar, a me

olhar no espelho e me admirar, a me amar bem mais que antes do curso”, revela.

As noções repassadas sobre fotografia também foram bem importantes para Mônica. Ela afirma que aprendeu a como tirar fotos e hoje isso é que a ajuda nas demonstrações do seu trabalho.

A design de moda Isabelle Esmeraldo é idealizadora e coordenadora do projeto e diz prezar sempre pelos ideais de valorização do ser, da mulher, além da troca de vivências, aprendizado, acolhimento mútuo e empatia. “Sobretudo, o amor ao próximo”, emociona-se.

A venezuelana Alba Marcano, 26 anos, também tem formação em moda e é uma das instrutoras da oficina. Ela encontrou no ensino a junção do exercício da sua profissão com

a vontade de servir as pessoas e fazer a diferença em suas vidas.

“O ensino é mais do que conhecimento, é vida que se propaga a partir do carinho e contato com o outro”, descreve a professora. Mônica encara a oficina de costura como um empurrão e uma boa oportunidade para quem não tem condições financeiras de se profissionalizar em algo. “Uma ajuda que fez e ainda vai fazer diferença na vida de muitas mulheres”.

NA FAVELA

A Central Única das Favelas do Distrito Federal (Cufa-DF) tem, dentre os seus projetos sociais, o evento de moda Top-Cufa. Ele foi criado com o intuito de oferecer aos jovens



Foto: Monica Dias

da periferia a chance de se tornarem modelos profissionais. A iniciativa tem caráter nacional desde 2012. Mas foi interrompido.

Em 2016, o presidente da Central Única das Favelas do DF, Bruno Kessler, decidiu reativar o projeto, desta vez em âmbito regional. Agora, com algumas alterações no projeto base, foram criadas duas categorias: a Fashion e a Street. A Fashion é para meninas com perfil de passarela e a Street para o lado mais comercial da moda.

“Neste ano lançamos um projeto nacional, a Expo Favela. Uma grande feira de empreendedorismo voltada para pessoas periférica. Lá surgem novas tendências e novas ideias sempre, por isso abrimos espaço para meninos e meninas ingressarem no mercado.”

A estudante Gabriele Nicole Santana, de 22 anos, participante do Top Cufa em 2021 e 2022, vencendo em 2022 a categoria Fashion Feminina, comenta que a importância dos projetos realizados ressalta a representatividade da pessoas em se aceitar da forma que são, como o de um corte de penteado em seu visual, por exemplo.

“Foi algo impactante na minha vida, ver tantas pessoas como eu, armando seu cabelo, deixando de ter aquela vergonha e o deixando natural”.

Após a participação no projeto, ela se sentiu motivada e decidiu fundar, junto a sua mãe, o programa social Esperança e Movimento. Ele se localiza na região periférica em que mora, Sol Nascente.

Gabriele também ressalta a importância do projeto na vida da comunidade, em especial para as crianças com pouca oportunidade e das doações que recebe para manter ativo o Esperança e Movimento.

“É um projeto bastante importante. Esse ano fizemos um mini desfile que foi algo essencial para as crianças, porque acaba que elas me veem como exemplo e ter desfilado foi importante para ela e para os pai”, diz Gabriele. A consultora de moda Lorena Valença, de 25 anos, afirma que a melhor técnica para se sentir sempre bem consigo mesma com suas vestimentas é a descoberta do estilo pessoal.



Foto: Bruno Kessler

A BATALHA DE CAIO

Garçom autônomo entende que a arte é fundamental para expressar a rotina no Núcleo Bandeirante



Isabela Domanico

Caio Luiz Alves Vieira conheceu o mundo das batalhas de rap ao se inspirar no que via nas ruas das periferias do Núcleo Bandeirante. Ele não tinha noção de que hoje não conseguiria viver sem esse refúgio das suas dificuldades.

Hoje, aos 27 anos, ele atua também como funcionário autônomo em serviços como garçom e chapeiro de bares e restaurantes. Na rotina, as atividades começam no meio da tarde e vão até depois das 23h. Ele consegue chegar a sua casa por volta das 2h da manhã. “O importante é não ficar parado, porque ficar parado é ficar sem dinheiro”.

A batalha que o Caio ajuda a organizar é conhecida como Xaulin NB (Núcleo Bandeirante). Antes, o encontro era chamado apenas de “Batalha do Bandeira”, mas desde que ele entrou para a organização do evento, quis homenagear um dos moradores de rua da região administrativa tradicional do DF, e se tornou um marco na vida das pessoas de lá, segundo ele acredita.

Trata-se de uma batalha que acontece toda sexta-feira à noite em frente à administração do lugar. Ele explica que foi uma forma de tornar o encontro cultural mais seguro, por ser um ambiente policiado.

Há pouco mais de dois anos, Caio foi morar sozinho no Núcleo Bandeirante. Havia uma dificuldade das pessoas de dentro da sua casa de aceitar seus amigos e sua namorada, por achar que as pessoas que participaram um dia da sua vida eram melhores do que as que estão hoje, mesmo elas não sendo tão boas para ele.

Caio diz que a rua o criou, e isso o inspirou a compor rap. O rapaz relata que quando a mãe estava trabalhando para colocar comida na mesa, ele estava na rua. Ele diz que hoje sua família são seus amigos, dois que moram com ele, e a namorada, Beatriz. Ele cresceu estudando em escola pública. Em uma experiência em um colégio particular, teve problemas com bullying, o que acabou o atrasando em um ano e o fazendo voltar para a pública.

Aos 15, conforme recorda, começou a tra-



Caio na batalha do Xaulin NB. Foto: Isabela Domanico

balhar. Aos 18, entrou para o Exército, onde ficou até os 20. Na sequência, resolveu cursar pedagogia em uma faculdade particular. Não seguiu com os estudos devido à pandemia. “Não fazia mais sentido”. Foi nessa época que resolveu sair de casa.

Foi na rua que a música ganhou ritmo e versos. Faz parte do seu dia a dia. Começou com rodinhas de violão, em movimentos estudantis. Em uma dessas, ele conheceu a primeira batalha de rap. Durante a infância, ele escutava mais rock e forró. Na adolescência, ele começou a escutar a banda Charlie Brown Jr., e, segundo ele, foi inspiração que precisava.

A partir daí, ele começou a ouvir mais letras de rap. A poesia o levou para a sua primeira batalha de rima no Bandeirante. Depois, ele percebeu que aquilo o ajudava a entender como funcionava o chão que ele pisava fora de casa e a sociedade como um todo.

Hoje ele, além de participar, organiza essas batalhas. O que o incentivou foi a descriminalização delas. A batalha é feita em frente à administração do local. “Uma forma de mostrar para a população essa parte da cultura de rua,

que ajuda a sociedade a crescer e perceber o potencial”.

“Muitas pessoas têm essa visão de que a batalha de rima é apenas para aquelas pessoas que estão ligadas com o crime ou usuários de drogas. Mas não é bem assim”, diz Caio.

Para ele, os participantes da batalha são como uma família porque há acolhimento e união. “Você vai acompanhando as pessoas a crescerem e, de repente, aquele menino que começou há um ano a rimar ou aquela mulher trans que finalmente teve coragem de participar passam a interagir”, diz Caio. Hoje ele não consegue se ver sem fazer essas batalhas. Se tivesse condições, conforme brinca, pegaria uma kombi e faria o evento, a cada semana, em um lugar diferente.



Arte feita por Inteligência Artificial.
Ilustração: Microsoft Bing

